

1) 9 de Março

Informações: contactos com o MFA

1ª reunião: 2 questões (posição face ao programa do MFA e à sua institucionalização) para que a organização se definisse na perspectiva de subscrever uma plataforma com outros partidos e para definir as formas de colaboração política durante a vigência do plano económico e emergência.

2ª reunião: com a presença do Rosa Coutinho, Pinho Freire, Pinto Soares, Contreiras e Vasco Lourenço, o PPM, a AOC, FEC, UDP, MES, FSP e LCI. Apresentação inicial do Rosa Coutinho sobre a institucionalização do MFA.

a) separação do poder político e militar - que teria uma esfera de autonomia própria -

b) controle do poder militar sobre certas formas de poder político - como o controle institucional pela presença do MFA em alguns organismos políticos, no Conselho de Estado, nos Ministérios-chave como a Defesa, Interior, etc. - : institucionalização interna (Conselho da Revolução)

c) criação de uma comissão consultiva integrada pelo MFA e partidos políticos apoiando a plataforma.

d) interpretação progressista do Programa Económico

e) eleição de um presidente da república da confiança do MFA

f) participação de ministros do MFA no governo

g) o 1º ministro - e portanto a nomeação do governo - dependem do presidente da república e não da Assembleia Legislativa

h) eleição de nova Assembleia Constituinte no prazo de 3 a 5 anos que constituiria o período de transição .

Na base destas posições o MFA pedia a definição por escrito dos partidos no prazo de alguns dias sobre os seguintes assuntos:

- data de entrada em vigor da Constituição
- posição face à Constituição
- qual a " missão " das Forças Armadas
- posição face à prestação obrigatória do serviço militar
- de quem devem depender as Forças Militarizadas (PSP/GNR)
- a forma constitucional para a institucionalização do MFA

Votações: modificação do Comité Executivo

votadas ponto por ponto as 5 propostas da moção aprovada (27 por, 7 contra, 7 abstenções) em AGM de TTT (em anexo).

1º ponto: 14 por, 1 contra - APROVADO

2º ponto: 15 por, - APROVADO POR UNANIMIDADE

3º ponto: votação das várias propostas

-texto do cda. JOÃO sobre o funcionamento do CC e CE

15 por

- APROVADO POR UNANIMIDADE

a) - proposta de CÉSAR (FERNANDO SAMUEL CESAR JOSE LUIS JORGE)

b) - proposta de PAULO (JOAO SERGIO AMILCAR JORGE FILIPE)

c) - proposta de BENJAMIM (JOAO SERGIO AMILCAR JORGE E FERNANDO)

pela proposta a) votaram:

AMILCAR SERGIO FILIPE CESAR SAMUEL FERNANDO JOSE LUIS ANIBAL CASTELO JORGE ANDRE

pela proposta b) votaram:

DANIEL BAULO

APROVADA
RECUSADA

pela proposta c) votaram:

BENJAMIM e JOAO

RECUSADA



2) 23 de MARÇO

Votações : proposta do CE sobre a suspensão do PDC, AOC, MRPP :ratificação do seu comunicado (exigência de ilegalização do PDC e CDS, defesa do princípio de que deve ser o MO e pronunciar-se sobre as ilegalizações, crítica ao MRPP e AOC pelas suas posições e intervenção, proposta às organizações operárias de uma campanha solidária, organizando comumente a cedência de tempos de televisão e rádio e assumindo juridicamente se necessário, fôsse a saída dos jornais dessas organizações.

1ª votação: proposta de recusa das propostas concretas do CE e texto de análise política das suspensões (Sérgio)

proposta do CE---6 APROVADA
proposta do Sérgio--5 RECUSADA
abstenções--1

2ª votação após nova discussão

proposta CE--6 RECUSADA
proposta Sérgio--8 APROVADA
abstenções--6

3ª votação (especificando a anterior)

introdução da formulação: "face às tentativas de calar a voz de organizações que se reclamam do movimento operário, abrimos as páginas do LP à divulgação de posições que não contribuam para a divisão do IO no combate à exploração e reacção capitalista e apresentam uma alternativa de luta"

votação: 3 por
4 contra APROVADA
2 abstenções

PROPOSTA DE MOÇÕES

Jorge--moção sobre a p. o. transitória central (governo dos trabalhadores imposto pela Greve Geral e o seu Programa, saída do PPD do governo, nenhum pacto do MO com a burguesia, governo das organizações operárias sem ministros capitalistas)

ADIADA A VOTAÇÃO

Jorge--moção sobre a consigna de voto (voto de classe no PC, PS e extrema esquerda)

ADIADA A VOTAÇÃO

Sérgio-Amílcar-- projecto incompleto de resolução interna explicando o Programa de Acção

ADIADA A VOTAÇÃO

Comissão Redactorial--projecto de resolução sobre o jornal

ADIADA A VOTAÇÃO

Sofia, Maria, Manuela--moção (em anexo) para a criação de uma comissão encarregue de iniciar o debate sobre a intervenção nas Mulheres

APROVADA POR UNANIMIDADE

Moção aprovada na AGM de Sedov por unanimidade-- sobre o trabalho anti-militarista

APROVADA POR UNANIMIDADE

PROPOSTA AO CC VOTADA E APROVADA POR UNANIMIDADE EM AGM DE SDV.

PARA REFORÇAR E IMPULSIONAR O TRABALHO ANTI-MILITARISTA REVOLUCIONÁRIO A NÍVEL NACIONAL, propomos:

- 1) Que na próxima reunião do CC seja introduzido na O.T. um ponto de discussão sobre o impulsionamento e dinamização do trabalho anti-militarista revolucionário no interior do exército e anti-militarista civil.
- 2) Que no prazo máximo de 7 a 15 dias o CC inicie e impulse reuniões gerais de militantes em todas as regiões para discussão exclusiva do trabalho anti-militarista.
- 3) Que a mesma discussão seja impulsionada a nível dos diversos comités locais, Comitês Luta Proletária e Círculos Vermelhos.
- 4) Saída do jornal da F.S.M.R. - CASERNA nº 2 - no prazo máximo de 8 dias a partir de hoje, isto sem prejuízo de outras medidas que o CC possa impulsionar em relação à saída periódica da CASERNA.
- 5) A saída de um panfleto da F.S.M.R. no prazo de 2 dias sobre os últimos acontecimentos políticos.

MOÇÃO AO CC, APRESENTADA NA AGM DE SDV. (não votada)

A análise marxista da situação económica, social, cultural e política das mulheres nos países capitalistas põe em evidência a existência duma opressão específica das mulheres, inerente à sociedade patriarcal, que se combina com as clivagens de classe existentes, tendendo globalmente à sua manutenção, mesmo ao seu reforço.

Um sinal evidente desta opressão está na dificuldade das mulheres em aceder e participar inteiramente na vida social, económica, cultural e política nestes países.

Essa opressão constitui, nomeadamente um obstáculo objectivo e subjectivo à participação das trabalhadoras na luta de classes, à sua actividade política e sindical, e à tomada de responsabilidades no seio das organizações do M.O. Esta opressão constitui também um factor de divisão da classe operária, dada a influência da ideologia dominante, do "chauvinismo machista" no proletariado masculino e as vantagens imediatas que os homens retiram, para o seu conforto no lar nomeadamente, da opressão das mulheres no quadro da família patriarcal.

Donde se conclui que a luta para chamar às fileiras da Revolução este potencial militante passa por "métodos específicos para o trabalho nas mulheres" ligados a perspectivas unificadoras da classe operária contra todo o "chauvinismo machista" no seu seio. Esta luta exige pois "que se formem, em todas as secções, órgãos especiais encarregados deste trabalho" (Resolução do III Congresso da Internacional Comunista).

Considerando:

- 1) Que na sociedade capitalista em Portugal existe uma opressão e exploração das mulheres à qual não podemos ficar indiferentes como revolucionários (as) que somos,
- 2) Que esta opressão e exploração exige um estudo aprofundado das suas raízes materiais, e da forma como levar a cabo a luta pelo fim das mesmas
- 3) Que é uma tarefa dos marxistas revolucionários a conquista das mulheres exploradas e oprimidas para as fileiras da Revolução Socialista
- 4) Que dentro da organização que se reclama portadora duma sociedade nova, livre de todas as formas de exploração e opressão, surge a reprodução de comportamentos pequeno-burgueses viciados na moral tradicional e são disso exemplo o ambiente machista e provocador criado nos contactos entre militantes e em muitas reuniões,

6) Que a resposta a acontecimentos políticos centrais, como o ANO INTERNACIONAL DA MULHER ou as declarações durante o período eleitoral, a participação em debates com outras organizações, a intervenção em meio operário não podem ser feitas de uma forma voluntarista.

Propomos a criação de uma Comissão que se encarregue do estudo e da intervenção junto das mulheres.

Esta Comissão seria constituída pelas cda. Manuela, Sofia, Maria e um cda. da CE e teria como tarefa imediata a feitura de um B.T. que iniciasse o debate em toda a org^a para a armar de uma perspectiva de acção m-r neste campo.

CD25A

1) 9 de Março

Informações: contactos com o MFA

1ª reunião: 2 questões (posição face ao programa do MFA e à sua institucionalização) para que a organização se definisse na perspectiva de subscrever uma plataforma com outros partidos e para definir as formas de colaboração política durante a vigência do plano económico e emergência.

2ª reunião: com a presença do Rosa Coutinho, Pinho Freire, Pinto Soares, Contreiras e Vasco Lourenço, o PPM, a AOC, FEC, UDP, MES, FSP e LCI. Apresentação inicial do Rosa Coutinho sobre a institucionalização do MFA.

a) separação do poder político e militar - que teria uma esfera de autonomia própria -

b) controle do poder militar sobre certas formas de poder político - como o controle institucional pela presença do MFA em alguns organismos políticos, no Conselho de Estado, nos Ministérios-chave como a Defesa, Interior, etc. - : institucionalização interna (Conselho da Revolução)

c) criação de uma comissão consultiva integrada pelo MFA e partidos políticos apoiando a plataforma.

d) interpretação progressista do Programa Económico

e) eleição de um presidente da república da confiança do MFA

f) participação de ministros do MFA no governo

g) o 1º ministro - e portanto a nomeação do governo - dependem do presidente da república e não da Assembleia Legislativa

h) eleição de nova Assembleia Constituinte no prazo de 3 a 5 anos que constituiria o período de transição .

Na base destas posições o MFA pedia a definição por escrito dos partidos no prazo de alguns dias sobre os seguintes assuntos:

- data de entrada em vigor da Constituição
- posição face à Constituição
- qual a " missão " das Forças Armadas
- posição face à prestação obrigatória do serviço militar
- de quem devem depender as Forças Militarizadas (PSP/GNR)
- a forma constitucional para a institucionalização do MFA

Votações: modificação do Comité Executivo

votadas ponto por ponto as 5 propostas da moção aprovada (27 por, 7 contra, 7 abstenções) em AGM de TTT (em anexo).

1º ponto: 14 por, 1 contra - APROVADO

2º ponto: 15 por, - APROVADO POR UNANIMIDADE

3º ponto: votação das várias propostas

-texto do cda. JOÃO sobre o funcionamento do CC e CE
15 por - APROVADO POR UNANIMIDADE

a)-proposta de CÉSAR (FERNANDO SAMUEL CESAR JOSE LUIS JORGE)

b)-proposta de PAULO (JOAO SERGIO AMILCAR JORGE FILIPE)

c)-proposta de BENJAMIM (JOAO SERGIO AMILCAR JORGE E FERNANDO)

pela proposta a) votaram:

AMILCAR SERGIO FILIPE CESAR SAMUEL FERNANDO JOSE LUIS ANIBAL CASTELO JORGE ANDRE

pela proposta b) votaram:

DANIEL BAULO

APROVADA
RECUSADA

pela proposta c) votaram:

BENJAMIM e JOAO

RECUSADA



2) 23 de MARÇO

Votações : proposta do CE sobre a suspensão do PDC, AOC, MRPP :ratificação do seu comunicado (exigência de ilegalização do PDC e CDS, defesa do princípio de que deve ser o MO e pronunciar-se sobre as ilegalizações, crítica ao MRPP e AOC pelas suas posições e intervenção, proposta às organizações operárias de uma campanha solidária, organizando comumente a cedência de tempos de televisão e rádio e assumindo juridicamente se necessário, fôsse a saída dos jornais dessas organizações.

1ª votação: proposta de recusa das propostas concretas do CE e texto de análise política das suspensões (Sérgio)

proposta do CE---6 APROVADA
proposta do Sérgio--5 RECUSADA
abstenções--1

2ª votação após nova discussão

proposta CE--6 RECUSADA
proposta Sérgio--8 APROVADA
abstenções--6

3ª votação (especificando a anterior)

introdução da formulação: "face às tentativas de calar a voz de organizações que se reclamam do movimento operário, abrimos as páginas do LP à divulgação de posições que não contribuam para a divisão do IO no combate à exploração e reacção capitalista e apresentam uma alternativa de luta"

votação: 3 por
4 contra APROVADA
2 abstenções

PROPOSTA DE MOÇÕES

Jorge--moção sobre a p. o. transitória central (governo dos trabalhadores imposto pela Greve Geral e o seu Programa, saída do PPD do governo, nenhum pacto do MO com a burguesia, governo das organizações operárias sem ministros capitalistas)

ADIADA A VOTAÇÃO

Jorge--moção sobre a consigna de voto (voto de classe no PC, PS e extrema esquerda)

ADIADA A VOTAÇÃO

Sérgio-Amílcar-- projecto incompleto de resolução interna explicando o Programa de Acção

ADIADA A VOTAÇÃO

Comissão Redactorial--projecto de resolução sobre o jornal

ADIADA A VOTAÇÃO

Sofia, Maria, Manuela--moção (em anexo) para a criação de uma comissão encarregue de iniciar o debate sobre a intervenção nas Mulheres

APROVADA POR UNANIMIDADE

Moção aprovada na AGM de Sedov por unanimidade-- sobre o trabalho anti-militarista

APROVADA POR UNANIMIDADE

PROPOSTA AO CC VOTADA E APROVADA POR UNANIMIDADE EM AGM DE SDV.

PARA REFORÇAR E IMPULSIONAR O TRABALHO ANTI-MILITARISTA REVOLUCIONÁRIO A NÍVEL NACIONAL, propomos:

- 1) Que na próxima reunião do CC seja introduzido na O.T. um ponto de discussão sobre o impulsionamento e dinamização do trabalho anti-militarista revolucionário no interior do exército e anti-militarista civil.
- 2) Que no prazo máximo de 7 a 15 dias o CC inicie e impulse reuniões gerais de militantes em todas as regiões para discussão exclusiva do trabalho anti-militarista.
- 3) Que a mesma discussão seja impulsionada a nível dos diversos comités locais, Comités Luta Proletária e Círculos Vermelhos.
- 4) Saída do jornal da F.S.M.R. - CASERNA nº 2 - no prazo máximo de 8 dias a partir de hoje, isto sem prejuízo de outras medidas que o CC possa impulsionar em relação à saída periódica da CASERNA.
- 5) A saída de um panfleto da F.S.M.R. no prazo de 2 dias sobre os últimos acontecimentos políticos.

MOÇÃO AO CC, APRESENTADA NA AGM DE SDV. (não votada)

A análise marxista da situação económica, social, cultural e política das mulheres nos países capitalistas põe em evidência a existência duma opressão específica das mulheres, inerente à sociedade patriarcal, que se combina com as clivagens de classe existentes, tendendo globalmente à sua manutenção, mesmo ao seu reforço.

Um sinal evidente desta opressão está na dificuldade das mulheres em aceder e participar inteiramente na vida social, económica, cultural e política nestes países.

Essa opressão constitui, nomeadamente um obstáculo objectivo e subjectivo à participação das trabalhadoras na luta de classes, à sua actividade política e sindical, e à tomada de responsabilidades no seio das organizações do M.O. Esta opressão constitui também um factor de divisão da classe operária, dada a influência da ideologia dominante, do "chauvinismo machista" no proletariado masculino e as vantagens imediatas que os homens retiram, para o seu conforto no lar nomeadamente, da opressão das mulheres no quadro da família patriarcal.

Donde se conclui que a luta para chamar às fileiras da Revolução este potencial militante passa por "métodos específicos para o trabalho nas mulheres" ligados a perspectivas unificadoras da classe operária contra todo o "chauvinismo machista" no seu seio. Esta luta exige pois "que se formem, em todas as secções, órgãos especiais encarregados deste trabalho" (Resolução do III Congresso da Internacional Comunista).

Considerando:

- 1) Que na sociedade capitalista em Portugal existe uma opressão e exploração das mulheres à qual não podemos ficar indiferentes como revolucionários (as) que somos,
- 2) Que esta opressão e exploração exige um estudo aprofundado das suas raízes materiais, e da forma como levar a cabo a luta pelo fim das mesmas
- 3) Que é uma tarefa dos marxistas revolucionários a conquista das mulheres exploradas e oprimidas para as fileiras da Revolução Socialista
- 4) Que dentro da organização que se reclama portadora duma sociedade nova, livre de todas as formas de exploração e opressão, surge a reprodução de comportamentos pequeno-burgueses viciados na moral tradicional e são disso exemplo o ambiente machista e provocador criado nos contactos entre militantes e em muitas reuniões,

6) Que a resposta a acontecimentos políticos centrais, como o ANO INTERNACIONAL DA MULHER ou as declarações durante o período eleitoral, a participação em debates com outras organizações, a intervenção em meio operário não podem ser feitas de uma forma voluntarista.

Propomos a criação de uma Comissão que se encarregue do estudo e da intervenção junto das mulheres.

Esta Comissão seria constituída pelas cda. Manuela, Sofia, Maria e um cda. da CE e teria como tarefa imediata a feitura de um B.T. que iniciasse o debate em toda a org^a para a armar de uma perspectiva de acção m-r neste campo.

CD25A

ACTA DA REUNIÃO DO C.C. DE 15/6/75

A ordem de trabalhos desta reunião, depois de discutida e votada em função da que o C.E. apresentou como proposta, ficou assim ordenada:

- 1) Debate na generalidade da situação política
- 2) Debate para o Congresso
- 3) Estatutos
- 4) Jornal



Faltaram a esta reunião os camaradas Paulo (com justificação) e Daniel, ambos da região de Widellin.

1- O debate neste ponto subdividiu-se em vários aspectos.

A-Um dos pontos de discussão foi o da intervenção em organismos como CDR, CRDP, CRT, etc.

Sobre este assunto surgiram duas propostas, que foram votadas em alternativa.

PROPOSTA Nº 1: PROPOSTA SOBRE A INTERVENÇÃO NOS C.D.R., C.R.Ts, C.R.DPs, ETC...

1-Dado que a contradição entre a natureza política do MFA e a sua função evoluindo em relação com a situação política e os conflitos sociais se exprime numa crescente diferenciação interna e no agravamento de tensões que ameaça a todo o momento traduzir uma ruptura no MFA.

2-Que essa diferenciação no quadro do reagrupamento das diferentes facções do MFA em diversos centros de exercício do poder político se articulam a nível social com as distintas forças sociais, partidos e organizações autónomas dos trabalhadores.

3-Que a discussão no seio do MFA sobre as organizações a criar no contexto da "aliança directa povo-MFA" leva neste momento a uma corrida de velocidade entre forças políticas no sentido de estruturação dos CDRs, CRDPs, CRTs, etc.

4-Que se desenha uma oposição relativa entre os organismos influenciados pelas organizações revolucionárias (PRE-BR, LUAR, etc) e aquelas que são impulsionadas ou apoiadas pelo PCP, que poderá tender a agravar-se se não for fornecida uma perspectiva correcta a uns e a outros.

5-Que existe por um lado o risco dos diversos organismos serem instrumentalizados pelas diversas facções do MFA e por outro a possibilidade de que adquiram uma dinâmica que ultrapassa o controle do MFA.

Propomos:

1-A participação num 1º momento a título individualizado nas diferentes estruturas acima referidas dos militantes e simpatizantes da LCI, privilegiando num 1º momento os que escapam ao controle das organizações reformistas e da hierarquia das FA. Isto tendo em conta que as escolhas se devem fazer de acordo com as situações concretas e tendo sempre em atenção que o peso do nosso trabalho nos sindicatos, comissões de moradores, empresas, comissões de trabalhadores, etc. fará com que automaticamente a nossa intervenção se dirija para os organismos de massas (num 1º momento os CDRs e CRDPs, etc.).

a) Nas que são fundamentalmente influenciadas pelos reformistas (CRDPs, etc.) propomos os seguintes eixos:

-- tarefas de vigilância anti-fascista e revolucionária e defesa dos interesses e conquistas dos trabalhadores

-- a ligação às organizações autónomas de trabalhadores, soldados e marinheiros (comissões de trabalhadores, de moradores, comités de soldados e marinheiros, conselhos de aldeia, etc.)

-- a defesa duma coordenação local, regional, etc. entre os diversos organismos "de vigilância popular"

-- a defesa de um funcionamento democrático (eleição dos dirigentes, assembleias, etc.)

-- a defesa cautelosa duma autonomia crescente desses organismos face às hierarquias militares e o alargamento das suas funções a novas actividades

-- o seu aramento efectivo

b) Nas impulsionadas pelas organizações revolucionárias e pelos elementos mais à esquerda do MFA

-- funções de vigilância revolucionária; apoio às reivindicações e lutas dos trabalhadores e a construção dos órgãos de poder proletário.

— ligação estreita às comissões de trabalhadores, de moradores, aos comités de soldados e marinheiros e sua organização por unidade de produção, habitação e militar.

— a crítica a eventuais tendências sectárias, ao insurreccionalismo e militarismo

— a independência face às instâncias do MFA

2-Que sejam formadas comissões regionais para impulsionar a intervenção nos referidos organismos, trocar experiências, etc., sob o controle do CE.

3-Que seja iniciado o trabalho em direcção aos membros do MFA, nomeadamente os delegados à sua Assembleia.

4-Que se reforce organizativa e politicamente o trabalho anti-militarista, pela reconversão da FSMR, e impulsionamento dos comités de soldados e marinheiros.

5-Que a organização desenvolva uma campanha em torno desta questão em torno dos seguintes eixos:

— defesa da formação de milícias de trabalhadores resultantes, ou do armamento das comissões de trabalhadores, de moradores, dos sindicatos e sua coordenação com os comités e assembleias das unidades militares, ou de organismos especiais ligados à organização autónoma dos trabalhadores (comissões de moradores, etc.)

— ligação entre estas milícias e o controle operário sobre a produção e equipamentos sociais, a nacionalização sem indemnização das grandes empresas comerciais, industriais e latifúndios, a extensão do controle operário sobre os organismos estatais de planificação, o início de experiências generalizadas de auto-gestão e tomada crescente nas mãos das organizações autónomas e centralizadas dos trabalhadores, dos poderes executivo, legislativo, judicial e militar.

JOÃO

PROPOSTA Nº 2:

1- O surgimento e generalização - sob o impulso de organizações operárias, de sectores ou oficiais do MFA - de estruturas como os CDR, CRDP, etc. e a implicação de alguns dos nossos militantes nesses órgãos exige uma tomada de posição da organização que prepare uma intervenção revolucionária no seu interior, seguindo a orientação decidida para a criação de órgãos de dualidade de poder, a partir da generalização e massificação das formas de auto-organização (comissões de trabalhadores, moradores, etc.) e auto-defesa.

2- O CC decide:

— a organização do nosso trabalho nestas estruturas, sob a direcção do CE, em contacto directo com todos os militantes implicados

— que a escolha das prioridades tem como critério o trabalho nas estruturas com um carácter e dinâmica de massas em que defenderemos um programa de independência política do movimento operário, através da defesa:

a) da unificação de todas as estruturas sob a direcção da coordenação local das comissões de trabalhadores, moradores, sindicatos e partidos operários

b) da sua ligação aos comités de soldados e a todas as organizações de defesa dos seus interesses (comissão de controle das missões, etc.)

c) da generalização do armamento dos trabalhadores

JORGE

O resultado da votação foi o seguinte:

Proposta nº 1 : 1 voto - João (recusada)

Proposta nº 2 : 9 votos - Jorge, Fernando, Sérgio, Amílcar, André, Filipe, Samuel e José Luís (aprovada)

Abstenções : 3 - Castelo, Aníbal, benjamim

Com esta votação ficaram decididos os parâmetros gerais da nossa intervenção nestes organismos.

Entretanto, e dado que atravessamos um período particular da organização caracterizado pela preparação do Congresso surgiram as seguintes propostas:

2- Que esse texto de orientação seja obrigatoriamente discutido nas estruturas da organização e sejam recolhidas até à realização do próximo CC todas as propostas alternativas, de emenda ou aditamento formuladas por militantes ou organismos.

3- Que com base em toda essa discussão e eventuais propostas, o próximo CC se pronuncie sobre o texto do CE, definindo desse modo as bases de intervenção nesses organismos até à realização do Congresso. Atendendo à necessidade de clarificar a natureza, função e alcance da nossa intervenção nas estruturas genericamente designadas por "organismos de vigilância popular", para além da resolução liminar já adoptada por este CC; atendendo a que essa clarificação deve visar sobretudo a explicitação dos eixos a impulsionar no quadro dessa intervenção; atendendo ainda a que a urgente operacionalização das disponibilidades militantes para a intervenção nessas estruturas passa por uma discussão ampla no seio da organização, para além do facto de essa discussão permitir catalizar e concretizar o debate político em curso, proponho:

SÉRGIO

* A proposta do camarada Sérgio começa precisamente onde se situa a palavra "Atendendo" e continua depois nos pontos 1, 2 e 3, desta mesma proposta.

PROPOSTA Nº 4 :

O desenvolvimento da discussão sobre o MFA, os CDRs, CRDPs, etc., exige que o conjunto da organização, que atravessa um período de preparação do Congresso, se pronuncie no seu todo sobre a nossa tática. Nesse sentido o CC decide:

1- que o CE fará circular até ao próximo CC um texto de análise e definição da nossa orientação, perante o qual as várias eventuais tendências, os membros do CC ou qualquer militante devem propor contra-textos ou emendas.

2- o CC fará divulgar internamente esse texto aprovado como uma orientação provisória, tendo em conta que não substitui de forma alguma o debate interno nem antecipa a definição que o Congresso deve trazer sobre o conjunto da nossa intervenção.

O resultado da votação foi o seguinte:

Proposta nº 3 (Sérgio) : SÉRGIO, AMÍLCAR, ANDRÉ, CASTELO, FERNANDO (Aprovada)

Proposta nº 4 (Jorge) : JOSÉ LUÍS, JORGE, FILIPE

Abstenções : SAMUEL, BENJAMIM JOÃO

B- Foram informados os resultados do primeiro encontro para discussão sobre a situação política com a direcção do MBS.

Foram feitas duas propostas respeitantes à formalização dos contactos. Dado que devem ser feitos por escrito votou-se a composição da comissão a elaborar esses textos.

Proposta de João: Comissão - Filipe e Fernando : por João

Proposta de Samuel : Comissão - Sérgio e César : por José Luís, Samuel, Amílcar, Fernando, André, Benjamim e Castelo

Proposta de Jorge : Comissão - João, Sérgio, César : por Aníbal, Filipe
Jorge

Abstenções : Sérgio

Propostas sobre a redacção dos textos iniciais:

1- Responsabilização do CE : 8 votos

2- Sérgio, César : 5 votos

C- Foi dada a conhecer a existência de passagens de carácter polémico da resolução sobre Portugal adoptada na última reunião do SU. Foi aprovada por unanimidade a seguinte proposta:

PROPOSTA Nº 5 : Proposta de introdução ao texto do SU na sua divulgação pública:

"Como contribuição para a análise da situação política e para a discussão das tarefas dos marxistas revolucionários, a LCI divulga o texto sobre a evolução da situação actual adoptado pelo Secretariado Unificado da IV Internacional, na sua reunião de 1 de Junho de 1975";

Seguidamente foi aprovada uma proposta no sentido de solicitar ao SU

que substitua a passagem do texto que refere a defesa pela LCI de um Governo PC, PS, Intersindical, etc. A votação foi a seguinte:

A favor : 8
Contra : 0
Abstenções : 5

2- CONGRESSO

Na discussão das modalidades do debate para o Congresso foram discutidas e votadas várias propostas sobre a sua organização.

A- PROPOSTA Nº 6 : Proposta ao CC sobre a organização do debate para o Congresso (FERNANDO).

Considerando: 1- o atraso político significativo que actualmente se verifica na preparação do Congresso, traduzido no facto de muitos mil. e diversas células não terem ainda discutido de uma forma sistemática os diversos textos que vem saindo;

2- que esse atraso se traduz também no facto de que alguns textos que não servem de base para a formação de tendências não terem sequer iniciado a sua circulação pelo conjunto da organização;

3- que tal circulação, após ter terminado o prazo inicialmente fixado pelo CC para a declaração de tendências (dia 15) impede objectivamente que os diversos militantes após o conhecimento exacto e o amadurecimento de posições políticas expressas, se pronunciem sobre os mesmos na base de textos que poderão vir dar origem(ou não) a outras tendências;

4- que o CC como direcção política da organização deve envidar todos os esforços no sentido quer de criar as condições políticas e organizativas para uma preparação efectivamente democrática do Congresso quer de o impulsionar decisivamente;

5- que o adiamento do prazo de declaração de tendências por um período necessário para a circulação e discussão desses textos contribuirá sem dúvida para criar as condições acima referidas;

6- que finalmente o adiamento do Congresso que a isso obriga o prazo de declaração de tendências, não poderá funcionar como factor de desmobilização da organização para o seu empenhamento na preparação do Congresso, já que os dados fundamentais desse debate estão lançados e a sua preparação é irreversível;

Proponho:

1- que o prazo de entrega de textos que sirvam de base para a declaração de tendências seja adiado por mais 15 dias e que termine necessariamente no dia 30 de Junho. Que o prazo para o reconhecimento de tendência seja até ao dia 5 de Julho devendo portanto as adesões aos diversos textos serem feitas até esse dia e comunicadas à comissão de controle ou aos seus delegados nas regiões ou ao CE até ao dia 4 inclusivé (aprovado)

2- que o Congresso se realize nos dias 9 e 10 de Agosto (recusado)

3- que a organização do debate para o Congresso seja feita da seguinte forma:

a) de 5 a 20 de Julho prazo para o debate entre as tendências formadas, na base de textos e eventualmente de Assembleias de militantes locais e regionais, realização de Encontros Nacionais de Tendências

b) de 20 de Julho a 3 de Agosto, realização de Assembleias locais e regionais sobre os pontos da ordem de trabalhos prevista para o Congresso e na base de relatórios iniciais das diversas tendências

c) de 3 a 7 de Agosto - eleição dos delegados de tendência para o Congresso, na base de Encontros Nacionais de Tendências (recusado)

FERNANDO

Dado que o primeiro ponto desta proposta estava em alternativa com uma proposta aprovada na AGM de TTT, a proposta foi votada ponto por ponto. O seu resultado foi o seguinte:

1º Ponto: PROPOSTA DE FERNANDO : 12 votos
PROPOSTA DE TTT : 1 voto
ABSTENÇÕES : 0

2º Ponto: A favor da proposta de Fernando : 4 votos
Contra a proposta " " : 8 votos
Abstenções : 1

B- Seguidamente foi discutida e votada uma proposta dos camaradas Jorge.

6) Recomendar às tendências a adopção de uma resolução comum expressando o reconhecimento da autoridade do Congresso como instrumento da unidade e desenvolvimento político da LCI. (UNANIMIDADE)

7) Uma comissão do CC deve preparar para a próxima reunião um projecto de balanço da sua actividade e da organização no seu conjunto a apresentar ao Congresso. (UNANIMIDADE)

8) Propôr a todas as tendências a elaboração de textos de síntese das suas posições em torno das principais questões em debate (sob a forma de teses). (UNANIMIDADE)

A votação no 1º ponto foi a seguinte:

Favor - 4 votos

Centra - 6 votos

Abstenções - 3 (Declaração de voto de João e Aníbal) *

A votação nos outros pontos foi a que vem indicada entre parêntesis em frente aos respectivos pontos.

No ponto 7 foi eleita uma comissão para redigir esse balanço:

PROPOSTAS: Secret. do CC Sérgio, André Filipe, Aníbal

VOTOS : 8 4 1

C- Foi aprovada a formação de uma tendência composta pelos camaradas António, Filipe, Gabriel, Hugo, Joana, Jorge, José Luís, Maria, Sofia, Tresso, com base na seguinte declaração de tendência:

DECLARAÇÃO DE TENDÊNCIA:

Os camaradas abaixo assinados estão de acordo com a orientação geral do texto "Conquistar a vanguarda operária, construir o partido, alavanca da revolução socialista", BI nº 3. Por isso, propomos a nossa constituição em tendência, com todos os deveres e direitos que isso implica.

No entanto, unidos por um debate que mal se iniciou, reservamo-nos a possibilidade e trabalharemos no sentido de aprofundar e melhorar as nossas posições e apresentá-las na sua forma final a toda a organização e ao Congresso.

* Declaração de voto do camarada Aníbal em relação ao 1º ponto

O meu voto neste ponto representa por si só uma autocritica em relação à posição anteriormente tomada em CC. Fundamenta-se numa aceitação do texto da célula Lenine "Em defesa do leninismo"

Aníbal

Declaração de voto do camarada João (abstenção) em relação à representação de militantes no Congresso:

1- A proposta anteriormente aprovada pelo CC, que ignora a diferença entre militantes efectivos e estagiários até essa data e em relação ao Congresso, viola sem dúvida as normas leninistas de organização em geral e da selecção em particular.

2- A proposta alternativa de Jorge, Filipe e José Luís é na aparência mais correcta mas efectivamente ^{ainda} mais incorrecta. Os estagiários que ficariam afastados de representação no Congresso, foram recrutados num período particularmente activo da organização, deram as suas provas na acção, não estão tingidos pelo sectarismo anterior da discussão e alguns deles ocupam cargos de responsabilidade na organização.

E que o proposto implica que os militantes não operários organizados até 10 meses e meio antes da data do Congresso não teriam direito a nele estarem representados, o mesmo sucedendo aos militantes operários organizados 6 meses e meio antes do mesmo.

A posição mais correcta seria propor uma redução dos prazos, mas isso poderia provocar a maioria da proposta de Jorge, Filipe e José Luís, a pior das propostas.

João

3- JORNAL

A- Inicialmente foi discutida e aprovada por unanimidade uma proposta do camarada Fernando segundo a qual não terão direito a voto os militantes que não assinem o jornal até à próxima reunião do CC.

B- Foram discutidas e votadas duas propostas sobre o jornal que são as

Zé Luís e Filipe que dizia o seguinte:

PROPOSTA Nº 7 : PARA UM CONGRESSO QUE DEFINA E APLIQUE UMA LINHA POLÍTICA (DECLARAÇÃO AO CC)

1- Anteriormente, o CC votou duas resoluções sobre a preparação do Congresso ("As condições mínimas para a realização de um Congresso democrático em Setembro passado, e ratificou a proposta do CE incluída na sua circular nº 3). Em ambas se sublinhava a necessidade de um debate político aprofundado, e ambas foram adoptadas por unanimidade (excepto no que toca à emenda sobre o voto dos estagiários, na proposta do CE).

2- O Congresso está planeado para um período em que se torna necessário fazer um balanço da actividade da organização, definir e precisar a nossa análise política e a tática de construção do Partido, sobredeterminando a tática de implantação, a aplicação de uma política de F.U.O., a dialéctica entre os sectores de intervenção. Para evitar os impasses a que o empirismo conduz, a desmoralização e o desânimo dos militantes, a erosão da nossa base simpaticizante sob a pressão das outras organizações, o Congresso deve não só esclarecer as divergências como preparar-se para as resolver.

Porque se reduzíssemos o debate ao aprofundar das divergências e à sua cristalização organizada em tendências e em consequência, elegêssemos uma direcção que fedérasse em proporção as várias posições, estaríamos a reduzir o Congresso à sua expressão ridícula de um "centralismo democrático" deformado.

Pelo contrário, pensamos que existem várias condições para que o Congresso possa evitar e impedir a desmoralização, ou mesmo votar uma direcção que não tem a confiança política de toda a organização. Nomeadamente:

a) que o CC vote uma resolução sobre a orgânica do debate que garanta em pormenor a sua democraticidade

b) que o CC discuta e vote o balanço da sua actividade, a circular por toda a organização e a ser apresentado ao Congresso

c) que o CC discuta em pormenor as divergências existentes, a partir da preparação duma reunião prolongada, de forma a que possam surgir perante toda a organização de uma forma clara

d) que as tendências aceitem, em qualquer dos casos - e garantida a democraticidade da sua preparação -, a representatividade e a autoridade do Congresso

3- Finalmente, pelo nosso lado contribuiremos para que o debate na preparação e no Congresso permita verdadeiramente superar a crise actual da LCI, as suas dificuldades políticas, os seus impasses organizativos.

PROPOSTA AO CC (Filipe, José Luís e Jorge)

Considerando as resoluções anteriores votadas em CC, o estágio actual e a importância decisiva do debate, o CC decide:

1) Anular a decisão anterior do CC sobre o voto dos estagiários integridos até ao CC de 11 de Maio, definindo o critério de voto dos militantes efectivos até à abertura do período de debate (FAVOR- 4; CONTRA- 6; ABSTENÇÕES- 3)

2) Desenvolver a participação do conjunto da organização no debate, através da realização de AGMs nas 3 regiões, centradas sobre os seguintes pontos:

1-Situação económica e política; nossas tarefas

-MFA, fórmula governamental e eixos transitórios centrais

2-PC, PS, F.U.O

3-Construção do Partido

preparados na base de relatórios introdutivos das tendências sobre cada ponto, tempo delimitado para as várias intervenções das tendências e período aberto para intervenções de outros militantes. O CE deveria planificar a realização de AGMs. (UNANIMIDADE)

3) Conceder as máximas facilidades para as deslocações dos porta-vozes de tendências ou para a realização de encontros nacionais (auxílio financeiro limitado). (UNANIMIDADE)

4) Preparar uma semana antes do Congresso, conferências regionais nas 3 regiões, na base da ordem de trabalhos do Congresso, onde se expressarão as várias tendências e se elegerão os delegados na base do seguinte critério:

- militantes efectivos membros das tendências na base da proporção de 3 votos para um delegado (UNANIMIDADE)

seguintes:

PROPOSTA Nº 8 :

O CC decide, com vista à regularização e auto-financiamento do jornal, mandar a Comissão Redactorial para estudar a hipótese de reduzir o Jornal para o formato da Voz do Povo a uma cor. A confirmarem-se as condições financeiras favoráveis oferecidas pela tipografia, o jornal passaria a sair nessa tipografia.

Jorge

PROPOSTA Nº 9 :

Considerando:

1- Que a passagem do "LP" a um jornal com o formato e a composição da "Voz do Povo" é desnecessária financeiramente e implica uma ruptura negativa, quando existem outras soluções mais satisfatórias sem esses inconvenientes

Propomos:

1- Que a CR apresente ao próximo CC um estudo sobre os custos dum jornal com o actual formato, a preto e branco e com uma tiragem de 6000 ex. e os dum jornal tipo do da "UDP".

João

VOTAÇÃO

PROPOSTA Nº 8 - 7 votos (Jorge, José Luís, Filipe, Aníbal, Sérgio, André e Castelo)
PROPOSTA Nº 9 - 6 votos (João, Samuel, Fernando, Benjamin, César e Anícar)

Foi ainda aprovado por 6 votos a favor, 5 contra e 2 abstenções que caberia ao CC ratificar as diligências feitas pela Comissão Redactorial para alterar o formato do Jornal.

CC 15/6/75



AO COMITÉ CENTRAL DA L.C.I. - U.O.R.

Um grupo de militantes trotskistas

1. colocando-se firmemente no quadro da Quarta Internacional, reconhecida como centralizadora dos esforços à escala internacional no sentido da construção do partido Mundial da Revolução Socialista e como única força capaz de desempenhar coerentemente esse papel;
2. aceitando portanto os princípios e as bases programáticas por que se rege a Quarta Internacional; aceitando a metodologia do Programa de Transição e reconhecendo nomeadamente a justeza das posições políticas essenciais assumidas em textos programáticos, como: "A Dialéctica da Revolução Mundial", "A radicalização internacional da juventude e as tarefas da Quarta Internacional", e, por exemplo, do "Relatório sobre a tática na Europa" (IX Congresso, de P. Frank) (de notar que não tivemos ainda acesso aos documentos aprovados no X Congresso),
3. considerando como absolutamente necessária e urgente a construção do Partido Operário Revolucionário, secção da Quarta Internacional em Portugal, partido esse único capaz de conduzir e dirigir o proletariado português na via da Revolução Proletária e da construção do socialismo, através da conquista para o programa marxista revolucionário dos elementos de vanguarda que actualmente emergem nas fábricas a partir das lutas parcelares das massas trabalhadoras contra a exploração capitalista, e dos revolucionários dispersos por toda uma série de agrupamentos e organizações centristas através da demonstração prática de que o programa marxista revolucionário é o único que responde cabalmente às necessidades concretas das massas proletárias em luta;



4. constatando a existência de duas formações políticas (LCI e UOR) reclamando-se do marxismo revolucionário, divisão de forças que, dado que as divergências políticas existentes não tinham sido suficientemente testadas e dado que ocorriam desenvolvimentos políticos que permitiam que essas divergências pudessem e devessem ser repensadas à luz de uma nova situação política, enfraquecia o impacto político necessário à construção de um pólo de atracção revolucionário alternativo ao estalinismo e ao reformismo;

5. considerando como urgente a luta pela unificação política das forças marxistas revolucionárias através da clarificação das divergências existentes,

este grupo de militantes trotskistas decidiu organizar-se independentemente das duas formações, sob a sigla de OMIR, assumindo como orientação fundamental a procura de vias concretas para a unificação das forças marxistas revolucionárias divididas.

II. O que se vem desenvolvendo neste texto-documento constitui o nosso contacto formal com a LCI-UOR. Este mesmo surge do nosso propósito de unificação da prática política das forças marxistas revolucionárias, intenção essa manifestada no ponto I.5. Como manifestamente foi considerado num primeiro contacto tido com um membro dessa organização. Como tal, e aguardando o início de um possível entabulamento de relações políticas, era de nossa intenção aprontar um texto programático que desse formalmente início ao processo total de unificação. Num segundo contacto, tido com o mesmo membro da LCI-UOR, foi-nos comunicado o corte imediato de contactos para futuro; tal decisão emanava de uma instância orgânica competente da LCI-UOR. A mesma assentava no facto de dois militantes da OMIR não oferecerem garantias de uma correcta prática política, dados os antecedentes que teriam existido na organização que viria posteriormente a constituir a LCI. Este facto constitui um lamentável reparo, por parte de todo s

os elementos que constituem a nossa organização, isto porque esse mesmo facto lamentável não o consideramos suficiente para um corte imediato das relações que vínhamos iniciando, e ainda ao contrário do que se formou como causa a possível ligação da OMIR à LCI-UOR não é um caso de divergências passadas de dois antigos militantes que nunca sequer à LCI ou à UOR pertenceram.

Porque os primeiros três pontos nos animam para posições marxistas revolucionárias que pretendemos consequentes, e dado que pretendemos militar consequentemente no projecto que cremos comum, não se justificando a divisão existente, e dado que os obstáculos postos à colaboração política por nós proposta não são de modo algum para uós fundamentais e sim secundários, e baseados em informações prestadas a nível pessoal por membros da LCI-UOR, resolvemos:

- dissolver a nossa organização com o fim exclusivo de individualmente podermos ter ingresso à militância no quadro da LCI-UOR

NOTA: Dado que o ingresso deverá ser individual, só se consideram aptos a ingressar imediatamente na LCI-UOR 7 dos nossos militantes; entre estes 7 militantes, encontram-se 2 dos que constituem o único obstáculo ao ingresso em grupo.

- pedir à instância competente da LCI-UOR quais as condições a satisfazer para se efectivar o nosso ingresso.
- pedir que o prazo para uma resposta, ou primeira resposta, a este nosso pedido seja de uma semana a partir da entrega deste documento,
- que as respostas sejam dadas por estrito.

AUGUSTO, CARLOS, XAVIER, HELENA, ISABEL, RICARDO e JAIME.

DIA 21 JUNHO DE 1973



Dest. LCI. (cc)

Posto

PSR

PARIS, le 17-7-74

Camarades,

Le camarade Gabriel a fait un séjour dans la L.C.I. Il a eu l'occasion de prendre connaissance de votre travail anti-colonial et de débattre avec vous de questions de fond pour les perspectives des m.r. dans les colonies.

Le camarade a fait sur place des propositions. Nous vous envoyons aujourd'hui la rédaction de ces propositions et de ces réflexions, afin de ne pas en rester au simple débat oral et afin de faire des propositions organisationnelles.

Il reste que cette lettre représente le seul point de vue de la commission Afrique. Sans engager automatiquement la direction de l'Internationale qui sera consultée très prochainement. (Un double du texte lui parviendra)

En espérant pouvoir établir avec vous une correspondance régulière pour la progression de notre travail, recevez, chers camarades, nos salutations communistes.

Commission Afrique - Paris -



LA commission Afrique a toujours estimé que l'apparition d'un groupe trotskyste au Portugal modifierait qualitativement les données de notre travail en direction des colonies portugaises. Non seulement un tel facteur pouvait favoriser une clarification dans les mouvements de libération, mais encore, il pouvait être le terreau d'un travail réel de construction.

Après le 25 avril, la situation politique dans les colonies, la croissance de la L.C.I. nécessitait la venue d'un camarade de la commission pour :

- s'informer des possibilités et des réalités du travail Afrique et anti-colonial afin d'intégrer cette expérience à notre pratique générale.
- prendre connaissance du débat interne.
- envisager les formes ^{d'aide} politiques et matérielle à ce travail.

Les camarades de la L.C.I. connaissent les grandes lignes de notre appréciation politique sur les mouvements de libération et sur la période politique ouverte dans les colonies après le 25 avril. Rouge, Afrique en lutte et Imprécor n) 2 et 3 ont déjà rassemblé un matériel écrit d'actualité.

La commission Afrique estime que les mouvements de libération dans les colonies portugaises constituent des organisations à conception multiclassiste rassemblant autour d'un programme nationaliste des éléments radicalisés de la petite bourgeoisie urbaine et une part importante de la paysannerie pauvre. Le déroulement de la lutte, la nature du colonialisme portugais, la formation sociale particulière ont permis une rupture décisive de ces organisations avec le nationalisme réformiste et droitier qui présida la décolonisation des empires français et britanniques. Ce n'est pas la transmutation miraculeuse de directions droitières en directions nationalistes révolutionnaires, c'est, au contraire, leur développement en tant que tel dès la première phase d'accumulation et de regroupement. Mais cette rupture entre le nationalisme des colonies portugaises et le marais droitier du reste du continent n'est que pragmatique et incomplète. C'est à dire qu'il ne pouvait y avoir en regard de la situation politique mondiale et continen-

tales, et en rapport avec la formation sociale et les forces sociales engagées dans la lutte et ses évolutions, de véritable transcroissance sur un programme authentiquement anti-capitaliste. Ce qui caractérise donc à cette étape la nature des directions, c'est

- leur profonde hétérogénéité
- l'absence de théorisation quelconque du processus
- le refus général mais souvent moral et économiste du néo-colonialisme
- l'existence d'une ligne de classe potentielle en leur sein

D'une telle analyse découle l'inévitabilité de débat et de conflit politique au sein des mouvements sous la pression de la nouvelle situation politique.

Pour les marxistes révolutionnaires cela signifie aussi que les tendances "gauches" potentielles (c'est à dire non encore révélées et sans la formalisation d'une position politique cohérente.) ne pourrait :

- au moins jouer en rôle décisif (à termes oppositionnels)
- au mieux devenir hégémonique

que si nous avons une intervention consciente en leur direction.

Pour la commission Afrique; dans la conjoncture actuelle, en rapport avec notre analyse des mouvements et de la situation sociale, l'axe de radicalisation de la lutte passe DANS les mouvements.

Mais cette affirmation n'est en rien un pronostic précis sur la conclusion finale du processus en cours. Nous ne disons pas que obligatoirement une transcroissance va se réaliser et que la clarification programmatique s'effectuera encore une fois sous l'effet de "l'expérience". Au contraire, nous insistons sur :

- la pression des Etats néo-coloniaux
- l'absence de compréhension réelle du néo-colonialisme
- les dangers d'une "promotion" 25 avril provoquant le recrutement massif d'éléments petits-bourgeois n'ayant pas participé à la lutte et renforçant les tendances les plus confuses.

Mais nous pensons que la tâche décisive de l'heure est le regroupement et l'homogénéisation des éléments les plus conscients, se réclamant du marxisme posant encore timidement et de manière volontariste la question de la finalité sociale pour en faire des tendances marxistes révolutionnaires se liant aux masses en capitalisant sur un programme anti-capitaliste un acquis REEL du mouvement de libération masse : 15 ans de lutte armée et de mobilisation de la paysannerie.

Sans cette intervention consciente des m.r les possibilités de liquidation des débats au profit des éléments droitiers et de dégénérescence des mouvements en seront largement facilités.

Arrivés à ce stade de réflexion, le débat induit par la LCI est le suivant: ne faut-il pas poser dès maintenant et en priorité la question de la construction de groupes autonomes m.r accessoirement soutenu par un travail de tendance ?

Ce débat est parfaitement intéressant et implique effectivement une prise en compte de notre part de questions tactiques décisives. Mais ce débat ne peut être positif que s'il n'est porteur d'aucune confusion et divergences en amont à savoir :

- sommes nous d'accord sur l'analyse des directions ?
- sommes nous d'accord sur la période ?
- sommes nous d'accord sur l'analyse de la formation sociale ?

Les courts débats que nous avons eu n'ont pas permis de répondre affirmativement à ces trois questions.

Nous devons donc préciser notre propre argumentation. Les camarades partisans de la construction prioritaire de groupes autonomes expliquent

- 1) qu'il s'agit d'une position de principe en s'appuyant notamment sur le paragraphe 5 de la thèse sur les questions nationale et coloniales du 2ème congrès de l'I C
- 2) de l'existence d'une classe ouvrière dont la croissance numérique va se poursuivre par le processus d'~~in~~ industrialisation.
- 3) de lutte sociale intense redonnant un poids nouveau au prolétariat des villes.
- 4) la pratique de + en + opportuniste des mouvements de libération -notamment un communiqué du PAIGC (non connu par nous) au moment des négociations de Londres affirmant la nécessité de ne pas mener de grèves à bissau dans la période.

De ces points les camarades déduisent :

- la possibilité de construire de réelles organisations M.R implantées dans la classe ouvrière et prenant un rôle ~~in~~ décisif et alternatif aux mouvements de libération.
- l'impossibilité de soutenir le PAIGC, FRELIMO et MPLA car une telle attitude est contradictoire avec notre propre travail autonome.
- la possibilité de soutenir "la lutte armée des paysans et des travailleurs".
- le maintien secondaire d'un travail de tendance.

De notre côté nous affirmons que :

- 1) les thèses du Xème congrès (dont les camarades n'ont toujours pas reçu la moindre copie), stipule que nous soutenons les 3 mouvements. Mais que le processus révolutionnaire ne pourra s'achever qu'avec la construction du parti d'avant-garde à partir notamment d'une clarification au sein des mouvements. Ceci veut dire que le X⁰ème congrès prévoit implicitement la question des groupes autonomes dans la période.
- 2) Mais nous pensons que la CONJONCTURE impose la priorité du travail de tendance. Il peut y avoir des camarades non membres des mouvements commençant un travail clandestin dans les villes, mais il est illusoire et faux de leur demander une ~~px~~ apparition publique et de leur attribuer nos principales forces.
- 3) construire un groupuscule de 15 camarades à Lorenzo Marques serait en définitive totalement négatif pour les possibilités de débats au sein des mouvements.
- 4) dans le cas où nous voudrions affirmer un pôle M.R. extérieurs aux mouvements, il nous faudrait être capables de montrer dans les faits (et pas uniquement en comparant les programmes) par notre propre activité, les raisons pour lesquelles les mouvements trahissent la lutte et les intérêts des travailleurs et de la paysannerie pauvre. Construire des groupes autonomes ne se limite pas à répondre "en creux" aux limites des programmes.
- 5) La croissance numérique de la classe ouvrière ne signifie aucunement l'existence d'un "mouvement ouvrier" avec ses traditions, ses ~~situations~~ propres etc... Dans les grèves actuelles, les travailleurs reconnaissent

stacturations

.../...

au moins les mouvements comme direction quand ~~ils~~ ceux-ci ne sont pas directement impliqués dans ces grèves.

6) Croire qu'à tel programme correspond telle dynamique est une erreur qui ne tient pas compte :

- des nouvelles données Internationales et continentales
- des liens particuliers et des structures particulières qui existent entre ces directions et les mouvements de masse.

et de l'impossibilité d'une décolonisation "à la De Gaulle"

Les programmes des mouvements constituent une donnée importante mais non suffisantes pour rendre compte de leur histoire, de leur nature, et de leur hétérogénéité. L'histoire de la révolution ~~algérienne~~ algérienne ne peut se reproduire ~~mécaniquement~~ mécaniquement dans les conditions de l'Afrique noire sous le simple prétexte qu'il n'y a de clarification sur la question du socialisme et de l'Etat ouvrier. Il ~~fall~~ faut tenir compte de la réussite ou pas des opérations troisième forces (MDC, COREMO, FRECOMO, etc...) qui dans l'affirmatif regrouperait en dehors des mouvements les forces essentielles de la petite bourgeoisie réactionnaire.

7) La guerre révolutionnaire prolongée n'est pas une conséquence de la faiblesse qualitative de la classe ouvrière et la sanction d'une hégémonie de la petite bourgeoisie radicalisée sur les masses paysannes. Certes les formulations erronées de cette forme de lutte révolutionnaire (MIR, MAPU mouvements de libération, organisations palestiniennes) soutendent des confusions sur les objectifs ou les moyens. Mais il reste que les m;r doivent clarifier ses questions en les ~~int~~ intégrant à leurs analyses. 15 ans de lutte armée dans les colonies portugaises n'est pas une affreuse voie de garage petite bourgeoisie favorisant le pouvoir bureaucratique de la petite bourgeoisie. ~~Elle~~ Elle est un acquis du mouvement de masse que nous devons capitaliser et orienter sur des objectifs anti-capitalistes. La dégénérescence possible de la lutte ne vient pas du piège illusoire de la lutte armée mais viendra de l'absence du pôle m.r organisé dans ce processus de lutte armée.

8) La dynamique en cours dans les colonies portugaises ne peut s'appréhender qu'en relation avec la situation continentale, les conditions particulières de la formation sociale africaine et le place spécifique de la petite bourgeoisie dans les rapports sociaux induits par la colonisation portugaise. L'intégration par l'impérialisme de la petite bourgeoisie des colonies portugaises dans un cadre néo-colonial ne peut se faire par les mêmes voies qu'avec un Senghor, ou même ~~un~~ un S.Touré.

9) Nous devons aussi comprendre qu'une défaite ou un virage droitier du PAIGC ou du FRELIMO^{de} signifierait pas d'abord l'échec ou la preuve de la trahison de "directions petites bourgeoises". Elle signifierait avant tout un grave recul des rapports de force au NIVEAU CONTINENTAL et correspond à une défaite du mouvement de masse.

10) Notre tâche est bien celle de la construction du parti révolutionnaire. Elle est bien de nous préparer à toute modification de la situation pour décider des formes tactiques de notre travail nous engageant au moment opportun dans la construction de groupes m.r. Mais en absence d'un travail préalable au sein des mouvements de libération nous réduirions cet objectif à un alibi séduisant sans doute mais ne constituant pas un pôle crédible.

11) Le débat sur les questions des groupes autonomes ne recouvre pas simplement une question tactique, il correspond pour les camarades à des divergences de fond sur la nature des mouvements et l'appréciation de la formation sociale.

12) Le soutien aux mouvements de libération ne signifie aucunement un point de vue a-critique vis à vis de leurs directions. Au contraire, nous continueront le travail d'analyse critique entrepris dans Rouge, Inprécor et Afrique en Lutte.

Nous envisageons donc en rapport avec nos tâches de commission Afrique et après avis de la direction de l'Internationale.

1) Dans l'immédiat la perspective d'un travail de tendance.

2) Nos camarades méneraient prioritairement le débat sur :

- la question de l'indépendance nationale véritable
Comment ? par qui ?

- la question des relations avec les Etats néo-coloniaux

- la dynamique internationaliste des luttes de classe Dans le cadre d'une Afrique balkanisée par l'impérialisme et l'impossibilité de la construction du socialisme sur la base des Etats existants. C'est à dire la nécessité de se lier au mouvements révolutionnaires africains.

- La question du mouvement ouvrier international. Ses division le stalinisme, l'avant-garde révolutionnaire.

3) Dans un premier temps, il serait illusoire de croire que nous pouvons construire des tendances de masse clandestines. Les noyaux de tendances doivent intervenir de manière souple afin de préparer les conditions ~~de l'émergence~~ de l'émergence de tendance de masse au moment opportun sans risquer des dénonciations intempestives dans les conditions "démocratiques" de ces mouvements.

Cependant, notre tactique à ce propos peut varier selon notre implantation locale, notre poids réel, dans telle ou telle structure du mouvement permettant une marge de manoeuvre plus ou moins grande pour mener le débat.

4) Nous ne visons pas à ~~fix~~ faire de nos camarades des "responsables entrés" Ils ~~auront~~ auront comme principale préoccupation leur implantation effective dans le mouvement de masse, leur participation réelle aux lutte Ceci signifie que nous devons avoir dès a présent une politique cohérente de construction de tendance. Nos camarades doivent s'efforcer de prendre pied dans les secteurs décisifs d'un point de vue de base sociale pour le débat de tendance à venir : zones urbaines, secteurs ouvriers, c.v., etc...

5) Dans le cas de l'Angola, la crise du MPLA et sa perte grandissante d'autonomie par rapport au Congo et à la Zambie pose dès à présent la tâche de construction d'une tendance anti-capitaliste publique face aux 3 autres tendances, prête pour sa part à jouer un rôle indépendant dans la crise qui s'annonce dans ce pays et dans la phase de décomposition ultérieure du MPLA. On notera cependant le grave retard de notre mouvement dans cette tâche.

6) La presse de l'Internationale renforcera ses analyses du processus révolutionnaire dans ces pays et ne ménagera pas ses critiques aux ~~directions~~ directions. Ce matériel écrit servira indirectement au travail de nos camarades.

7) Actuellement l'effort principal doit se faire au Portugal en direction des étudiants africains? Mais l'objectif est le transfert rapide de ce travail dans les pays eux-mêmes. La centralisation au niveau de la commission Afrique et d'une direction de tendance doit être un objectif immédiat malgré l'éclatement de notre travail entre le Portugal et les colonies.

8) Il est souhaitable que l'ensemble des camarades africains travaillant



.../...

ou moins les mouvements comme direction quand ~~ils~~ ceux-ci ne sont pas directement impliqués dans ces grèves.

6) Croire qu'à tel programme correspond telle dynamique est une erreur qui ne tient pas compte :

- des nouvelles données Internationales et continentales
- des liens particuliers et des structures particulières

qui existent entre ces directions et les mouvements de masse.

à de l'impossibilité d'une décolonisation "à la De Gaulle"

Les programmes des mouvements constituent une donnée importante mais non suffisantes pour rendre compte de leur histoire, de leur nature, et de leur hétérogénéité. L'histoire de la révolution ~~algérienne~~ algérienne ne peut se reproduire ~~mécaniquement~~ mécaniquement dans les conditions de l'Afrique noire sous le simple prétexte qu'il n'y a de clarification sur la question du socialisme et de l'Etat ouvrier. Il ~~faux~~ faut tenir compte de la réussite ou pas des opérations troisième forces (MDC, COREMO, FRECOMO, etc...) qui dans l'affirmatif regrouperait en dehors des mouvements les forces essentielles de la petite bourgeoisie réactionnaire.

7) La guerre révolutionnaire prolongée n'est pas une conséquence de la faiblesse qualitative de la classe ouvrière et la sanction d'une hégémonie de la petite bourgeoisie radicalisée sur les masses paysannes. Certes les formulations erronées de cette forme de lutte révolutionnaire (MIR, MAPU mouvements de libération, organisations palestiniennes) soutendent des confusions sur les objectifs ou les moyens. Mais il reste que les m;r doivent clarifier ses questions en les ~~intégrant~~ intégrant à leurs analyses. 15 ans de lutte armée dans les colonies portugaises n'est pas une affreuse voie de garage petite bourgeoise favorisant le pouvoir bureaucratique de la petite bourgeoisie. ~~Elle est un acquis du mouvement de masse que nous devons capitaliser et orienter sur des objectifs anti-capitalistes.~~ Elle est un acquis du mouvement de masse que nous devons capitaliser et orienter sur des objectifs anti-capitalistes. La dégénérescence possible de la lutte ne vient pas du piège illusoire de la lutte armée mais viendra de l'absence du pôle m.r organisé dans ce processus de lutte armée.

8) La dynamique en cours dans les colonies portugaises ne peut s'appréhender qu'en relation avec la situation continentale, les conditions particulières de la formation sociale africaine et le place spécifique de la petite bourgeoisie dans les rapports sociaux induits par la colonisation portugaise. L'intégration par l'impérialisme de la petite bourgeoisie des colonies portugaises dans un cadre néo-colonial ne peut se faire par les mêmes voies qu'avec un Senghor, ou même ~~un~~ un S.Touré.

9) Nous devons aussi comprendre qu'une défaite ou un virage droitier du PAIGC ou du FRELIMO signifierait pas d'abord l'échec ou la preuve de la trahison de "directions petites bourgeoises". Elle signifierait avant tout un grave recul des rapports de force au NIVEAU CONTINENTAL et correspond à une défaite du mouvement de masse.

10) Notre tâche est bien celle de la construction du parti révolutionnaire. Elle est bien de nous préparer à toute modification de la situation pour décider des formes tactiques de notre travail nous engageant au moment opportun dans la construction de groupes m.r. Mais en absence d'un travail préalable au sein des mouvements de libération nous réduirions cet objectif à un alibi séduisant sans doute mais ne constituant pas un pôle crédible.

11) Le débat sur les questions des groupes autonomes ne recouvre pas simplement une question tactique, il correspond pour les camarades à des divergences de fond sur la nature des mouvements et l'appréciation de la formation sociale.

12) Le soutien aux mouvements de libération ne signifie aucunement un point de vue a-critique vis à vis de leurs directions. Au contraire, nous continueront le travail d'analyse critique entrepris dans Rouge, Inprécor et Afrique en Lutte.

Nous envisageons donc en rapport avec nos tâches de commission Afrique et après avis de la direction de l'Internationale.

- 1) Dans l'immédiat la perspective d'un travail de tendance.
- 2) Nos camarades méneraient prioritairement le débat sur :
 - la question de l'indépendance nationale véritable
Comment ? par qui ?
 - la question des relations avec les Etats néo-coloniaux
 - la dynamique internationaliste des luttes de classe Dans le cadre d'une Afrique balkanisée par l'impérialisme et l'impossibilité de la construction du socialisme sur la base des Etats existants. C'est à dire la nécessité de se lier au mouvements révolutionnaires africains.
 - La question du mouvement ouvrier international. Ses divisions : le stalinisme, l'avant-garde révolutionnaire.
- 3) Dans un premier temps, il serait illusoire de croire que nous pouvons construire des tendances de masse clandestines. Les noyaux de tendances doivent intervenir de manière souple afin de préparer les conditions ~~de l'urgence~~ de l'émergence de tendance de masse au moment opportun sans risquer des dénonciations intempestives dans les conditions "démocratiques" de ces mouvements.
Cependant, notre tactique à ce propos peut varier selon notre implantation locale, notre poids réel, dans telle ou telle structure du mouvement permettant une marge de manoeuvre plus ou moins grande pour mener le débat.
- 4) Nous ne visons pas à ~~fix~~ faire de nos camarades des "responsables entrés" Ils ~~auront~~ auront comme principale préoccupation leur implantation effective dans le mouvement de masse, leur participation réelle aux luttes. Ceci signifie que nous devons avoir dès à présent une politique cohérente de construction de tendance. Nos camarades doivent s'efforcer de prendre pied dans les secteurs décisifs d'un point de vue de base sociale pour le débat de tendance à venir : zones urbaines, secteurs ouvriers, c.v., etc...
- 5) Dans le cas de l'Angola, la crise du MPLA et sa perte grandissante d'autonomie par rapport au Congo et à la Zambie pose dès à présent la tâche de construction d'une tendance anti-capitaliste publique face aux 3 autres tendances, prête pour sa part à jouer un rôle indépendant dans la crise qui s'annonce dans ce pays et dans la phase de décomposition ultérieure du MPLA. On notera cependant le grave retard de notre mouvement dans cette tâche.
- 6) La presse de l'Internationale renforcera ses analyses du processus révolutionnaire dans ces pays et ne ménagera pas ses critiques aux ~~différentes~~ directions. Ce matériel écrit servira indirectement au travail de nos camarades.
- 7) Actuellement l'effort principal doit se faire au Portugal en direction des étudiants africains? Mais l'objectif est le transfert rapide de ce travail dans les pays eux-mêmes. La centralisation au niveau de la commission Afrique et d'une direction de tendance doit être un objectif immédiat malgré l'éclatement de notre travail entre le Portugal et les colonies.
- 8) Il est souhaitable que l'ensemble des camarades africains travaillant



avec la LCI soient organisés sur le même objectif et dans les mêmes structures.

9) La structuration de nos camarades au Portugal se fait de manière strictement clandestine et avec la précaution de cloisonnement vis à vis des cellules LCI.

10) Nous considérons dès à présent ces camarades comme l'ébauche d'un groupe de sympathisants de la 4^{ème} Internationale. Ils doivent pouvoir définir leur propre ~~intervention~~ intervention en rapport avec l'Interet de la LCI.

Des relations étroites doivent s'établir avec la LCI sans que ~~celle-ci~~ celle-ci les considère comme strictement intégrés à elle-même.

Nous comprenons la nouveauté de cette question dans notre mouvement. Les statuts officiels prévoit l'appartenance obligatoire de tout militant à la section du pays où il séjourne. Mais l'exemple du GRS Antilles et aujourd'hui celui de nos camarades africains au Portugal pose le problème des fortes émigrations des colonies vers les métropoles. Les m.r reconnaissent le droit à la structuration autonome dans le cadre de l'Inter. de groupes représentant les masses encore sous domination coloniale, signifiant ainsi y compris dans nos structures la défense de leurs droits nationaux. De la même manière qu'il existe une aile émigrée du GRS au côté du FCR en tant qu'entité organisationnelle, il est souhaitable que nos camarades africains progressent dans le sens de leur structuration propre.

11) La commission Afrique se charge de centraliser ce travail, de l'intégrer dans le cadre plus général du travail Afrique. Les camarades africains participeront ~~de~~ retour au travail Afrique, aideront à nos tâches d'élaboration et d'écriture, travailleront ~~avec~~ avec leurs camarades africains des autres pays, participeront en tant que groupe sympathisant aux initiatives internes de l'Inter. dans le respect de leur clandestinité stricte.

12) La commission Afrique s'engage à aider au mieux les camarades de la LCI pour leur fournir les informations nécessaires afin de leur faciliter travail et débats. Elle sera à ~~leur disposition~~ la disposition de la direction de la LCI pour l'épauler dans sa tâche anti-colonial.



SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

.....CERTIDÃO.....

- - - ANTÓNIO ABRANTES MENDES, Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e Secretário do Supremo Tribunal de Justiça; - - -

.....CERTIFICO que a folhas duas verso do processo de legalização da Liga Comunista Internacionalista (L.C.I.) consta o Comité Central do mesmo Partido, que é composto pelos seguintes membros: Francisco Maria de Basto do Vale e Vasconcelos; Francisco Anacleto Louçã; José Carlos Cabral Fernandes; e Francisco José Beja da Silva Sardo. - -

- - - É quanto me cumpre certificar em face do que consta dos referidos processo. - - -

- - - Lisboa e Supremo Tribunal de Justiça, oito de Março de mil novecentos e setenta e cinco. - - -

O Secretário,

[Handwritten signature]

C O T A

Isenta de Custas

e selos.

Lisboa, data supra.

O Secretário,

[Handwritten signature]



DECLARAÇÃO CONJUNTA DOS COMITÉS CENTRAIS DA LCI E DO PRT



EM FRENTE PELA CONSTRUÇÃO DUM FORTE PARTIDO REVOLUCIONÁRIO



Camaradas:

Os Comités Centrais da LCI e do PRT dirigem-se a todos vós, trabalhadores, jovens e mulheres, num momento difícil desta luta que os explorados têm travado desde o 25 de Abril.

Temos consciência, camaradas, de que não escolhemos o momento mais fácil para estusiasmar-vos na tarefa de construir um novo partido revolucionário. Muitos dos lutadores de ontem encontram-se agora cansados de derrotas e de traições. Muitos estão confundidos e começam a perguntar a si próprios se não será melhor esperar com paciência pelas soluções do Governo.

Afinal de contas, Mário Soares já diz que começou a ver-se "luz no fundo do túnel". Durante muito tempo falou-se do túnel que o povo português tinha que atravessar, cheio de escuridão, miséria e sacrifícios, para recuperar a economia. Ago-

ra começa a dizer-se que o pior já passou.

Os nossos dois partidos não acreditam nisso, camaradas. O partido unificado que a LCI e o PRT vão construir juntos não se deixará, nem por um minuto, embalar nessa ilusão.

Talvez seja verdade que o pior já passou para o Governo e para os burgueses que ele representa. Andaram mais, de um ano às voltas com o FMI mas acabaram por receber o dinheiro. Agora estão descansados e nem sequer lhes passou pela cabeça que os trabalhadores possam estar revoltados contra o política de miséria resultante desse empréstimo.

Até hoje a única "luz" que os trabalhadores viram foi o Pacote-3. As donas de casa e todos nós vemos os preços continuarem a subir. Os jovens cada vez têm menos oportunidades de emprego e no melhor dos casos conseguem contratos a prazo que os obrigam a viver em permanente insegurança. Os estu-

dantes são brutalmente afastados do direito ao ensino. Mesmo o sector da saúde, onde o ministro tem defendido um projecto aparentemente inovador de Serviço Nacional de Saúde, mesmo esse sector tem uma verba no Orçamento Geral do Estado muito inferior aquela que se destina às forças repressivas, à polícia, à GNR e aos enormes aumentos de vencimento dos generais, almirantes e membros do Governo. Talvez para o Governo o pior já tenha passado, mas para os trabalhadores e para o povo dir-se-ia que o pior ainda está para vir.

E não é só para os dias de hoje e de amanhã que os acordos com o FMI nos reservam esta sorte cada vez mais miserável. A política do FMI vem para ficar. É uma política pensada cuidadosamente para durar anos e anos e para manter a escravidão de todos os que trabalham. É uma política de inflação permanente que prevê novas subidas de preços, novas desvalorizações do Escudo, talvez até o racionamento de produtos de alimentação e vestuário para o ano que vem. Além disso, é uma política para manter os salários o mais congelados possível, liquidando as reivindicações do Movimento Operário com a ameaça do desemprego. Ela obriga os bancos a levarem um juro tão alto pelos empréstimos que milhares de pequenas empresas serão conduzidas à ruína e dezenas de milhares de trabalhadores ao desemprego.

Isto, camaradas, é o que nos espera no fim do túnel do Governo: é o túnel do FMI, ainda mais escuro e miserável. Agora

que a coligação PS-CDS chegou a um acordo com o imperialismo, é o próprio FMI que mandará periodicamente os seus inspectores a Portugal para fiscalizarem e verem se a política anti-operária está a ser praticada com suficiente rigor. Se até agora tínhamos que haver-nos com o Governo PS-CDS, agora vamos ter pela frente esse perigoso inimigo que é o FMI, com os seus cérebros mais brilhantes e sinistros a exigirem que os trabalhadores portugueses passem o resto das suas vidas a pagar o "grande empréstimo".

Camaradas:

Não inventámos estes argumentos para convencer seja quem foi sobre a necessidade de voltar à luta. Esta é a realidade! Não vai haver em Portugal nenhum capitalismo rico, próspero, generoso e altamente democrático. Os patrões portugueses, apertados pelos credores estrangeiros, vão fazer o melhor que puderem para sugar-nos todas as nossas forças. Os lutadores operários que estão cansados de derrotas só têm uma alternativa: ou se entregam de pés e mãos amarradas à política do Governo burguês, ou, então, levantam-se para o segundo assalto da revolução portuguesa e começam a construir nas suas lutas um forte partido revolucionário. Os milhares de jovens que se revoltam contra a política reaccionária deste Governo serão um motor decisivo para esse partido.

POR UM PARTIDO DE COMBATE QUE DEFENDA OS NOSSOS DIREITOS

Os trabalhadores da Função Pública, os operários conserveiros, os mineiros, os professores, todos os que entraram em luta por melhores salários ou pelo direito ao trabalho, têm sido sempre acusados de sabotarem a economia e de quererem derrubar o Governo. A verdade, porém, é que os verdadeiros sabotadores da economia são os dirigentes do FMI e os seus cúmplices do governo português. Os lutadores e os grevistas são um exemplo a seguir por todos os trabalhadores que até aqui têm sido atacados sem darem resposta.

E se é verdade que hoje esses exemplos são relativamente pouco abundantes, porque o movimento operário está a jogar à defesa, também é verdade que os outros trabalhadores portugueses, a maioria, não estão completamente desmobilizados. O crescimento dos sindicatos, o reforço da CGTP como central única e o fracasso que até agora originaram todas as tentativas de criar sindicatos paralelos, mostram que os trabalhadores se organizam para poderem resistir.

Mas não basta a CGTP ter muita força. É preciso usá-la! Se o Secretariado da CGTP quizesse opor-se com firmeza à política anti-operária do Governo a situação, concerteza, já teria mudado.

Muitos camaradas certamente nos dirão que os sindicatos fazem o que podem e que os partidos não têm que meter-se nesses assuntos. Para defender o nosso poder de compra, os nossos salários, as nossas garantias de emprego, lá estão os sindicatos. É essa, sem dúvida, a tarefa dos sindicatos. Mas ela não pode ser realizada em condições enquanto os sindicatos

continuarem a submetidos a um controle como o do PCP, que faz depender as lutas operárias das suas combinações de gabinete com o Governo. É inadmissível, por exemplo, que os dirigentes sindicais da Função Pública aceitem sem lutar as vergonhosas tabelas salariais do ministro Rui Pena, tudo com o pretexto de que esse governante "aceitou dialogar"! Este episódio, que seria anedótico se não fosse trágico para os trabalhadores da Função Pública, é bem uma caricatura do comportamento dos dirigentes sindicais afectos ao PCP mantêm em todas as situações: aceitar as medidas anti-operárias do Governo, desde que os sindicatos sejam consultados primeiro...

A LCI e o PRT, que não rejeitam por princípio as negociações com o Governo, entendem, no entanto, que essas negociações não servem para nada se não forem acompanhadas com a luta e com a mobilização dos trabalhadores. Há reivindicações elementares em que não podemos ceder, nem nós nem os sindicatos, por muito que o Governo nos consulte. Temos que lutar por um aumento salarial de 2.500\$00 para todos os trabalhadores, por contratos colectivos com garantia de emprego para todos, nomeadamente os mais jovens e com tabelas salariais que devem ser revistas de 6 em 6 meses de acordo com a taxa de inflação. Temos que lutar pela saída imediata desses contratos e contra o arrastamento das negociações por manobras do patronato. O Governo do FMI-PS-CDS está a atacar e nós somos obrigados a jogar à defesa. Estas reivindicações, modestas para o tamanho da crise social que existe, são a última trincheira para onde podemos recuar sem sofrermos uma

derrota de proporções históricas. Mas não conseguiremos nenhum aumento salarial razoável se ficarmos à espera que o Governo seja generoso em acordos de gabinete. A única maneira de defender esta trincheira é lutar.

O problema é que o actual Secretariado da CGTP não está disposto a enveredar por esse caminho. A sua política é a do Pacto Social, embora não tenha assinado nenhum documento com esse nome. O PCP dirige o movimento sindical e submeteu-o à sua política conciliadora. Os lutadores operários e sindicalistas que reconheçam a necessidade dum Plano de Luta para

levar as nossas mobilizações à vitória terão que lutar contra toda a política de Pacto Social praticada pelo PCP. O partido que a LCI e o PRT pretendem construir será o seu instrumento para essa batalha. Os partidos operários conciliadores não só são incapazes de fazer a revolução, como ainda por cima se demitem das mais elementares tarefas defensivas a que o capitalismo nos obriga. Sob a direcção do PCP, o movimento sindical não desempenhará o papel que lhe cabe na revolução e nem sequer arrancará significativas reformas ao capitalismo.

POR UM PARTIDO REVOLUCIONÁRIO

QUE LUTE CONTRA O GOVERNO PS/CDS

Os argumentos políticos que o Governo costuma atirar à cara dos trabalhadores não são melhores nem mais verdadeiros do que os argumentos económicos. Ele diz defender a democracia, mas é a democracia da contra-revolução constitucional, parlamentar e presidencial. É a democracia das algumas centenas de deputados que, por terem enganado o povo em 1976, se julgam no direito de levar quatro anos a traír as suas promessas sem dar contas a ninguém. Foi ela que permitiu a votação da lei dos 15% para congelar os salários dos trabalhadores, da lei dos despedimentos, da lei Barreto para devolver o Alentejo aos latifundiários, da lei das indemnizações, da política anti-estudantil do Cardia e do programa pró-imperialista do II Governo Constitucional. É essa a mesma democracia que vai dar poderes a Mário Soares para constituir uma polícia política "democrática". E, do mesmo modo que a Assembleia da República usurpa pelo período de quatro anos os poderes teoricamente pertencentes ao povo, e do mesmo modo que o Governo toma conta de poderes teoricamente reservados à Assembleia, também o presidente começa a censurar os partidos do Governo e da Assembleia e a preparar-se para assumir o papel de comandante supremo desta guerra do FMI e dos patrões contra o movimento operário.

que se deve lançar a discussão acerca da formação de qualquer governo operário, bem como é na CGTP que se deverá aprovar o seu programa, ainda que em S. Bento a maioria PS-CDS proteste indignada em nome da vontade popular que os próprios socialistas traíram. Neste momento lutar por um governo dos grandes partidos operários, que satisfaça as reivindicações dos trabalhadores, significa lutar por um controle das organizações sindicais e das classes trabalhadoras sobre a vida política. Muitas vezes se tem acusado de golpismo minoritário os trabalhadores que abalam com as suas greves a política dos doutores de S. Bento. A ideia de submeter a política do Governo ao controle do movimento sindical parece ainda mais golpista. Mas os trabalhadores sabem perfeitamente que o movimento sindical os representa muito melhor e será mais permeável às suas aspirações do que as centenas de doutores de S. Bento, ou do que as dezenas de ministros e secretários do Governo, ou do que o presidente.

Prescindir da luta contra o actual governo e contra a política imperialista que este aplica em nome da "consolidação da democracia", ou para "evitar o perigo fascista" é, voluntária ou involuntariamente, permitir a prossecução dos ataques anti-operários da coligação PS-CDS que, nas actuais circunstâncias, permanece como sendo o principal inimigo dos trabalhadores portugueses.

Assim como é possível um governo constituído pelos grandes partidos operários, também é possível uma política que satisfaça as necessidades dos trabalhadores. O Governo, à força de repetir que é obrigado à sua política anti-popular pela crise económica, levou muita gente a pensar que não é possível outra política neste momento. Nós, pelo contrário, pensamos que a crise económica e social torna mais necessária do que nunca uma política socialista para que não sejam os trabalhadores a pagar com sacrifícios desumanos a bancarrota causada pelos patrões. Muita gente acreditou que "fossem para lá outros eram obrigados a fazer o mesmo". Nós pensamos que enquanto estiverem lá estes, não-de fazer uma política anti-popular, não porque ela seja a única possível, mas porque é a única que serve os patrões. A política socialista não é uma coisa para o futuro. É uma maneira de governar o país agora, diferente da política burguesa.

O PS e o PCP, se o quizessem, teriam o apoio social e parlamentar mais do que suficiente para constituir um Governo de esquerda, sem dar contas ao CDS nem ao presidente Eanes. Essa justa aspiração dos seus militantes seria objectivamente uma importante vitória das classes trabalhadoras. Mas as direcções de ambos os partidos preferem defender esta situação e as medidas anti-populares. Uma como partido de Governo, outra como partido de oposição mansa, dividem tarefas para que tudo corra sem incidentes até às próximas eleições.

O Partido Revolucionário unificado que a LCI e o PRT pretendem construir consideram que a CGTP é neste momento uma organização que está em condições de reflectir muito melhor a força e a vontade dos trabalhadores. Independentemente da linha incorrecta da sua direcção, é apartir da CGTP

Um programa de Emergência para resolver a crise poderia utilizar os recursos existentes, que neste momento estão arrecadados sob a forma de ouro ou são distribuídos sob a forma de indemnizações aos capitalistas ou de orçamentos militares e policiais elevadíssimos, poderia utilizá-los para financiar um Plano de Obras Públicas que absorvesse o desemprego. Com a fusão da banca num Banco Único de Estado e a gestão do cré-

dito pelos trabalhadores, nomeadamente no apoio à Reforma Agrária, e um plano de desenvolvimento da indústria nacionalizada, era possível uma alternativa às imposições do FMI que visam limitar o crescimento da produção. Isto são apenas alguns exemplos. O problema é político. A crise pode ser

resolvida a favor dos trabalhadores ou a favor dos patrões. Tudo depende do Governo que exista. O nosso partido lutará sem desfalecimentos contra este Governo burguês e não lhe dará nenhuma trégua em nome da crise económica.

POR UMA FORTE SECÇÃO PORTUGUESA DA IV INTERNACIONAL

Apesar de todos os seus descentendimentos e contradições o imperialismo formou uma sólida única contra a revolução portuguesa e está actualmente a fazer o mesmo contra a revolução africana e a revolução árabe. O FMI, a NATO, a ONU, preenchem as necessidades económicas militares e diplomáticas dessa contra-revolução internacional.

O PS está estreitamente ligado, como partido do Governo e grande ajudante da burguesia e do imperialismo, a esta política. A elevação da representação diplomática em Israel ao nível de embaixada é uma prova evidente do seu apoio à agressão do imperialismo contra os povos árabes, assim como as facilidades concedidas aos Estados Unidos e à França para utilizarem os Açores como escala para a sua operação de ajuda a Mobutu constitui uma prova de hostilidade contra a revolução africana. O PCP por seu lado permanece fiel à política externa soviética e não hesita em sacrificar as obrigações mais elementares de solidariedade para com os povos oprimidos sempre que elas entrem em contradição com os interesses comerciais ou diplomáticos da URSS. É flagrante o caso da Argentina, cuja ditadura militar se mantém sobre dezenas de milhar de mortos, presos e desaparecidos, com uma ferocidade anti-operária e anti-comunista só comparável ao regime de Pinochet, e que nunca foi objecto de qualquer campanha de denúncia em que participasse o PCP.

Para a LCI e para o PRT, há que opôr a esta aliança internacional contra-revolucionária a unidade de todos os os oprimidos, sob a bandeira da IV Internacional, o Partido Mundial da Revolução. Não se trata apenas dum dever de solidariedade para com os trabalhadores europeus ou para com os povos coloniais,

mas duma necessidade para a nossa própria revolução. O partido operário que queremos construir, ao propôr-se como objectivo a revolução e a tomada do poder pelo proletariado, tem que alinhar nas fileiras do Partido Mundial que se propõe esse mesmo objectivo nos outros países.

O Partido que resultará da fusão da LCI e do PRT, a secção portuguesa da IV Internacional, reclama-se da tradição revolucionária do movimento operário internacional, da Comuna de Paris, da Revolução Socialista de Outubro, do combate da Internacional Comunista de Lenine e Trotsky e da luta já velha de quatro décadas da IV Internacional.

O Partido que resultará da fusão da LCI e do PRT trará um combate decidido pela destruição do capitalismo e pela instauração do socialismo. Apesar das nossas ainda reduzidas forças numéricas, uma força indestrutível dá corpo à nossa acção: o Programa Revolucionário de que nos reclamamos! É para a luta tenaz pela sua aplicação nas fábricas, empresas, campos, escolas, em todas as frentes de luta de classes e em todas as circunstâncias que os militantes da LCI e do PRT unificam as suas forças.

Doravante, os marxistas revolucionários portugueses estarão ainda em melhores condições para se apresentarem como alternativa de direcção política para os trabalhadores portugueses. Sem triunfalismos, sem auto-proclamação, sabemos demonstrar no dia-a-dia da luta de classes a correcção do Programa Revolucionário, saberemos dar cumprimento à tarefa estratégica central de construir um sólido partido para a vitória da revolução socialista!



CONTACTA-NOS NAS SEDES DA LCI E DO PRT

Lisboa: Rua da Palma, 268, Telf: 86 66 89
Avenida da República, 7

Cova da Piedade: R. António José de Almeida, Telef: 275 0008

Setúbal: Av. Almirante Reis, 10, Tel. 28 707

Porto: R. Gonçalo Cristóvão, 254, Telef: 31 56 86





**declaração do c.c.
da l.c.i. /**

**decl. do s.u.
da IV internacional**

1) Faz um ano no dia 11 de Setembro que o exército chileno derrubou pela força das armas o governo de Unidade Popular de Salvador Allende. O assassinio em massa de milhares de operários e trabalhadores pôs fim a uma experiência que criara muitas ilusões no seio dos trabalhadores e até entre os militantes de muitas organizações revolucionárias em todo o mundo. Pensava-se que pela primeira vez na história seria possível a passagem para o socialismo através das eleições e das reformas. Os reformistas de todo o mundo não se cansaram de espalhar aos quatro ventos a "originalidade" dessa experiência assegurando que ela seria viável. No Chile como hoje em Portugal as massas gritavam "o povo unido jamais será vencido".

Tornou-se depois clara a impossibilidade de tal via para atingir o socialismo. A burguesia passou por cima das maiorias eleitorais, para, através do seu exército, afogar em sangue as conquistas da classe operária chilena, esmagar o movimento operário e fortalecer as condições da sua dominação, destruindo todas as organizações sindicais e políticas autónomas da classe operária, impondo salários de fome, acelerando a inflação e criando um regime de terror policial nas fábricas e nas ruas. Só assim conseguiu quebrar a resistência de uma classe operária que estava em vias de criar organizações próprias (os cordões industriais) que formariam o embrião de um futuro estado proletário.

A proximidade dessa data exige que os revolucionários e a classe operária façam o balanço da experiência chilena, tirem dela conclusões para a actuação em Portugal e preparem, desde já, a solidariedade activa com os seus camaradas chilenos que continuam a luta contra a ditadura fascisto-militar da burguesia chilena.

2) Já antes das eleições, quando a vitória da Unidade Popular estava à vista, tinha havido uma tentativa de golpe financiado pela multinacional ITT e pela C.I.A. norte-americana. Mas a burguesia chilena acabou por deixar subir ao poder a coligação de partidos da Unidade Popular, apoiados inclusive pelo partido burguês da democracia cristã.

Esperavam os capitalistas que os socialistas reformistas no poder procedessem a certas reformas na economia e arcassem com as responsabilidades políticas dessas reformas. Que reformas e que custos políticos eram esses? Aos partidos da coligação caberia a tarefa de quebrar a resistência das camadas reaccionárias dos proprietários da terra e proceder à reforma agrária, expropriando os latifundiários e os proprietários das minas (ligados ao grande capital americano), bem como a de lançar a industrialização do país, sem alterar, no fundamental, o regime de propriedade privada.

Os partidos da Unidade Popular ficariam então com a responsabilidade de uma certa desordem económica resultante da resistência dos sectores mais reaccionários da burguesia a reformas e teriam que dominar a insatisfação das camadas descontentes. Por outro lado, cabia-lhes chamar a classe operária e os camponeses pobres à participação neste projecto, apelando para que trabalhassem com afinco na reconstrução da economia nacional. A burguesia, entretanto, contribuiria para o agravamento dos casos económicos, desacreditando o governo de U

nidade Popular perante algumas camadas populares, o que permitiria depois aos partidos de direita apresentarem-se como os salvadores da nação. Era essa a intenção das recusas de créditos por parte do imperialismo americano, da boicotagem económica, do açambarcamento, que começaram a provocar uma inflação galopante; e das tentativas de encerramento de fábricas por parte de muitos capitalistas.

Perante tudo isto, o governo de Unidade Popular mostrava-se impotente. O essencial do aparelho de estado (o exército, a polícia, a maioria dos postos administrativos) mantinha-se intacto. Era impossível controlar qualquer medida do governo e detectar as manobras reaccionárias pois a isso se opunham todos os burocratas da administração e do exército treinados, doutrinados e corrompidos durante anos e anos para servirem os interesses da burguesia. O carácter de classe do estado não se modificava pela presença, no governo, de ministros dos partidos comunista e socialista, nem pelos seus discursos ou leis "progressistas".

3) A luta entre as diferentes classes chilenas não acabou com a subida de Allende ao poder. Pelo contrário: a classe operária, chamada a desempenhar um papel de 1ª importância na cena política, não podia compreender nem aceitar as hesitações e os compromissos dos reformistas no poder.

Se algum patrão declarava falência, os operários exigiam a imediata nacionalização da fábrica. A sabotagem económica dos capitalistas respondiam com o controle de algumas fábricas pelos operários que nelas trabalhavam. Contra o açambarcamento, começavam a organizar redes de distribuição das mercadorias essenciais. Contra as ameaças dos bandos fascistas a soldo do capital, e contra o exército, começavam a armar-se e a organizar-se nos quartéis e nos barcos.

Este grandioso movimento de massas estendia-se aos campos, onde os camponeses pobres ocupavam as terras e punham imediatamente em prática a reforma agrária. Dele nasciam as organizações autónomas da classe operária, que começavam a transformar-se num estado dentro do estado. Eram os cordões industriais e os comitês comunais que asseguravam as ligações entre todas as iniciativas do movimento de massas: desde a produção, nas fábricas, sob controle operário; até ao fornecimento dos mercados de vendas dos produtos alimentares; até a distribuição de armas para a defesa dos operários, contra os bandos fascistas armados e a polícia.

4) Ao desenvolvimento impetuoso do movimento de massas, chamaram os reformistas "aventureirismo", "manobras ultra-esquerdistas" e outros pá-lavrões que, em Portugal, são também já moeda corrente.

Infelizmente, os chamados "esquerdistas" ou ca força tinham no Chile. Quer dizer, não havia um partido operário revolucionário, capaz de impulsionar e dirigir o movimento de massas, capaz de unificar os cordões industriais em

todo o Chile é coordenar as suas acções, capaz de estimular a formação de milícias operárias e concelhos de soldados no exercito, quebrando assim a submissão dos soldados para a defesa dos seus camaradas nas fabricas e nos campos. As primeiras tentativas de criação de um tal partido começaram tarde demais: foi só poucos dias antes do golpe que se realizou uma Assembleia, na qual participaram militantes operários do PC, do PS, do Mapú, do Mire e dos Sindicatos, e onde foram criticadas as direcções dos partidos reformistas e se apelou para a criação de uma organização revolucionária, independente do governo de Unidade Popular, capaz de levar a classe operária chilena à tomada do poder e à construção do socialismo.

★

5) Em vez da via revolucionária, a que chamavam "aventureirismo" e "ultra-esquerdismo", que propuseram os reformistas para combater a desordem provocada pelos partidos fascistas e a sabotagem económica do grande capital e dos pequenos comerciantes e camionistas manobrados pela reacção? Apostaram na "independência" do exercito, no seu "respeito pela legalidade" e chamaram-no a participar no governo.

Os oficiais superiores do exercito depressa mostraram a sua ligação indissolúvel com o grande capital. A entrada no governo só lhes facilitou a preparação do golpe. E assim que vemos os assaltantes do palácio presidencial de La Moneda utilizarem no ataque os aviões e as armas que o governo de Allende comprara para reequipar o exercito!

Hoje em dia só se pode qualificar de criminoso o "namoro" que os partidos da Unidade Popular e sobretudo do Partido Comunista Chileno fizeram ao exercito, não se cansando de gabar o seu pretensu caracter democrático e anti fascista, diminuindo a vigilância das massas face ao exercito e criando no seu seio ilusões quanto à atitude deste em relação à luta da classe operária.

★

6) Mas não menos criminoso foi o isolamento internacional em que os partidos comunistas e socialistas de todo o mundo deixaram o combate da classe operária chilena.

Pode-se ver hoje em Portugal a importância da solidariedade activa dos operários de todo o mundo à luta da classe operária de um país. A classe operária tem em si a força que lhe permite combater o boicote económico do imperialismo. Mas para isso é preciso organizar essa solidariedade, impulsionando acções de apoio aos operários em luta.

Em vez de confiar no exercito e na diplomacia, os revolucionários devem apostar na solidariedade da classe operária de todos os países, criando assim bases cada vez mais fortes para a união dos operários de todo o mundo.

★

7) Face à repressão selvagem com que os capitalistas pretendem amordaçar a luta dos nossos camaradas chilenos, impõe-se pois que organizemos essa solidariedade.

A Liga Comunista Internacionalista chama os operários e trabalhadores, todos os revolucionários e todas as organizações operárias e re-

volucionárias, a participarem na criação de Comités de Solidariedade com a Luta dos Trabalhadores Chilenos, juntando-se assim ao movimento internacional de apoio a essa luta.

Esses Comités deverão organizar a propaganda em torno do combate dos camaradas chilenos, através de comícios, manifestações, etc., impulsionando ao mesmo tempo todo o apoio militante, político e material aos camaradas chilenos.

Ao mesmo tempo a Liga Comunista Internacionalista junta-se ao apelo da IVª Internacional que em todo o mundo organiza, a par de outras organizações revolucionárias, uma ampla campanha para o dia 11 de Setembro.

Em todos os sítios onde for possível a Liga Comunista Internacionalista apela para a organização de manifestações de rua no dia 11 de Setembro.

-APOIEMOS A LUTA DOS OPERÁRIOS E TRABALHADORES CHILENOS!

-LIBERTAÇÃO IMEDIATA DE TODOS OS TRABALHADORES E REVOLUCIONÁRIOS PRESOS!

-ABAIXO PINOCHET!

-ABAIXO A DITADURA FASCISTO-MILITAR DA BURGUESIA NO CHILE!

-FORMEMOS COMITÊS DE SOLIDARIEDADE COM A LUTA DOS TRABALHADORES CHILENOS!

-MANIFESTEMO-NOS NAS RUAS NO DIA 11 DE SETEMBRO!

-CONTRA O ELEITORALISMO E A COLABORAÇÃO DE CLASSES!

-SÓ PELA INSURREIÇÃO ARMADA A CLASSE OPERÁRIA PODERÁ TOMAR O PODER!

-PELA REVOLUÇÃO SOCIALISTA NO CHILE!

-VIVA O INTERNACIONALISMO PROLETÁRIO!

PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES UNAMO-NOS!

Comité Central da

LIGA COMUNISTA INTERNACIONALISTA

(organização simpatizante da IVª Internacional)

13/8/74



Manifestação Nacional

de apoio à luta dos operários e trabalhadores do Chile!



DECLARAÇÃO DO SECRETARIADO DA IV INTERNACIONAL

**PELO CHILE
TODOS À RUA NO DIA 11 DE SETEMBRO**

No dia 11 de Setembro um ano terá passado desde o dia em que o exército burguês chileno tomou o poder através dum «putch» sangrento, massacrando milhares de trabalhadores, camponeses, estudantes e militantes das organizações operárias. A partir daí não cessaram por parte dos militares as sevícias contra a população trabalhadora do país recorrendo aos mais bárbaros processos: assassinatos «legais» e ilegais; prisões arbitrárias seguidas de tortura; simulacros de «processos» espezinhando cinicamente os mais elementares direitos de defesa; supressão de todas as liberdades democráticas; despedimentos massivos nas empresas e nos organismos estatais; baixa brutal e sem precedentes do nível de vida das massas.

Os crimes cometidos pela Junta contra o povo chileno provocaram co mração a indignação dos trabalhadores do mundo inteiro. Pinochet e Cia são carrascos tão odiados como os Hitleres, Mussolinis, Salazares, Francos, Batistas, Diem e Tieu. Estes assassinos dos seus povos acabam, tarde ou cedo, por morder o pó das ruas, sorte que espera todos quantos procuram manter no poder as classes possidentes sufocando pelo sangue toda e qualquer reivindicação e todo e qualquer movimento de protesto das massas.

Mas a reprovação e a indignação face aos crimes da Junta Militar chilena serão pouco eficazes enquanto permanecerem passivas e puramente verbais. E são tão pouco eficazes que o grande capital internacional que contribuíra para a preparação e para o desfecho vitorioso do putch de 11 de Setembro de 1973, multiplica agora os actos de apoio e de encorajamento aos carrascos de Santiago com a cumplicidade da maior parte dos governos de todo o mundo.

Por isso, os movimentos de solidariedade para com as massas populares chilenas organizados em vários países e que mobilizaram milhares e milhares de pessoas em meetings, manifestações e greves ou acções de boycott, desempenham um papel importante. Mantendo viva a consciência de largas massas dos crimes cometidos contra os trabalhadores chilenos, poderão entrar as manobras capitalistas e governamentais de apoio à Junta e constituem um encorajamento real para a organização da resistência dos trabalhadores chilenos contra a ditadura que os oprime.

Pela organização no mesmo dia em todo o mundo de manifestações de protesto contra os putchistas de Santiago e de apoio às massas populares chilenas, o movimento internacional aumentaria consideravelmente a eficácia da sua acção contra a Junta e encorajaria em elevado grau a resistência do proletariado chileno.

A IV Internacional apela para todas as organizações operárias, políticas e sindicais para que organizem no dia 11 de Setembro de 1974 sobre um base unitária e o mais larga possível e sem quaisquer exclusivismos, poderosas manifestações de rua contra a ditadura militar chilena. Apela para todas as organizações sindicais e para todos os trabalhadores para que juntem a estas manifestações, outras acções tendo em vista não permitir qualquer envio de material militar ou para-militar para a Junta chilena, acções que obriguem os governos dos respectivos países, principalmente aqueles governos que se reclamam do movimento operário, a cancelar todo o crédito e toda a ajuda financeira aos assassinos do povo chileno.

Todos à rua no dia 11 de Setembro!

ABAIXO A DITADURA MILITAR CHILENA!

ARRANQUEMOS AOS CARRASCOS E AS PRISÕES TODOS OS PRISIONEIROSPOLITICOS CHILENOS!

VIVA A LUTA DAS MASSAS TRABALHADORAS CHILENAS PELO DERRUBAMENTO DOS SEUS OPRESSORES E EXPLORADORES!

NEM UMA SÓ ARMA, NEM UM SÓ BARCO, NEM UM SÓ CENTAVO PARA OS ASSASSINOS DO POVO CHILENO!

VIVA A REVOLUÇÃO SOCIALISTA CHILENA!

2 de Julho de 1974

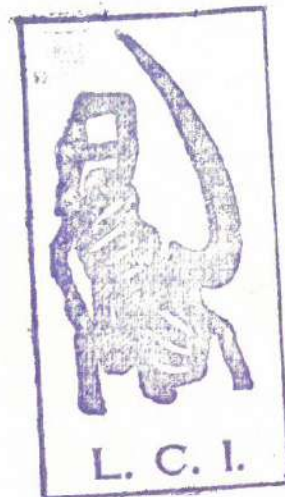
Secretariado Unificado da IV Internacional



DECLARAÇÃO DO CC DA LCI

15/2/76

NENHUMA TRÉGUA NA RESPOSTA À OFENSIVA DO CAPITAL!



A revolução portuguesa entrou numa nova fase. Mau grado a de rota parcial que infligiram ao Movimento Operário no 25 de No vembro, as forças políticas burguesas não conseguiram mudar as características de fundo do período pré-revolucionário aberto em Março de 75 pelo ascenso poderoso do movimento de massas. Redobram por isso de esforços com o fito de reforçar o seu controle directo sobre o aparelho de estado, apoiando-se nesse controle para estender e alargar a sua ofensiva económica, política e social. A isso se opõe ainda tímidamente o Movimento Operário, assistindo-se no seu interior a uma recomposição e realinhamento de forças que ditarão as formas concretas das lutas futuras. Nada está decidido. A vanguarda operária não foi física-mente neutralizada; continuam de pé as forças e os organismos do movimento de massas, e, por isso, continuam a existir as condições para uma resposta operária unificada à ofensiva da burguesia.

De que forma se reveste a ofensiva das forças burguesas, que objectivos concretos pretende atingir? Como responder-lhe? Eis as perguntas a que temos que responder.



a ofensiva da burguesia

As forças políticas da burguesia procuram em primeiro lugar utilizar o instrumento do VI Governo Provisório para reforçar o seu poder de ataque. Nisto são ajudadas pela colaboração activa do PS e pela atitude de cedência contínua do PCP.

Colocando na PSP e GNR spinolistas de extrema confiança, reforçando os quadros e o armamento destas forças repressivas que intervieram várias vezes para atacarem brutalmente manifestações e greves de trabalhadores, expurgando o Exército de muitos militares progressistas e revolucionários, através de uma provocação bem montada, reforçando rapidamente o poder dos chefes militares reacçionários e eliminando os embriões de comissões de soldados, entregando os órgãos de informação estatizados aos partidos "maioritários", entregando a R.R. aos esus proprietários privados e ao controle da hierarquia católica, conseguindo a liberdade para os órgãos comprados pelo capital, etc, o VI governo preparou as condições para uma ofensiva mais sistemática sobre o movimento operário.

Altas de preços, congelamento de salários e contratação, criação de dificuldades ao exercício dos direitos democráticos e de organização dos trabalhadores, suspensão de credenciais às C.Ts, apelos à iniciativa privada e ao crédito da burguesia europeia e americana, libertação de pides e fascistas, tal foi o programa de emergência e austeridade do VI governo provisório. Procura assim fazer os trabalhadores pagar a crise para que nos precipitamos e que os capitalistas provocaram.

Mas às forças burguesas não lhes basta o trabalho feito pelo VI governo de colaboração de classes. Este apenas pode servir para as primeiras medidas que vão desgastando a combatividade dos trabalhadores e preparam o terreno para ataques ainda mais profundos. Os esboços existentes de controle operário sobre a produção, as nacionalizações e a reforma agrária impulsionada pelos trabalhadores rurais alentejanos são ainda poderosos obstáculos que se encontram no caminho dos capitalistas e que estes tentam remover. Alguns sinais mostram o empenhamento dos agrários, industriais e banqueiros na recuperação da autoridade total nas empresas e nos campos: regresso dos patrões como Manuel Gonçalves, campanha para o regresso de Champalimaud, colocação de homens de confiança nas empresas nacionalizadas, ataques às herdades colectivas, ataques bombistas cada vez mais frequentes, etc.

Este é o programa social da burguesia para Portugal: atacar as conquistas do movimento de massas no anterior período, ultrapassar a crise, restabelecendo o lucro à custa do suor dos trabalhadores e da repressão sobre as suas lutas e organizações, impon-

do um regime autoritário para restabelecer com mão férrea a sua ordem de exploração, tão abalada pela mobilização e reivindicações operárias.

Os partidos reformistas julgavam que cedendo um pouco poderiam salvar algumas posições no aparelho de Estado e, sobretudo no governo. Mas não fazem mais do que abrir o caminho para os novos ataques. Cada um à sua maneira as forças políticas burguesas tentam procurar a rotura da actual composição do governo de colaboração de classes. O CDS cinicamente espicaça o governo com exigências, mobiliza algumas camadas das classes médias lançando-as em constantes ultimatums contra o governo, espera o agudizar da crise, lavando as mãos da actual colaboração de classes, prepara-se para aparecer perante a burguesia e as classes médias como o "salvador supremo" nas eleições e no período posterior. O PPD no interior do governo, luta por uma alteração da composição dos órgãos de poder, que dê desde já à burguesia instrumentos mais eficazes para se opor às mobilizações dos trabalhadores.

Que fazem as forças reformistas e o grupo dos nove agora ferozmente atacado pela burguesia? Procuram acalmar os ataques contra eles através de novos compromissos e novos pactos. O pacto partidos/CR dá poderes desmesurados ao presidente da República, ao mesmo tempo que todas as forças se conjugam para chegar a um acordo entre todos os "grandes partidos" sobre a candidatura de um general burguês. Num simulacro de eleições os trabalhadores vão ser chamados a aceitar um militar burguês que em nome da nação todos os partidos escolham para mandar nas classes oprimidas.

É neste contexto que a burguesia prepara a sua ofensiva nas próximas eleições legislativas e presidenciais. Apoiando-se na intimidação praticada pelos grupos bombistas, apoiando-se no desenvolvimento das organizações reaccionárias que aproveitam demagógicamente o descontentamento dos pequenos camponeses, apoiando-se no controle sobre os órgãos de informação, os principais partidos burgueses, o PPD e o CDS, esperam reforçar o seu peso eleitoral. A divisão da classe operária, o desânimo de muitos trabalhadores que não vêm uma resposta firme e unida dos seus partidos, abrem também aqui campo às forças da reacção capitalista.

E também aqui os trabalhadores devem preparar-se para barrar o caminho à burguesia. Não tenhamos contudo, ilusões quanto a tais eleições. Pelas condições impostas pelas forças burguesas, pelos compromissos assinados pelas forças reformistas, elas servirão de uma forma ou doutra para legalizar mais um governo ao serviço do capital, mesmo que seja um governo de compromisso.

A LCI participará activamente nas eleições legislativas, para combater os esforços da reacção capitalista neste campo e para desmascarar as cedências de algumas forças que se afirmam partidários do socialismo e do comunismo.

Na verdade, ao colaborarem activamente com o VI governo, como a direcção do PS, ou aceitando-o passivamente com alguns "protestos", como o PCP, esquecem-se cada vez mais das suas próprias reformas, entregando-se de pés e mãos atados à burguesia e, o que é pior, arrastam consigo a maioria dos trabalhadores a um beco sem saída.

O principal obstáculo à ofensiva da burguesia reside na unidade e na firmeza da classe operária e das massas trabalhadoras e na sua independência relativamente aos políticos e aos militares burgueses. É aí que reside a possibilidade de os trabalhadores se oporem à arrogância e à ofensiva das forças burguesas, quebrando o seu actual impulso e ganhando de novo forças para avançar. Só essa unidade, essa firmeza e essa independência permitirão lançar a indecisão no campo burguês, reacentuar as suas divisões, quebrar o bloco social de apoio à reacção, nas eleições e sobretudo para lá das eleições.

a resposta operária

Existem, neste momento, forças para uma resposta operária unificada. Provam-no as manifestações e a luta que prossegue em torno da libertação dos militares progressistas; as lutas contra a suspensão dos CCT (livreiros no Norte, caixeiros em Lisboa, etc) a luta contra o regresso dos patrões das empresas em auto-gestão ou regime de cooperativa, no Norte em especial; a luta contra os despedimentos massivos que as multi-nacionais preparam para depois das eleições (de que a Timex foi o sinal, no fim de Janeiro, mas a que se poderão seguir em Março outros exemplos - Plessey, etc). É certo que profundas divisões, e o isolamento de muitas destas lutas marcam ainda profundamente o movimento de massas. Mas em Lisboa, Porto, Covilhã e Braga, as CMs as CTs e os sindicatos levam a cabo manifestações contra o aumento do custo de vida e a política anti-operária do VI governo. Explodem lutas em fábricas que ainda ontem eram centros da reacção, como a Mola flex, onde o patrão, o fascista Rui Morreira, mal regressou, provocou logo o descontentamento dos trabalhadores que entraram em

greve total. As fábricas em auto-gestão ao organizarem-se num secretariado nacional, para lutar contra o regresso dos patrões e a suspensão das credenciais às CTs.

No próprio PS que anteriormente chefiou a ofensiva contra o movimento operário, atrelando atrás de si todos os sectores da burguesia, em nome da defesa das instituições do Estado capitalista, e que hoje sente na própria pele que não escapa aos ataques reaccionários, muitos camaradas socialistas compreendem agora que os aliados burgueses não poupam o seu partido nem o próprio Mário Soares, como o prova o boicote ao comício nos Açores. Muitos sectores demonstram uma importante vontade de combater, bem expressa, por exemplo nas conclusões do seu encontro de quadros sindicais.

Mas por todo o lado os partidos reformistas dividem e sabotam a nossa luta. Veja-se o que aconteceu com a recusa por parte dos sindicatos influenciados pelo PCP de fazer uma manifestação conjunta com o grupo dinamizador dos órgãos de vontade popular, em

Lisboa, no dia 16 de Janeiro. Frize-es no entanto, que a posição do grupo dinamizador, preferindo realizar uma acção de "vanguarda", a alinhar na concentração dos sindicalistas, no dia seguinte, facilitou a posição sectária dos burocratas sindicais e favoreceu, de novo, as suas críticas aos "esquerdistas". Deixou, assim, os reformistas à vontade para transformar a mobilização e a combatividade das massas que podia ser uma primeira resposta à política anti-operária do governo, num dia "festivo" de onde os trabalhadores saíram sem perspectivas para a continuação da luta

que fazer ?

Temos de organizar uma resposta unida e nacional se quisermos vencer, porque, o horizonte é sombrio, os tempos próximos serão talvez ainda piores.

Não somos nós, são os próprios economistas burgueses a dizer que os desempregados no fim de 1976 atingirão os 800.000. Os banqueiros e industriais ameaçam provocar mais encerramentos de empresas, mais aumentos de preços, etc, no presente ano. E é isto que preparam o CDS e o PPD se ganharem as eleições: piores condições de vida para os trabalhadores, forte repressão sobre as suas lutas!

É isto que não permitiremos. É isto que dizemos: NÃO.

É possível em cada fábrica, em cada empresa, em cada herdade colectiva ou cooperativa agrícola, em cada bairro, em cada sindicato lançar desde já a luta. Provam-no as greves e as lutas da Timex, na Molaflex, no Mealheiro do Lar, dos Caixeiros, dos livreiros, da construção civil, da Guérin, dos CTT e tantas outras.

-Uma ofensiva sindical contra o congelamento do CCTs está em curso. Aprofundemos esta luta, obriguemos o patronato e o governo a ceder, seguindo o exemplo das paralizações dos empregados do comércio, baseando toda a acção na discussão e decisão colectiva e democrática em plenários sindicais e de empresa, de modo a empenhar todas as forças na preparação de greves e paralizações sectoriais para atingir o objectivo: fim à suspensão dos CCTs!

-Nas fábricas, contra os encerramentos de empresas, contra os despedimentos, as falências fraudulentas e a sabotagem, contra o regresso dos patrões, alarguemos e aprofundemos o CONTROLE DO OPERÁRIO sobre a gestão capitalista, sob a direcção de comissões de trabalhadores eleitas e revogáveis a qualquer momento, responsáveis perante as assembleias gerais de trabalhadores.

-Contra a vida cara e o açambarcamento, organizemos o controle dos preços pelas CTs das fábricas e cooperativas e herdades colectivas, pelas CTs dos supermercados, pelas CMs. Coordenemos os seus espaços para impulsionarmos a troca directa, contra os açambarcadores e intermediários, requisitando e evdendo os seus produtos como fizeram os camaradas da Azambuja.

-Organizemos encontros e congressos de CTs por ramo de indústria para coordenar as experiências de controle operário e o por às soluções burguesas o veto da classe operária a mobilização e luta dos trabalhadores.

-Os atentados bombistas e terroristas, os ataques das forças repressivas, mostram-nos que estas lutas serão atacadas de novo pela reacção capitalista. Os trabalhadores devem preparar-se desde já para uma resposta unida e firme contra os bandos armados ao serviço do capitalismo. Façamos PIQUETES DE AUTO-DEFESA DAS LUTAS E DAS ORGANIZAÇÕES OPERÁRIAS, de cada greve, de cada manifestação, de cada ocupação, de cada sindicato, de cada CT, de cada CM.

Mas a resposta tem de ser mais ampla. Ela existe o reforço da frente proletária de classe. A unidade na luta de todos os trabalhadores, independentemente da corrente do movimento operário a que pertençam.

A resposta à crise só poderá ser dada por um plano conjunto elaborado por um CONGRESSO NACIONAL DAS C.Ts. e por um CONGRESSO NACIONAL DE TODOS OS SINDICATOS. Preparemos desde já nas empresas a discussão de um PLANO DE LUTA IMEDIATO.

- Luta pela libertação imediata dos militantes e militares progressistas e revolucionários presos.

-LUTA CONTRA O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA, pela adaptação automática dos salários à subida dos preços, pelos 6000\$00 de salário mínimo, pelo salário igual a trabalho igual para homens mulheres e jovens.

-LUTA CONTRA O DESEMPREGO, pelas 40 horas semanais, pela divisão do trabalho existente pelos braços disponíveis; pela assistência médica ensino livres e gratuitos para todos os trabalhadores; pelo salário por inteiro na doença, e invalidez e gravidez, pelo direito de escolha de reforma aos 50 anos com salário integral.

-LUTA CONTRA OS ATENTADOS AOS DIREITOS DEMOCRÁTICOS, pelo desarmamento imediato da PSP e GNR, pelo julgamento popular imediato de todos os pides e sabotadores, pelo direito sem restrições à greve, manifestação e imprensa operárias, pelo direito dos trabalhadores expresarem nos jornais, rádio ou TV as suas posições as suas lutas, as suas reivindicações;

-LUTA PELOS DIREITOS DOS SOLDADOS, pela livre realização de plenários das praças, pelo controle de todas as movimentações, pela livre formação de comités de soldados.

-LUTA PELA DEFESA DAS CONQUISTAS DOS ASSALARIADOS AGRÍCOLAS E DOS CAMPONESES POBRES ALARGANDO A REFORMA AGRÁRIA independente das leis burguesas: pela defesa intransigente das herdades colectivas, das unidades colectivas de produção e cooperativas agrícolas. Contra a ofensiva governamental e dos latifundiários a pretexto "da restituição aos seus legítimos proprietários das terras que tenham sido indevidamente ocupadas" como consta no último decreto do Conselho da Revolução. Pelo apoio às cooperativas já formadas, bem como às ligas de pequenos camponeses, nacionalizando sem indemnização as industrias ligadas à agricultura e os respectivos circuitos comerciais. Pela abolição de todas as formas de exploração feudais como os foros que ainda hoje existem, abolindo todas as hipotecas e dívidas que oneram a pequena propriedade concedendo as mais amplas facilidades de crédito através do banco único de Estado. Pela entrega dos baldios à exploração colectiva dos trabalhadores e camponeses pobres.

Os operários da industria já por várias vezes e por diversas formas mostraram o seu apoio à luta dos trabalhadores rurais quer enviando dinheiro como os ferroviários de Setúbal, quer trabalhando directamente nas herdades colectivas, quer ainda co

mo ultimamente os operários da CUF da Duarte Ferreira e da Margue fornecendo máquinas e adubos aos assalariados rurais. Mostraram assim que a luta dos trabalhadores da cidade e do campo é a mesma. Que é necessário unir como um só homem os operários e os camponeses contra o inimigo comum. Que é necessário mais do que nunca fortalecer essa unidade, dando-lhe forma organizada pela COORDENAÇÃO E CENTRALIZAÇÃO dos organismos dos trabalhadores das cidades e dos campos, que seja um passo em frente na aplicação a nível nacional do controle operário e da planificação da economia pelos explorados da cidade e do campo.

Este plano de luta deve ser assumido por um CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS, com o reconhecimento do direito de tendência preparado pela Intersindical e por todos os sindicatos filiados ou não, sendo as propostas discutidas e votadas em assembleias sindicais representativas.

Mas a unificação da classe operária e das massas trabalhadoras a sua mobilização para a luta em torno destes objectivos só pode avançar rompendo com toda e qualquer política de colaboração e compromisso com as forças burguesas; só a autoridade de um GOVERNO-OPERÁRIO-CAMPONÊS que se apoie e responsabilize perante os congressos dos sindicatos e das CTs poderá aplicar este programa e será capaz de se opor à resistência encarniçada de Sá Carneiro, Freitas do Amaral, dos chefes militares burgueses, das forças policiais e de toda a canalha reaccionária. Só um tal governo poderá também tomar as medidas necessárias à aplicação deste programa: nacionalização das grandes empresas e multinacionais, monopólio do comércio externo, criação de um banco central único ao serviço do controle operário e da planificação, à auto-defesa generalizada dos trabalhadores, o rompimento com a Nato e com todos os pactos e acordos anti-operários feitas pelo governo burguês e capitalistas portugueses com os seus comparsas internacionais.

(...)

Mas a luta da classe operária não para nas fronteiras com Espanha nem no Oceano Atlântico. A rapidez com que as lutas da classe operária espanhola se desenvolvem abre a via para a entreaajuda revolucionária entre o proletariado português os trabalhadores de Espanha. Essa unidade será a mais firme barreira contra as ameaças da reacção internacional.

E a solidariedade internacionalista do proletariado português vai também para os seus camaradas angolanos e para a luta travada sob a direcção do MPLA contra a agressão imperialista sobre Angola. Só os compromissos do Governo português com o imperialismo o impedem de reconhecer neste momento o Governo da República Popular de Angola.

1) 9 de Março

Informações: contactos com o MFA

1ª reunião: 2 questões (posição face ao programa do MFA e à sua institucionalização) para que a organização se definisse na perspectiva de subscrever uma plataforma com outros partidos e para definir as formas de colaboração política durante a vigência do plano económico e emergência.

2ª reunião: com a presença do Rosa Coutinho, Pinho Freire, Pinto Soares, Contreiras e Vasco Lourenço, o PPM, a AOC, FEC, UDF, MES, FSP e LCI. Apresentação inicial do Rosa Coutinho sobre a institucionalização do MFA.

a) separação do poder político e militar - que teria uma esfera de autonomia própria -

b) controle do poder militar sobre certas formas de poder político - como o controle institucional pela presença do MFA em alguns organismos políticos, no Conselho de Estado, nos Ministérios-chave como a Defesa, Interior, etc. - : institucionalização interna (Conselho da Revolução)

c) criação de uma comissão consultiva integrada pelo MFA e partidos políticos apoiando a plataforma.

d) interpretação progressista do Programa Económico

e) eleição de um presidente da república da confiança do MFA

f) participação de ministros do MFA no governo

g) o 1º ministro - e portanto a nomeação do governo - dependem do presidente da república e não da Assembleia Legislativa

h) eleição de nova Assembleia Constituinte no prazo de 3 a 5 anos que constituiria o período de transição .

Na base destas posições o MFA pedia a definição por escrito dos partidos no prazo de alguns dias sobre os seguintes assuntos:

- data de entrada em vigor da Constituição
- posição face à Constituição
- qual a " missão " das Forças Armadas
- posição face à prestação obrigatória do serviço militar
- de quem devem depender as Forças Militarizadas (PSP/GNR)
- a forma constitucional para a institucionalização do MFA

Votações: modificação do Comité Executivo

votadas ponto por ponto as 5 propostas da moção aprovada (27 por, 7 contra, 7 abstenções) em AGM da TTT (em anexo).

1º ponto: 14 por, 1 contra - APROVADO

2º ponto: 15 por, - APROVADO POR UNANIMIDADE

3º ponto: votação das várias propostas

- texto do cda. JOÃO sobre o funcionamento do CC e CE

15 por

- APROVADO POR UNANIMIDADE

a) - proposta de CÉSAR { FERNANDO SAMUEL CESAR JOSE LUIS JORGE }

b) - proposta de PAULO { JOAO SERGIO AMILCAR JORGE FILIPE }

c) - proposta de BENJAMIM (JOAO SERGIO AMILCAR JORGE E FERNANDO)

pela proposta a) votaram:

AMILCAR SERGIO FILIPE CESAR SAMUEL FERNANDO JOSE LUIS ANIBAL CASTELO JORGE ANDRE

pela proposta b) votaram:

DANIEL BAULO

APROVADA

RECUSADA

pela proposta c) votaram:

BENJAMIM e JOAO

RECUSADA



2) 23 de MARÇO

Votações : proposta do CE sobre a suspensão do PDC, AOC, MRPP :ratificação do seu comunicado (exigência de ilegalização do PDC e CDS, defesa do princípio de que deve ser o MO e pronunciar-se sobre as ilegalizações, crítica ao MRPP e AOC pelas suas posições e intervenção, proposta às organizações operárias de uma campanha solidária, organizando conjuntamente a cedência de tempos de televisão e rádio e assumindo juridicamente se necessário, fôsse a saída dos jornais dessas organizações.

1ª votação: proposta de recusa das propostas concretas do CE e texto de análise política das suspensões (Sérgio)

proposta do CE---6 APROVADA
proposta do Sérgio--5 RECUSADA
abstenções--I

2ª votação após nova discussão

proposta CE--6 RECUSADA
proposta Sérgio--8 APROVADA
abstenções--6

3ª votação (especificando a anterior)

introdução da formulação: "face às tentativas de calar a voz de organizações que se reclamam do movimento operário, abrimos as páginas do LP à divulgação de posições que não contribuam para a divisão do MO no combate à exploração e reacção capitalista e apresentam uma alternativa de luta"

votação: 9 por
4 contra APROVADO
2 abstenções

PROPOSTA DE MOÇÕES

Jorge--moção sobre a p. o. transitória central (governo dos trabalhadores imposto pela Greve Geral e o seu Programa, saída do PFD do governo, nenhum pacto do MO com a burguesia, governo das organizações operárias sem ministros capitalistas)

ADIADA A VOTAÇÃO

Jorge--moção sobre a consigna de voto (voto de classe no PC, PS e extrema esquerda)

ADIADA A VOTAÇÃO

Sérgio-Amílcar-- projecto incompleto de resolução interna explicando o Programa de Acção

ADIADA A VOTAÇÃO

Comissão Redactorial--projecto de resolução sobre o jornal

ADIADA A VOTAÇÃO

Sofia, Maria, Manuela--moção (em anexo) para a criação de uma comissão encarregue de iniciar o debate sobre a intervenção nas Mulheres

APROVADA POR UNANIMIDADE

Moção aprovada na AGM de Sedov por unanimidade-- sobre o trabalho anti-militarista

APROVADA POR UNANIMIDADE

PROPOSTA AO CC VOTADA E APROVADA POR UNANIMIDADE EM AGM DE SDV.

PARA REFORÇAR E IMPULSIONAR O TRABALHO ANTI-MILITARISTA REVOLUCIONÁRIO A NÍVEL NACIONAL, propomos:

- 1) Que na próxima reunião do CC seja introduzido na O.T. um ponto de discussão sobre o impulsionamento e dinamização do trabalho anti-militarista revolucionário no interior do exército e anti-militarista civil.
- 2) Que no prazo máximo de 7 a 15 dias o CC inicie e impulse reuniões gerais de militantes em todas as regiões para discussão exclusiva do trabalho anti-militarista.
- 3) Que a mesma discussão seja impulsionada a nível dos diversos comités locais, Comités Luta Proletária e Círculos Vermelhos.
- 4) Saída do jornal da F.S.M.R. - CASERNA nº 2 - no prazo máximo de 8 dias a partir de hoje, isto sem prejuízo de outras medidas que o CC possa impulsionar em relação à saída periódica da CASERNA.
- 5) A saída de um panfleto da F.S.M.R. no prazo de 2 dias sobre os últimos acontecimentos políticos.

RESOLUÇÃO AO CC, APRESENTADA NA AGM DE SDV. (não votada)

A análise marxista da situação económica, social, cultural e política das mulheres nos países capitalistas põe em evidência a existência duma opressão específica das mulheres, inerente à sociedade patriarcal, que se combina com as clivagens de classe existentes, tendendo globalmente à sua manutenção, mesmo ao seu reforço.

Um sinal evidente desta opressão está na dificuldade das mulheres em aceder e participar inteiramente na vida social, económica, cultural e política nestes países.

Essa opressão constitui, nomeadamente um obstáculo objectivo e subjectivo à participação das trabalhadoras na luta de classes, à sua actividade política e sindical, e à tomada de responsabilidades no seio das organizações do M.O. Esta opressão constitui também um factor de divisão da classe operária, dada a influência da ideologia dominante, do "chauvinismo machista" no proletariado masculino e as vantagens imediatas que os homens retiram, para o seu conforto no lar nomeadamente, da opressão das mulheres no quadro da família patriarcal.

Donde se conclui que a luta para chamar às fileiras da Revolução este potencial militante passa por "métodos específicos para o trabalho nas mulheres" ligados a perspectivas unificadoras da classe operária contra todo o "chauvinismo machista" no seu seio. Esta luta exige pois "que se formem, em todas as secções, órgãos especiais encarregados deste trabalho" (Resolução do III Congresso da Internacional Comunista).

Considerando:

- 1) Que na sociedade capitalista em Portugal existe uma opressão e exploração das mulheres à qual não podemos ficar indiferentes como revolucionários (as) que somos,
- 2) Que esta opressão e exploração exige um estudo aprofundado das suas raízes materiais, e da forma como levar a cabo a luta pelo fim das mesmas
- 3) Que é uma tarefa dos marxistas revolucionários a conquista das mulheres exploradas e oprimidas para as fileiras da Revolução Socialista
- 4) Que dentro da organização que se reclama portadora duma sociedade nova, livre de todas as formas de exploração e opressão, surge a reprodução de comportamentos pequeno-burgueses viciados na moral tradicional e são disso exemplo o ambiente machista e provocador criado nos contactos entre militantes e em muitas reuniões,

6) Que a resposta a acontecimentos políticos centrais, como o ANO INTERNACIONAL DA MULHER ou as declarações durante o período eleitoral, a participação em debates com outras organizações, a intervenção em meio operário não podem ser feitas de uma forma voluntarista

Propomos a criação de uma Comissão que se encarregue do estudo e da intervenção junto das mulheres.

Esta Comissão seria constituída pelas cda. Manuela, Sofia, Maria e um cda. da CE e teria como tarefa imediata a feitura de um B.T. que iniciasse o debate em toda a org^a para a armar de uma perspectiva de acção m-r neste campo.

CD25A

Manifesto Eleitoral

da



L.C.A.

LIGA

COMUNISTA

INTERNACIONALISTA

(ORGANIZAÇÃO DA IV INTERNACIONAL)

Manifesto Eleitoral

da

LIGA

CD25A



COMUNISTA

L.C.I.

INTERNACIONALISTA

(ORGANIZADO DA 3ª INTERNACIONAL)

à classe operária, aos camponeses, aos soldados, a todos os trabalhadores!

Camaradas:

Estão anunciadas para breve eleições para a Assembleia Constituinte. Essas eleições são apresentadas como visando «exprimir autenticamente a vontade do povo português» sobre a organização do Estado, sobre as formas de participação das massas na vida política, sobre a regulamentação dos seus direitos políticos e sociais, etc. E, de todos os lados — designadamente dos partidos da direita capitalista, onde se acoita muito do pessoal político do aparelho de Estado fascista derrubado — chovem declarações solenes, reafirmando a necessidade de realizar tais eleições urgentemente e manifestando-se contra qualquer adiamento do acto eleitoral.

Isto ajuda-nos a compreender quais os interesses que estão em jogo em torno deste problema, ou seja, por que razão está a burguesia tão vitalmente interessada na imediata realização das eleições da Assembleia Constituinte.

O SIGNIFICADO POLÍTICO DAS ELEIÇÕES PARA A ASSEMBLEIA CONSTITUINTE

De facto, desapossada, pela queda do fascismo, dos principais instrumentos de dominação que o Estado capitalista põe ao serviço dos seus interesses, desarmada — face ao ímpeto da luta das massas trabalhadoras — pela inexistência de partidos políticos fortes e influentes (que defendessem coerentemente os seus interesses de classe) a burguesia portuguesa teve de ceder, no campo da luta de empresa e na rua, à pressão da luta das massas. Deste modo, os trabalhadores não só procedem ao desmantelamento do aparelho de Estado fascista, conquistam aumentos de salários, regalias sociais e impõem a legalidade das suas formas de luta e de organização (como a greve com ocupação, manifestação, comissões de trabalhadores, sindicatos, partidos, jornais operários e revolucionários, etc.), mas também impõem a descolonização, combatem o reagrupamento dos reaccionários, pondo assim em debandada da cena política as fileiras da extrema-direita capitalista e forçando os partidos burgueses da coligação (como o PPD, a SEDES, o PPM) a manterem uma fachada «democrática» e até a falarem em «socialismo em liberdade»...

Porém, camaradas, os capitalistas e os seus políticos não perderam tempo nas suas tentativas de recuperar o controlo total do aparelho de Estado, e particularmente de reconstituir rapidamente as peças dessa máquina de dominação mais danificadas pelas vitórias obtidas pela luta de massas. E, assim, assistimos, primeiro à manobra conjunta de Palma Carlos e Spínola em Julho — através da qual a burguesia pretendia reforçar «os poderes do Presidente da República» e promulgar «uma Constituição provisória» —; depois, à manobra conjunta também de Spínola, Galvão de Melo e Cia com os reaccionários

e fascistas do «Partido do Progresso» e do «Partido Liberal» e à tentativa de um golpe reaccionário sob a cobertura de uma «manifestação da maioria silenciosa». E se é certo que estas duas grandes tentativas dos capitalistas em retomarem o seu controlo total do Estado (e assim darem um golpe forte nas liberdades democráticas das massas e travarem o processo de descolonização) fracassaram face à resposta pronta e enérgica dos trabalhadores, nem por isso a burguesia deixou de ir acumulando pequenas vitórias. Assim, ela conseguiria impor restrições legais aos direitos democráticos das massas (principalmente sobre a greve, a reunião e manifestação, e sobre a imprensa operária e revolucionária), do mesmo modo que conseguiria — através da utilização dos partidos e sindicatos reformistas como travão às lutas operárias — sair com os seus privilégios económicos, sociais e políticos praticamente intactos das grandes jornadas de mobilização e luta, quer em Maio, quer em torno do 28 de Setembro.

Mas a burguesia tem consciência de que este tipo de prova de força não lhe interessa, que não lhe interessa jogar em terrenos onde não pode utilizar as suas armas preferidas, que não lhe interessa confrontar-se com a classe operária e os trabalhadores no terreno das lutas de empresa e nas manifestações de rua. A burguesia já compreendeu que, para intensificar a exploração dos trabalhadores, aumentar os lucros, tem de restringir o mais possível os direitos democráticos das massas, isto é tem de limitar o direito de as massas utilizarem as suas armas de classe (a greve, a manifestação, a imprensa operária, etc.). E, para isso, ela está disposta a utilizar todos os meios, desde uma vitória eleitoral para a Constituinte até uma nova intentona reaccionária.

É isto, camaradas, que explica certas manobras da reacção capitalista, como a chamada «sabotagem económica». De facto, se os capitalistas se recusam a investir, se enviam capitais para o estrangeiro, se recusam encomendas e açambarcam matérias-primas e mercadorias, tudo isso tem um objectivo claro: encerrar empresas, lançar no desemprego e na miséria milhares de trabalhadores, provocar o aumento do custo de vida; e, deste modo, ao mesmo tempo que os capitalistas assim esperam dividir os trabalhadores e lançá-los uns contra os outros na concorrência pela obtenção de emprego, esperam também criar a confusão entre as camadas menos esclarecidas da população (principalmente os camponeses), responsabilizando a classe operária, as suas greves e as suas organizações sindicais e políticas pela crise económica que foram os próprios capitalistas a provocar. A reacção espera assim incutir em amplos sectores da população o medo pelo comunismo, o ódio à classe operária e às suas lutas, e preparar as condições, quer para uma vitória eleitoral na Constituinte, quer mesmo para uma intentona fascista que até agora ainda não teve forças e apoio para realizar com êxito.



Camaradas:

Derrotada no terreno da luta de massas, a burguesia vai assim apostar noutra jogada para a qual dispõe de trunfos preciosos: o poder do seu dinheiro para a propaganda e a intoxicação da «opinião pública»; o poder praticamente intacto da reacção nos campos, herdado do fascismo e personificado na onnipotência dos caciques locais e na influência do clero reaccionário; o seu domínio sobre os grandes meios de informação, etc.

Derrotada no terreno da luta de massas, a burguesia vai procurar canalizar, para o terreno eleitoral, a combatividade demonstrada pelos trabalhadores; vai procurar desviar as atenções das massas dos verdadeiros centros de luta onde se decide o seu destino — a luta anti-capitalista das massas nas empresas, nos bairros, nos quartéis, nas ruas, a criação de organizações autónomas para a luta dos trabalhadores, independentes dos patrões e do seu Estado — e vai procurar concentrar as suas atenções num falso objectivo: as eleições, onde espera obter uma vitória significativa dos seus partidos (PPD, CDS, etc.). E a partir dessa vitória reconstituir e reforçar a máquina do Estado ao seu serviço, impor novas limitações aos direitos sociais, sindicais e políticos dos trabalhadores, e preparar assim uma nova ofensiva sobre as condições de vida e de emprego da classe operária e das massas trabalhadoras.

É este, pois, o sentido do interesse da burguesia na realização imediata das eleições. Qual deverá ser então a posição dos trabalhadores e dos revolucionários?

ELEIÇÕES PARA A CONSTITUINTE OU REVOLUÇÃO SOCIALISTA?

Os trabalhadores e os revolucionários sabem que, em regime capitalista, o Estado está *sempre* ao serviço dos interesses capitalistas e que portanto é inútil tentar, através das vias legais e pacíficas, através da via de reformas prudentes, transformar a máquina do Estado e pô-la ao serviço dos interesses dos trabalhadores. É por isso que é uma ilusão pensar-se que, através de uma maioria na Constituinte, será possível transformar, *unicamente através de leis* a administração do Estado, as suas polícias, as suas leis e tribunais, etc., que existem justamente para servir os capitalistas e os seus interesses de classe. É uma ilusão pensar-se que se pode transformar *pacificamente* o Estado capitalista e pôr essa transformação pacífica ao serviço da *transição pacífica para o socialismo*. E a experiência histórica da luta do proletariado demonstra que essas experiências reformistas, ou morrem de morte natural (perda da maioria parlamentar, por exemplo), ou terminam por uma derrota sangrenta da classe operária e dos trabalhadores, sempre que estes não souberam quebrar a espinha à reacção capitalista e arrancar as raízes da sua dominação, isto é destruir a exploração capitalista e o Estado ao serviço desta, e instaurar o poder revolucionário dos trabalhadores. É isto o que nos demonstra a trágica experiência do reformismo no Chile onde dezenas de milhares de trabalhadores e revolucionários caíram mortos, vítimas das ilusões reformistas em construir o socialismo por via pacífica.

Mas que o sangue desses mortos, que os actuais sofrimentos inauditos dos trabalhadores chilenos sirvam ao menos para evitar ao proletariado português uma nova derrota sangrenta e que de vez nos convençamos que **só a revolução fará o socialismo!**

Os trabalhadores e os revolucionários não podem portanto esquecer que só por si uma vitória nas eleições de pouco ou nada vale na luta contra a exploração dos capitalistas e a dominação do seu Estado. Há porém situações em que a luta eleitoral pode estimular o desenvolvimento das lutas operárias e facilitar a obra de destruição do Estado capitalista. Mas isso exige que haja uma *direcção revolucionária das lutas dos trabalhadores* (um partido operário revolucionário), conduzindo-as no sentido da luta anti-capitalista de massas contra a exploração e o Estado burguês, e não — como existe actualmente em Portugal — um *controlo reformista sobre essas lutas*, tentando desviá-las do caminho revolucionário e canalizá-las para a colaboração de classes com a burguesia e os seus políticos.

Acontece, camaradas, que camadas cada vez mais amplas de trabalhadores começam a compreender que nove meses de governo provisório de colaboração de classes bastaram para demonstrar o erro de uma tal política e os perigos que correm os trabalhadores e os seus direitos democráticos, caso se não tomem medidas eficazes no sentido de quebrar a espinha da reacção capitalista. Camadas cada vez mais amplas de trabalhadores já compreenderam que contra a sobotagem económica, contra os atentados aos seus direitos económicos, sociais e políticos, contra a ameaça de a direita capitalista recuperar o poder político, **só há uma solução: esmagar a reacção!** Camadas cada vez mais amplas de trabalhadores compreendem que é necessário atacar as bases do poder económico e político dos industriais e banqueiros, nacionalizar os bancos e as grandes empresas, pôr a produção debaixo do controlo dos trabalhadores e desenvolver organismos de poder dos operários e trabalhadores que preparem a tomada do poder pelo proletariado e prefigurem os órgãos do verdadeiro poder dos trabalhadores, da democracia operária nas tarefas revolucionárias da construção do socialismo.

A hora, camaradas, não é pois de eleições para uma Constituinte burguesa dum Estado capitalista. A hora é de avançar decididamente no sentido do ataque ao poder do capital. Mas para isso é necessário o fim da conciliação e da colaboração de classes com a burguesia e os seus políticos e o cerrar das fileiras da classe operária numa **frente única dos trabalhadores e das organizações operárias e revolucionárias**. Essa concentração da força proletária revolucionária, temperada pelas duras lutas de massas dos últimos meses, esclarecida pela elevação da consciência política das mais amplas camadas de trabalhadores e pela sua clara opção pelo Socialismo e pelo Comunismo, animada pela nova combatividade demonstrada após o 28 de Setembro e enquadrada pelas fortes organizações sindicais e políticas dos trabalhadores — tudo isso, camaradas, e a mais estreita aliança entre os explorados e oprimidos dos campos e das cidades, uma política revolucionária e anti-capitalista de **aliança entre o proletariado e o campesinato**, tudo isso permite afirmar que é possível criar rapidamente as condições para, na base dessa *frente única*, substituir o actual governo de colaboração de classes com a burguesia por um

governo revolucionário dos trabalhadores. Só um tal governo, formado por todas as organizações operárias e revolucionárias, fazendo participar as organizações de massa dos trabalhadores na condução da actividade económica e da vida política do país, apoiado na mobilização permanente e na ofensiva de massas anti-capitalistas dos trabalhadores, poderá arrancar as raízes do poder capitalista e preparar todas as condições políticas e organizativas para a liquidação revolucionária do poder do Capital.

É esta a alternativa para a actual situação que a **Liga Comunista Internacionalista** impulsiona, dela fazendo proposta a todas as organizações políticas e sindicais de trabalhadores. Temos porém a consciência de que isso teria de implicar da parte das organizações reformistas um compromisso numa política anti-capitalista consequente que sectores cada vez mais amplos dos seus militantes de base reclamam, mas que as suas direcções recusam. Mas estamos convencidos que importantes sectores desses militantes operários, decididos a uma acção revolucionária anti-capitalista, romperão cada vez em maior número com essas direcções e virão engrossar as fileiras da frente única da classe operária.

Porém, qualquer que seja, até à data das eleições o destino deste processo, e o mesmo que as eleições para a Constituinte se realizem, a atitude da L.C.I. também neste terreno será o de defender e aplicar a unidade da frente proletária contra a reacção, fazendo tudo para barrar à reacção todos os caminhos (mesmo o caminho eleitoral) para o controlo do aparelho de Estado.

Também sabemos que, caso haja eleições, será importante fazer ouvir a voz dos revolucionários na campanha eleitoral e dentro da própria Assembleia Constituinte:

— Para denunciar todas as formas de exploração e opressão capitalista sobre os operários, camponeses e soldados, sobre todos os trabalhadores, e para impulsionar a luta pela defesa das suas condições de vida e de emprego, a luta pelos seus direitos económicos e sociais;

— Para denunciar todas as manobras da reacção capitalista, a sabotagem económica, a preparação de novas intencões reaccionárias, e para impulsionar formas de luta e de organização contra a reacção capitalista interna e internacional;

— Para desmistificar as intencões dos capitalistas em relação ao papel da Constituinte na restrição dos direitos sindicais e políticos dos operários, camponeses, trabalhadores e soldados;

— Para defender a unidade da frente proletária, a frente única da classe, como única forma de lutar eficazmente contra a exploração, a reacção e o poder político dos capitalistas, para defender os métodos da luta proletária e para criticar as práticas reformistas da colaboração de classes e da passagem gradual e pacífica para o socialismo;

— Para a defesa do programa e do governo revolucionário dos trabalhadores;

— Para defesa da via da greve geral revolucionária e da insurreição armada das massas para o derrube do Estado capitalista, para a instauração da ditadura do proletariado e do Socialismo;

— Para o combate ao colonialismo e ao neo-colonialismo, à penetração imperialista em Portugal;

— Para a defesa do internacionalismo proletário, pelo apoio revolucionário o internacionalismo às lutas dos trabalhadores em todo o mundo.

Por isso a L.C.I. fará por apresentar candidatos às eleições para a Constituinte, consciente do papel que lhe cabe dentro do próprio processo eleitoral, quer de defesa da *unidade da classe operária*, quer também de apresentação, propaganda e defesa de uma alternativa, de uma *solução revolucionária* para a crise económica e política em Portugal, de uma solução para a própria crise da direcção revolucionária das lutas dos trabalhadores: a construção de um *partido operário revolucionário de massas*.

Do vosso apoio, camaradas, da vossa adesão à L.C.I., de forma a permitir-nos constituir em partido político na base das 5.000 adesões exigidas pela lei burguesa, depende que este nosso projecto se concretize.

Mas, em qualquer dos casos, o nosso voto será *sempre contra a burguesia*. E, por isso, apelaremos para o voto nos nossos candidatos nos círculos onde concorreremos, e chamaremos a votar nos restantes círculos nos candidatos dos partidos operários, exigindo simultaneamente que combatam na Constituinte os projectos reaccionários da burguesia.

UM TRISTE BALANÇO DA POLÍTICA REFORMISTA E DE COLABORAÇÃO DE CLASSE...

Nove meses após a queda do fascismo começamos a verificar, camaradas, que vamos perdendo pouco a pouco as nossas conquistas económicas, sociais e políticas — essas conquistas que alcançamos através das nossas lutas, através das nossas greves, ocupações e manifestações, tanto antes como após o 25 de Abril. Começamos a verificar que o aumento incessante do custo de vida nos levou já a magra subida dos salários conquistada; verificamos que os despedimentos alastram e lançam no desemprego, na fome e na miséria cada vez mais camaradas (cujo número já ultrapassa os 200.000!); que muitos patrões se recusam a pagar o salário mínimo ou o 13.º mês; que os ritmos de trabalho se intensificam; que o governo projecta aumentar a jornada de trabalho; que os patrões começam de novo a exercer o mesmo autoritarismo na empresa que antes do 25 de Abril; verificamos que continua a haver diferenças de salários entre homens e mulheres, que a previdência quase não foi melhorada, que a idade de reforma ainda não foi baixada, que um trabalhador doente ou inutilizado pelo capital que o explora é um homem condenado à miséria. Verificamos que os transportes continuam lentos, incómodos, raros e cada vez mais caros; que as casas que habitamos continuam pequenas, desconfortáveis e caras. Verificamos que os camponeses pobres vêem a sua situação agravar-se cada vez mais, sujeitos às dívidas e hipotecas, à falta de apoio técnico e de crédito que os industriais e banqueiros lhes recusam. Ao mesmo tempo verificamos que os nossos direitos democráticos, conquistados pela nossa acção no desmantelamento do Estado fascista são cada vez mais restringidos (caso da lei sobre a greve que quase não nos deixa fazê-la; da lei sobre a reunião e manifestação que dificulta os comícios e manifestações revolucionárias, mas protege as manifestações e comícios reaccionários, como o do CDS em 4 de Novembro; da lei de censura à imprensa que proíbe a propaganda e divulgação das nossas lutas, principalmente dos camaradas soldados a quem

continuam a ser recusados todos os direitos democráticos).

E, a par disto, que vemos? Vemos que os capitalista ou enriquecem cada vez mais, ou então dão-se por satisfeitos com os lucros que já obtiveram à custa de anos de exploração do nosso trabalho, fecham as portas e põem-nos na rua! Vemos que os preços dos produtos de primeira necessidade (o próprio preço daquilo que nos permite sobrevivermos para continuarmos a ser explorados no dia seguinte — a comida, os transportes, etc.) sobem para irem encher os bolsos dos industriais e banqueiros. Vemos serem soltos cada vez mais pides, reaccionários e capitalistas sabotadores. Vemos que os fascistas se reorganizam no CDS, inundam o país de propaganda provocatória contra os trabalhadores, as suas lutas e organizações, beneficiam da protecção da PSP e da GNR! Verificamos que estas forças repressivas continuam intactas, armadas, e prontas a serem utilizadas contra as greves e manifestações de trabalhadores e revolucionários, fazendo mortes e prisões, como o assassinato de Vitor Bernardes, a prisão dos operários da Soares da Costa, etc.! Verificamos que continuam de pé códigos e leis reaccionárias herdadas do fascismo, ao abrigo das quais são soltos os capitalistas sabotadores do BIP e da Torralta mas são presos os camaradas soldados que entram em luta contra o autoritarismo militarista ou pela defesa daquilo a que (como trabalhadores fardados) têm direito!

Nove meses após a queda do fascismo, vemos a libertação total dos nossos camaradas trabalhadores das Colónias (principalmente de Angola) ameaçada pelas manobras neo-colonialistas, vemos Portugal continuar na NATO, as bases americanas em solo português, verificamos que continua de pé o sinistro Pacto Ibérico (tratado que liga Portugal ao regime fascista de Espanha, o regime que neste momento procura abafar a ferro e sangue a heróica luta dos trabalhadores espanhóis!).

Verificamos assim, camaradas, que os capitalistas continuam a ser a classe dominante, a fazer valer os seus interesses de classe exploradora e os dos seus parceiros imperialistas internacionais. Verificamos, camaradas, que dia para dia mais se agravam as nossas condições de vida e de trabalho, mais são restringidos os nossos direitos sociais e políticos.

É isto que é preciso modificar! Mas, para isso, é preciso acabar com o poder dos capitalistas, das suas leis, dos seus tribunais, das suas polícias, dos seus meios de informação, etc.

Ora, que tem o governo feito no sentido de combater o poder do Capital, de combater a sabotagem económica, defender as condições de vida e os direitos democráticos das massas? Nada ou quase nada. Senão vejamos:

O plano «económico e social de emergência», o anunciado plano de «reconstrução nacional», não só não defende os interesses dos trabalhadores como em nada ataca os interesses dos capitalistas, oferecendo-lhes melhores condições para a realização dos seus lucros — esse plano melhor deverá chamar-se um *plano de reconstrução do capital!* A lei sobre os arrendamentos rurais nada faz para libertar os camponês pobre das garras dos bancos, dos ricos proprietários, dos donos dos mercados dos produtos agrícolas que compram barato ao camponês pobre mas vendem caro ao operário da cidade; porém, essa lei beneficia e ajuda os capitalistas agrícolas na

sua exploração sobre os operários rurais! A lei sobre os despedimentos não livra de fome e da miséria os trabalhadores desempregados, mas procura obter a colaboração dos sindicatos e das «comissões de controlo dos despedimentos» para a operação de pôr na rua os nossos camaradas!

«Mas — poderão perguntar-nos — não valerá a pena fazermos todos estes sacrifícios para defender a democracia e combater a reacção?». A isto, respondemos com factos: a miséria crescente dos trabalhadores, dois graves «atentados à democracia» (Palma Carlos e 28 de Setembro) e o alastrar da reacção, principalmente nos campos! É que, camaradas, não é de braços cruzados, não é não fazendo nada para ganhar os camponeses pobres para o campo da classe operária e a sua política, não é deixando de tomar medidas anti-capitalistas ousadas que se combate a reacção. A história sempre demonstrou que a subordinação da política operária aos interesses dos capitalistas *favoreceu sempre a reacção!* Além disso, os nossos interesses de explorados oprimidos não podem ser um instrumento ao serviço da democracia, mas sim a democracia, isto é, os nossos direitos democráticos um instrumento ao serviço dos nossos interesses! Os direitos democráticos são nas mãos dos trabalhadores, como uma *ferramenta* que, ou se utiliza, ou então enferruja. Os direitos democráticos dos trabalhadores, se é certo que só pela luta se conquistam não é menos verdade que *só pela luta se exercem, só pela luta se mantêm.* Abandonar a luta (deixar de exercer o direito à greve, à manifestação, etc.) em nome da «reconciliação e reconstrução nacional», «para não pôr em perigo a democracia» é meio caminho andado para deitar a perder as conquistas democráticas das massas, enfraquecer a sua frente de luta e dar margem aos capitalistas e ao seu Estado para, «em nome da democracia, da reconciliação e da reconstrução nacional» restringirem os direitos democráticos dos trabalhadores.

E a prova, camaradas, é que nove meses após a queda do fascismo verificamos que o abandono da nossa luta «em nome da defesa da democracia e da reconstrução» não só não defendeu as nossas condições de vida e de emprego, mas também não evitou os atentados contra os nossos direitos democráticos. E isto porquê?

Porque o Governo Provisório é incapaz de tomar medidas anti-capitalistas, medidas que atinjam as bases do poder económico dos capitalistas e destruam as peças fundamentais da sua máquina de Estado (leis, tribunais, polícias, etc.), medidas que coloquem os sectores fundamentais da economia e os centros do poder político sob o controlo dos trabalhadores e das suas organizações de combate.

Mas, por que motivo é o governo provisório incapaz de tomar essas medidas?

Porque o governo provisório não é um governo dos trabalhadores, mas sim um *governo de colaboração de classes* — um governo onde coexistem partidos burgueses (PPD, SEDES) e partidos operários reformistas (PS, PCP). Porque um governo de colaboração de classes é um governo destinado a atrelar os interesses dos trabalhadores à carroça dos interesses dos capitalistas. Porque um tal governo será sempre um governo ao serviço, em última análise, dos capitalistas e dos seus interesses de classe exploradora.

PELA FRENTE ÚNICA DOS TRABALHADORES CONTRA A EXPLORAÇÃO E A REACÇÃO CAPITALISTAS!

É por isso que a L.C.I. entende que, face à actual ofensiva da reacção capitalista contra as condições de vida e de emprego, contra os direitos sindicais e políticos dos trabalhadores, só há uma solução: esmagar a reacção, quebrar os instrumentos da dominação política e económica do Capital. Mas, isso passa pela substituição do actual governo de colaboração de classe por um governo revolucionário dos trabalhadores. Esse governo revolucionário dos trabalhadores só pode, por sua vez, ser constituído na base da frente única da classe operária e das massas trabalhadoras, da frente única de todas as organizações operárias e revolucionárias.

Essa frente única dos trabalhadores é possível, necessário e urgente constitui-la desde já no combate unitário contra a exploração e a reacção capitalistas:

a) na luta pela defesa das condições de vida e de emprego dos trabalhadores.

— contra o aumento do custo de vida, por um salário mínimo nacional de 6 contos, pela escala móvel dos salários (isto é, pela subida automática dos salários face a qualquer aumento do custo de vida), por salário igual a trabalho igual; pelo pagamento do 13.º mês a todos os operários e trabalhadores;

— contra o desemprego e os despedimentos, contra a intensificação dos ritmos e o aumento do horário de trabalho, pela recusa às horas extraordinárias, pela recusa do trabalho a prémio ou à tarefa, pela proibição operária dos despedimentos, pela escala móvel das horas de trabalho (isto é, pela distribuição do trabalho existente por todos os trabalhadores sem diminuição do salário), pela semana nacional de trabalho de 40 horas;

— por uma política social de defesa dos direitos dos trabalhadores; pela reforma aos 60 anos; por habitações e transportes condignos, por uma medicina gratuita; por todo o salário em caso de desemprego, invalidez, gravidez ou reforma; por uma providência eficiente controlada pelos trabalhadores; por um ensino gratuito e obrigatório até aos 18 anos, por uma formação profissional livre e polivalente;

b) na luta contra a sabotagem económica (contra as fugas de capitais e as recusas em investir, contra o açambarcamento de matérias-primas e de mercadorias, contra as recusas de encomendas, contra a subida provocada dos preços, etc.), pela criação (nas empresas e nos bairros) de comissões de luta contra a sabotagem económica, pela fiscalização da contabilidade das empresas, pelo controlo dos trabalhadores sobre a produção e a troca, pela criação de comissões de vigilância dos preços, impondo a nacionalização sob controlo dos trabalhadores de todas as empresas envolvidas em actos de sabotagem, pela prisão e julgamento público dos capitalistas sabotadores;

c) na luta pelo saneamento dos fascistas e reaccionários nas empresas, nas repartições públicas, nos quartéis, nas escolas; na luta pelo desarmamento das forças repressivas do capital (PSP, GNR) e pela abolição de todas as leis económicas fascistas ainda em vigor;

d) na luta contra a reorganização dos fascistas e reaccionários e pela dissolução e imediata proibi-

ção de todos os partidos da extrema-direita (Partido «Trabalhista», «Democracia Cristã», C.D.S., PCSD);

e) na luta contra os atentados fascistas e contra a preparação de novas intencionalidades reaccionárias, desenvolvendo a vigilância autónoma dos trabalhadores e dos soldados nas empresas, nos bairros, nos quartéis, etc., e constituindo organismos de auto-defesa das organizações e lutas dos trabalhadores;

f) na luta pela revogação imediata dos recentes decretos e leis que limitam os direitos democráticos dos trabalhadores, pelo direito sem restrições à greve, à reunião e manifestação, à imprensa operária e revolucionária; na luta pela proibição do lock-out; na luta contra o «pluralismo sindical», e por um sindicalismo democrático e unitário ao serviço da luta anticapitalista de massas; na luta pelo reconhecimento aos soldados e marinheiros (operários e trabalhadores fardados) dos seus direitos de sindicalização, de reunião e discussão política nos quartéis, etc.;

g) na luta contra o imperialismo e neo-colonialismo, pela saída de Portugal da NATO, pelo fim imediato do Pacto Ibérico, pela imediata independência de todas as colónias, pelo apoio às lutas dos trabalhadores de todo o mundo.

POR UM GOVERNO REVOLUCIONÁRIO DOS TRABALHADORES, LUTAR, VENCER, OS OPERÁRIOS AO PODER!

É pois, camaradas, na base do desenvolvimento destes objectivos e formas de luta, na base do desenvolvimento da unidade e da organização dos trabalhadores no combate à reacção capitalista, que entendemos que é possível substituir o actual governo de colaboração de classes com a burguesia por um governo revolucionário dos trabalhadores, um governo constituído por todas as organizações operárias e revolucionárias, apoiado na mobilização e na ofensiva permanentes dos trabalhadores contra a exploração e o poder de Estado dos capitalistas e capaz, assim, de vibrar golpes profundos no poder económico e político do Capital.

O programa desse governo teria pois de ser o seguinte:

1) Expropriação sem indemnização das empresas industriais, comerciais e agrícolas mais importantes, bem como dos grandes meios de comunicação social (TV, Rádio, Cinema, Imprensa); seu funcionamento sob controlo dos trabalhadores.

2) Atribuição ao governo dos trabalhadores de todo o sistema de crédito e criação de um banco único do Estado.

3) Exclusivo para o governo dos trabalhadores de todo o comércio com os países estrangeiros, de forma a combater o boicote e a agressão económicos por parte das potências imperialistas.

4) Apoio ao campesinato pobre, pelo estabelecimento de um sistema de crédito e de apoio técnico, por uma reforma agrária que liberte o camponês pobre de todas as dívidas e hipotecas, e, no que respeita aos rendeiros das terras nacionalizadas, os torne senhores do produto da terra que trabalham.

5) Expropriação de toda a indústria de guerra.

6) Criação de um organismo central de planificação económica, integrado e controlado pelas organizações de massas (comissões de trabalhado-

res, comités de indústria, sindicatos, cooperativas, etc.).

7) Escala móvel dos salários e das horas de trabalho; imediata criação de condições para o estabelecimento de uma previdência, assistência e ensino gratuitos; redução drástica dos preços dos transportes colectivos, da energia e da habitação.

8) Supressão de toda a legislação que protege os interesses dos capitalistas e substituição dos tribunais burgueses por órgãos judiciais eleitos democraticamente pelos trabalhadores.

9) Participação das organizações de massas em todos os escalões e instâncias de gestão da vida social. Essas organizações de massas deverão estar estruturadas e representadas segundo as normas da democracia proletária, o que exige o carácter electivo de todas as instâncias, a prestação regular de contas e o permanente controlo e revogabilidade pela base relativamente a todos os delegados eleitos; a remuneração das funções de todos estes delegados não deverá exceder o salário médio de um operário.

10) Armamento geral dos trabalhadores e substituição do exército e da polícia por milícias operárias e organismos voluntários de vigilância integrados e controlados pelos trabalhadores.

11) Saída de Portugal da NATO, fim do Pacto Ibérico, revogação de todos os tratados com o imperialismo, abolição da diplomacia secreta, e lançamento de uma política externa de apoio anti-imperialista às antigas colónias e de apoio revolucionário e internacionalista às lutas dos trabalhadores de todo o mundo; contra a Europa dos exploradores e dos monopólios, luta pelos Estados Unidos Socialistas da Europa.

POR UMA CAMPANHA ELEITORAL REVOLUCIONÁRIA AO SERVIÇO DA LUTA ANTICAPITALISTA DAS MASSAS!

É este o programa que os candidatos da L.C.I. irão defender na campanha eleitoral para a Assembleia Constituinte: um programa unificador da frente proletária contra a exploração e a reacção capitalistas, um programa de luta contra o poder do Capital, que a classe operária e as massas trabalhadoras reclamam e exigem das suas organizações!

Através da sua campanha, a L.C.I. propõe-se ser a tribuna pública das reivindicações de todos os sectores explorados e oprimidos da população trabalhadora da cidade e do campo, a voz pública das suas lutas, abrindo os seus comícios e todas as suas formas de propaganda a trabalhadores em greve, a soldados em luta, a camponeses pobres em combate à opressão capitalista dos industriais e banqueiros, procurando mostrar a todos os trabalhadores que a solução dos seus problemas não está em maiorias parlamentares na Constituinte, mas na acção extra-parlamentar e anticapitalista das massas, na organização autónoma e no armamento geral dos trabalhadores para a revolução proletária, para a greve geral revolucionária e insurreição armada que instaure o poder revolucionário dos trabalhadores e permita lançar os fundamentos da construção do Socialismo. Do mesmo modo, através da sua campanha, a L.C.I. procurará ser porta-voz da luta revolucionária mundial do proletariado, direito e obrigação que lhe advém de lutar no quadro de

uma internacional operária revolucionária, de ser a organização portuguesa do Partido Mundial da Revolução Socialista — a Quarta Internacional.

Finalmente, e para além de tudo isso, ao mesmo tempo que apelamos a todos os trabalhadores, soldados e estudantes para que subscravam as listas de adesão à L.C.I. de forma a permitir a esta apresentar-se e defender um programa revolucionário nas eleições, nós alertamos firmemente todos os camaradas que a luta dos trabalhadores não deve nem pode esperar pelas eleições. Lembramos uma vez mais que a verdadeira luta pela defesa das condições de vida e de trabalho, pelos direitos democráticos dos trabalhadores, *é nas empresas, é nos quartéis, é nas ruas que se trava!* Nós alertamos também todos os trabalhadores para a possibilidade de a reacção capitalista tentar qualquer golpe de força e instaurar uma ditadura das direitas, tanto antes das eleições, como durante ou depois delas. A qualquer nova intentona da reacção é preciso opor uma resposta enérgica e esmagadora, uma resposta que permita quebrar decisivamente os meios em que a reacção se apoia e minar radicalmente as bases do seu poder económico e político.

Do mesmo modo, a L.C.I. saberá igualmente, nos círculos em que não apresentar candidatos, manter a mesma atitude de unidade da frente proletária contra a reacção capitalista e apelar para o voto contra a burguesia e os seus partidos, para o voto nos partidos operários que dêem garantias mínimas de combate aos projectos reaccionários do Capital na Constituinte.

Por tudo isso, a L.C.I., na certeza de interpretar a vontade de luta unitária de todos os trabalhadores portugueses, lança a toda a classe operária, aos camponeses, aos soldados, a todos os trabalhadores e revolucionários, a todas as organizações operárias e revolucionárias, a proposta que neste momento e acerca do problema eleitoral traduz a posição de unidade da frente proletária da classe operária contra a exploração e a reacção capitalista:

**VOTAR CONTRA A BURGUESIA! BARRAR
À REACÇÃO CAPITALISTA TODOS OS CAMINHOS
(MESMO O CAMINHO ELEITORAL) PARA
O CONTROLO DO APARELHO DO ESTADO!**

**POR UM FORTE MOVIMENTO DE MASSAS
CONTRA A EXPLORAÇÃO E A REACÇÃO CAPITALISTAS.**

**PELA AUTO-DEFESA DA CLASSE OPERÁRIA,
DAS SUAS LUTAS E ORGANIZAÇÕES.**

**POR UM GOVERNO REVOLUCIONÁRIO DOS
TRABALHADORES.**

**LUTAR, VENCER, OS OPERÁRIOS AO
PODER!**

Janeiro de 1975.

*O Comité Central
da*

**LIGA COMUNISTA INTERNACIONALISTA
(organização da IV Internacional)**

J.P. Barosa

LUTAR CONTRA O GOVERNO E O PATRONATO

MANIFESTO DO COMITÉ CENTRAL DA L.C.I.



BASTA DE COMPROMISSOS CDS FORA DO GOVERNO POR UM GOVERNO PC-PS QUE SATISFAÇA AS REIVINDICAÇÕES DOS TRABALHADORES



Formado após 40 dias de longas negociações, o actual governo PS-CDS tem sido um fracasso total. Estava no seu programa a resolução da crise económica e social; a situação só piora. Prometia mundos e fundos quanto aos empréstimos capitalistas; mas o imperialismo parece que não quer largar mão desses dólares, que aliás mal dão para pagar os juros dos empréstimos anteriores.

Spínola no exército e Mello na Lisnave — aí estão eles outra vez de braço dado como no 11 de Março. O governo promete, a PSP e GNR cumprem — têm continuado as tentativas de desocupação das UCPs da Reforma Agrária. Mas nem isso tem feito recuar os trabalhadores; os trabalhadores da função pública não desistem das suas reivindicações e muitos outros, metalúrgicos, operários da construção civil, cada vez mais explorados pela austeridade que não tem fim, sentem que chegou

a hora de dizer *basta* a todos os compromissos e à política do patronato.

Entretanto, ao mesmo tempo que se multiplicam os ataques às conquistas dos trabalhadores, a hierarquia militarista vai retomando o controle total das forças armadas. Lenta e seguramente os militares do antigo regime, ocupam as chefias de todos os sectores e proclamam, alto e bom som, o seu desejo de instaurar em toda a sociedade a mesma ordem que querem impor aos soldados, privados de todos os direitos democráticos.

O Comité Central da LCI, reunido no dia 1 e 2 de Abril, analisou a actual situação política e as recentes lutas dos trabalhadores. É a todos os trabalhadores que nos dirigimos — para reforçar a luta, para aplicar uma política socialista, para acabar com o reino da exploração.

1 - LUTAR CONTRA O GOVERNO E O PATRONATO

A crise tem-se agravado. Os transportes aumentam e os preços não param. Soares prometera há quase dois anos acabar com a *crise económica*, mas os desempregados já vão em 800.000, e o número dos candidatos cresce com cada jovem, cada estudante, cada mulher. As conquistas do 25 de Abril nos salários foram dadas com uma mão e agora tiradas com a outra. Falava-se em que a *crise política* estava resolvida, mas viu-se que Soares acabou por pedir apoio a Freitas do Amaral — de quem dizia dois meses antes na Assembleia da República que "o CDS e o PSD querem acabar com as conquistas da nossa revolução".

De facto, é isso mesmo que o governo tem tentado fazer. Mal Soares e Amaral assinaram o seu acordo os trabalhadores souberam logo que o novo governo lhes ia propor a generalização do regime de trabalho temporário, a substituição do Contrato Colectivo por contratos individuais e... mais austeridade. Esta austeridade é a vida diária de cada trabalhador. É a quebra do poder de compra — 100 escudos hoje mal dão para pagar o que se comprava com 50 quando Soares formou o seu primeiro governo. Esta austeridade é o desemprego, a proibição de reivindicar, são os ex-comandos nas fábricas, grupos de furas ao serviço do patronato.

Os trabalhadores não têm aceite nem aceitarão esta política. O governo está a falhar na aplicação dos seus planos. Não tem tido o grande apoio que esperava do FMI — a crise económica agrava-se e os credores batem à porta. Os trabalhadores sabem o que têm pago mas o governo ainda promete indemnizações enormes aos capitalistas.

O governo talvez continue com esta política. Talvez continue a devolver terras aos latifundiários para ficarem incultas. Talvez continue a devolver empresas aos patrões sabotadores, para despedirem os operários que defendem o seu salário. Mas o que não pode é esperar que os trabalhadores o apoiem. Não pode esperar que os trabalhadores socialistas reconheçam neste governo o seu voto contra a direita; não pode pedir aos trabalhadores que apoiem os homens de Freitas do Amaral no governo.

2 - NÃO HÁ LUTA SEM UNIDADE NÃO HÁ UNIDADE SEM LUTA

Não podemos esperar mais, já lá vão dois anos e meio de ferozes ataques patronais. É isso que têm dito todos os trabalhadores que têm vindo à rua lutar pelas suas reivindicações; só no mês passado, foram mais de 500.000 que lutaram pelas reivindicações do seu sector. Os professores entraram em greve por duas vezes, os trabalhadores da função pública paralizaram a nível nacional e continuam, o sector do comércio automóvel entrou em greve nacional no dia 21 de Março, os bancários também, o complexo da Portucel fez um dia de greve, a Sociedade Nacional de Sabões esteve quase dois meses em greve, e a Plessey continua em luta, também os trabalhadores da Madeira fizeram já uma jornada de luta. Meio milhão de trabalhadores

Como Marcelo Caetano falava de Freitas do Amaral:

Muito pouco antes do 25 de Abril, Marcelo Caetano homenageava o actual presidente do CDS, partido que agora governa, com o PS, o pai: "... consola-me sobretudo a ideia de que outros continuarão o labor a que me dediquei durante tantos anos com entusiasmo e vontade de bem servir. E de entre esses continuadores, permitirse-lhe que destaque o dr. Freitas do Amaral, pela admiração que me merece...", concluindo com "que o futuro lhe seja propício como merece".

Pois é com estes "continuadores" de Marcelo Caetano que Soares formou o seu segundo governo.

(M. Caetano, Introdução ao Manual de Direito Administrativo)

Assim, se o governo não convence, procura vencer à força a resistência e o ódio das massas trabalhadoras. Que outro sentido têm os 4000 GNRs no Alentejo, os 30.000 despedimentos, as zonas inteiras do país onde só se pode ser delegado sindical no desemprego, o reforço da PSP, a criação de um Serviço de Informações da República, dependente de Eanes, que é uma nova polícia política, e a libertação dos principais acusados no processo dos bombistas? Que outro sentido tem a integração de ex-comandos nas fábricas, como a Movauto, Sociedade Nacional de Sabões, Mocar, para formarem milícias patronais? Que outro sentido tem a restrição dos direitos democráticos, como a separação dos trabalhadores da função pública dos restantes trabalhadores, através de uma lei das Bases que os proíbe de terem um Contrato Colectivo — que é o primeiro direito dos trabalhadores? Assim, completa-se o círculo: o padre Max foi assassinado pelos bombistas, Luis Caracol foi morto pela polícia do governo, que permitiu a libertação dos bombistas. O mesmo governo que encobre todos estes crimes é também o que propõe um Orçamento Geral de Estado que aceita o reforço das polícias, que recusa as reivindicações dos trabalhadores, que reforça a austeridade e a repressão.

E necessário combater firmemente esta recuperação capitalista, os ataques patronais, a política do governo. Não podemos esperar que a crise se agrave mais, que aumentem os desempregados, que cresça a austeridade e a repressão.

que não esperou mais, que lutou pelas suas reivindicações, que entrou em greve nacional. Meio milhão de trabalhadores que promete continuar, que se opõe à austeridade, à política deste governo burguês.

Trabalhadores que lutam pelas suas reivindicações, mas que não têm sido apoiados. Greves nacionais nos dias 10, 21 e 27 de Março, mas sem unificação. Poderemos assim vencer os ataques patronais? Desse patronato que, pela voz da CIP, deu dois meses ao governo para endurecer a sua política de austeridade? Não! É necessário que a CGTP e todos os sindicatos apoiem energicamente as lutas de todos os sectores, é necessário apoiar toda a resistência dos ataques patronais. Os trabajado-

res da função pública, professores e bancários têm razão! É necessário apoiá-los! É necessário uma grande jornada de luta, uma greve nacional, em que os trabalhadores ocupem e se reúnam nos seus locais de trabalho e preparem grandes manifestações de massas contra a austeridade capitalista!

Essas centenas de milhares de trabalhadores que entraram em luta confiaram nos seus sindicatos; os trabalhadores confiam na CGTP para defender esses seus interesses e preparar essa luta. Para isso é necessário que se realizem assembleias democráticas, que todos os trabalhadores e tendências sindicais tenham o direito de defender a sua opinião. É necessário que se realizem Encontros Distritais de Delegados sindicais para preparar essa jornada de greve; é necessário que os delegados e direcções sindicais, Comissões de Trabalhadores preparem em Plenário Nacional a jornada de greve; que se comece a preparar imediatamente um Congresso Sindical democrático, que avance no reforço da CGTP como actual central sindical única, que verticalize todos os sindicatos, que crie grandes federações sindicais da metalurgia, da construção, dos transportes, da banca e seguros, da função pública, da indústria naval, etc., e aprove uma Plataforma de Emergência, recolhendo as principais reivindicações operárias e fixando ao Secretariado da CGTP a tarefa de lutar pela saída do CDS do governo, pelo derrube deste governo burguês, pela imposição de um governo que satisfaça as reivindicações operárias.

Assim, os trabalhadores nas suas lutas, manifestações e greves, votarão contra o governo PS-CDS. Mas não basta combater o governo com o voto das fábricas. É necessário que, derrotado pelos trabalhadores, ele não continue a fazer passar a sua política na Assembleia da República. Os deputados do PS e do PC foram eleitos com os votos dos trabalhadores; pois são agora os trabalhadores que lhes exigem que rompam todos os compromissos com o patronato, com o CDS e os generais, que

demitam o governo, que recusem a austeridade e iniciem uma política que satisfaça as reivindicações dos trabalhadores.

Essa nova política deve ser antes do mais uma Plataforma de Emergência, discutida por todos os trabalhadores.

A todos os trabalhadores, aos deputados do PS e do PCP, a Soares e a Cujhal, dirigimo-nos propondo-lhes a elaboração de uma plataforma de emergência, em que defendemos os principais objectivos imediatos dos trabalhadores, as exigências de:

1. Abolição imediata de todas as leis anti-populares. Reposição do poder de compra dos trabalhadores. Escala móvel de salários, negociação imediata e fim da arbitragem governamental dos CCT.

2. Fim ao desemprego: semana máxima de 40 horas, Plano Nacional de Obras Públicas, para absorver o desemprego.

3. Crédito barato para apoiar as empresas em auto-gestão, as cooperativas, os camponeses pobres e rendeiros, as UCPs e cooperativas da Reforma Agrária. Não às desocupações, não às desintervenções.

4. Nacionalização sob controle operário das principais empresas industriais e comerciais, nacionais e estrangeiras. Recusa dos empréstimos e chantagens imperialistas, pelo monopólio do comércio externo e pela criação de um Banco Único de Estado.

5. Que os deputados dos partidos operários legislem de acordo com os interesses dos trabalhadores; que formem um governo PS-PCP, independente de Eanes, responsável perante os trabalhadores e as suas organizações de classe.



Se os partidos operários aceitarem tal plataforma de emergência, estabelecendo um plano de luta, o governo e o patronato bem poderão tremer. Se a Central Sindical, a CGTP-IN, tomar nas suas mãos a defesa dessas reivindicações urgentes, todas as lutas terão um objectivo: reforçar a unidade dos trabalhadores, formar um governo que dê resposta às nossas aspirações! É isso que vos propõe a LCI, que está disposta a discutir

estas propostas com todos os partidos operários, com todos os trabalhadores.

Mas se os partidos dos trabalhadores se calarem e esperarem passivamente que a austeridade se agrave, cedo veremos um novo perigo: este governo virá a ser substituído por outro da inteira confiança de Eanes e do patronato, ainda mais à direita, ainda mais disposto a atacar as conquistas dos trabalha-

dores, desde o seu emprego até ao seu sindicato. Esperar de braços cruzados é entregar a vitória ao patronato! É o que vemos quando o PS não quer romper os seus compromissos com o CDS e o patronato. E o PCP, apesar de dizer recusar a aliança do PS com a direita, diz que concede a este governo "o benefício da dúvida" (Editorial do "Avante", 9-2-78, pg 2)! Quem pode ter "dúvidas" de que os únicos "benefícios" que o Governo nos vai conceder serão a austeridade e a repressão?

Não há que hesitar, não pode haver dúvidas: é necessário lutar contra este governo, é necessário impor um governo que satisfaça as reivindicações dos trabalhadores, é necessário uma nova política.

Por cada dia que passa, a crise agrava-se. Se este Orçamento for aprovado, não só serão recusadas as reivindicações dos professores e trabalhadores da função pública, como se manterá a situação de miséria de uma grande parte da população portuguesa — esses 1 200 000 de mulheres e homens que trabalharão a vida inteira, e que agora recebem como pensão ou reforma menos do que o Estado paga à GNR de subsídio de alimentação mensal de cada um dos seus cães! Manter-se-á a situação de miséria para esses 640 000 rurais que recebem uma reforma de menos de 1 conto para viverem. Será o Estado, o patrão dos patrões, a dar o exemplo a todos os capitalistas que aplicarão à sua maneira este Orçamento, com mais despedimentos e menos salários.

3- PREPARAR UM 1º DE MAIO DE LUTA CONTRA A AUSTERIDADE

A crise capitalista não é, portanto, o único futuro para a sociedade portuguesa. O socialismo é possível, é cada vez mais a única alternativa. O fim da miséria, da exploração, da opressão, do desemprego, da repressão, está nas nossas mãos. É uma tarefa enorme, mas é a única via! O PS e o PCP têm-se mostrado incapazes de caminhar nesse sentido. *Limitam-se a ficar a meio caminho*; pois não se pode apoiar nas lutas operárias e ceder a Eanes, não se pode apoiar as nacionalizações e dar a sua chefia aos Mellos ou deixar à solta os capitalistas estrangeiros.

É necessário dizer não aos compromissos, é necessário avançar sem hesitar. Este 1 de Maio, que os trabalhadores começam agora a preparar, não pode ser a marcha fúnebre das nossas conquistas; não pode ser um festejo simbólico feito por encomenda; tem de ser a maior jornada de luta de sempre dos trabalhadores portugueses e a sua manifestação mais corajosa da recusa da política do governo, da exigência de uma nova política — a defesa dos interesses dos trabalhadores, de uma Plataforma de Emergência — e de um novo governo sem o CDS e sem os militares — um governo PS-PCP para cumprir imediatamente essa plataforma. Uma jornada de greve nacional no decorrer do mês de Abril e convocada pelo Secretariado da CGTP-IN, seria um passo indispensável para a grande mobilização de trabalhadores que é necessária e que corresponde ao desenvolvimento das presentes lutas de que são o exemplo as greves dos trabalhadores da função pública, professores e bancários.

Essa é a primeira tarefa de todos os trabalhadores: fazer do dia da unidade da classe a maior manifestação contra a ex-

ploração capitalista; transformar os protestos contra a carestia e o desemprego na exigência do aumento igual para todos de 2 500\$00, do salário mínimo nacional de 7 500\$00, do fim do desemprego; para unir as mobilizações e as greves nacionais numa só luta por um único objectivo; recriar nas fábricas e na Assembleia da República a maioria operária com que já derrotámos a direita por tantas vezes. O PS e o PC e todos os partidos operários devem fazer uma convocação unitária dessa jornada do 1 de Maio, devem preparar através desse apelo unitário e da sua participação activa nas manifestações, uma grande demonstração de força da classe operária.

É uma cadeia sem fim. A doença está neste sistema capitalista. É preciso declarar-lhe guerra! As lutas dos trabalhadores não podem continuar atrofiadas nas ante-câmaras dos ministros. É necessário passar à acção.

Diz-nos o governo que o salário mínimo de 7 500\$00 é impossível? Pois dizemos-lhe que só as indemnizações que se preparam para dar aos capitalistas seriam suficientes para pagar esse aumento do salário mínimo durante doze meses a todos os trabalhadores e trabalhadoras, no campo ou na cidade!

Dizem-nos que é impossível um aumento de 2 500\$00 para todos, para combater a queda do poder de compra? Pois dizemo-vos que, se usássemos as indemnizações para pagar aos explorados e não aos exploradores, haveria dinheiro para conceder esse aumento e para o pagar durante um ano inteiro!

E durante quanto tempo é que vamos continuar a ser explorados? Os trabalhadores já disseram de sua justiça. Meio milhão de grevistas durante o mês de Março, e muitos mais que estarão na rua no 1 de Maio, ou que entrarão em greve nacional se a CGTP a convocar; centenas de milhares de socialistas, comunistas e trabalhadores sem partido que exigem a formação de um governo responsável perante os trabalhadores, sem Freitas do Amaral ou Firmino Miguel, um governo PS-PCP — aí está a resposta a estas medidas de austeridade e a este governo burguês.

Dia de luta dos trabalhadores, este 1 de Maio deve ser também uma jornada de combate de todos os oprimidos, dos jovens que recusam o desemprego, que exigem o direito de se organizarem numa UNEP unitária e em comissões sindicais de jovens, pelo direito ao trabalho e ao ensino; das mulheres que reclamam o direito à contracepção e aborto livre e gratuito e à revogação imediata de todas as leis de opressão das mulheres.

Para aumentar a força da nossa classe, para defender as nossas conquistas, para lutar pela resolução socialista para a crise, para preparar as lutas das massas, junta-te a este combate da LCI.

Para defenderes um programa de emergência de medidas imediatas contra a austeridade, para combateres o actual governo e impormos um governo que satisfaça as reivindicações operárias, para lutares pelo triunfo da tua classe e do socialismo levanta a bandeira da revolução socialista!

Para defenderes um programa de emergência de medidas imediatas contra a austeridade, para combateres o actual governo e impormos um governo que satisfaça as reivindicações operárias, para lutares pelo triunfo da tua classe e do socialismo levanta a bandeira da revolução socialista!

Comité Central da LCI
1-2 Abril 1978



J.P. Barosa

LUTAR CONTRA O GOVERNO E O PATRONATO

MANIFESTO DO COMITÉ CENTRAL DA L.C.I.



BASTA DE COMPROMISSOS

CDS FORA DO GOVERNO

POR UM GOVERNO PC-PS

QUE SATISFAÇA

AS REIVINDICAÇÕES

DOS TRABALHADORES



Formado após 40 dias de longas negociações, o actual governo PS-CDS tem sido um fracasso total. Estava no seu programa a resolução da crise económica e social; a situação só piora. Prometia mundos e fundos quanto aos empréstimos capitalistas; mas o imperialismo parece que não quer largar mão desses dólares, que aliás mal dão para pagar os juros dos empréstimos anteriores.

Spínola no exército e Mello na Lisnave — aí estão eles outra vez de braço dado como no 11 de Março. O governo promete, a PSP e GNR cumprem — têm continuado as tentativas de desocupação das UCPs da Reforma Agrária. Mas nem isso tem feito recuar os trabalhadores; os trabalhadores da função pública não desistem das suas reivindicações e muitos outros, metalúrgicos, operários da construção civil, cada vez mais explorados pela austeridade que não tem fim, sentem que chegou

a hora de dizer *basta* a todos os compromissos e à política do patronato.

Entretanto, ao mesmo tempo que se multiplicam os ataques às conquistas dos trabalhadores, a hierarquia militarista vai retomando o controle total das forças armadas. Lenta e seguramente os militares do antigo regime, ocupam as chefias de todos os sectores e proclamam, alto e bom som, o seu desejo de instaurar em toda a sociedade a mesma ordem que querem impor aos soldados, privados de todos os direitos democráticos.

O Comité Central da LCI, reunido no dia 1 e 2 de Abril, analisou a actual situação política e as recentes lutas dos trabalhadores. É a todos os trabalhadores que nos dirigimos — para reforçar a luta, para aplicar uma política socialista, para acabar com o reino da exploração.

1 - LUTAR CONTRA O GOVERNO E O PATRONATO

A crise tem-se agravado. Os transportes aumentam e os preços não param. Soares prometera há quase dois anos acabar com a *crise económica*, mas os desempregados já vão em 800.000, e o número dos candidatos cresce com cada jovem, cada estudante, cada mulher. As conquistas do 25 de Abril nos salários foram dadas com uma mão e agora tiradas com a outra. Falava-se em que a *crise política* estava resolvida, mas viu-se que Soares acabou por pedir apoio a Freitas do Amaral — de quem dizia dois meses antes na Assembleia da República que "o CDS e o PSD querem acabar com as conquistas da nossa revolução".

De facto, é isso mesmo que o governo tem tentado fazer. Mal Soares e Amaral assinaram o seu acordo os trabalhadores souberam logo que o novo governo lhes ia propor a generalização do regime de trabalho temporário, a substituição do Contrato Colectivo por contratos individuais e... mais austeridade. Esta austeridade é a vida diária de cada trabalhador. É a quebra do poder de compra — 100 escudos hoje mal dão para pagar o que se comprava com 50 quando Soares formou o seu primeiro governo. Esta austeridade é o desemprego, a proibição de reivindicar, são os ex-comandos nas fábricas, grupos de furas ao serviço do patronato.

Os trabalhadores não têm aceiteado nem aceitarão esta política. O governo está a falhar na aplicação dos seus planos. Não tem tido o grande apoio que esperava do FMI — a crise económica agrava-se e os credores batem à porta. Os trabalhadores sabem o que têm pago mas o governo ainda promete indemnizações enormes aos capitalistas.

O governo talvez continue com esta política. Talvez continue a devolver terras aos latifundiários para ficarem incultas. Talvez continue a devolver empresas aos patrões sabotadores, para despedirem os operários que defendem o seu salário. Mas o que não pode é esperar que os trabalhadores o apoiem. Não pode esperar que os trabalhadores socialistas reconheçam neste governo o seu voto contra a direita; não pode pedir aos trabalhadores que apoiem os homens de Freitas do Amaral no governo.

2 - NÃO HÁ LUTA SEM UNIDADE NÃO HÁ UNIDADE SEM LUTA

Não podemos esperar mais, já lá vão dois anos e meio de ferozes ataques patronais. É isso que têm dito todos os trabalhadores que têm vindo à rua lutar pelas suas reivindicações; só no mês passado, foram mais de 500.000 que lutaram pelas reivindicações do seu sector. Os professores entraram em greve por duas vezes, os trabalhadores da função pública paralizaram a nível nacional e continuam, o sector do comércio automóvel entrou em greve nacional no dia 21 de Março, os bancários também, o complexo da Portucel fez um dia de greve, a Sociedade Nacional de Sabões esteve quase dois meses em greve, e a Plessey continua em luta, também os trabalhadores da Madeira fizeram já uma jornada de luta. Meio milhão de trabalhadores

Como Marcelo Caetano falava de Freitas do Amaral:

Muito pouco antes do 25 de Abril, Marcelo Caetano homenageava o actual presidente do CDS, partido que agora governa, com o PS, o pai: "... consola-me sobretudo a ideia de que outros continuarão o labor a que me dediquei durante tantos anos com entusiasmo e vontade de bem servir. E de entre esses continuadores, permitirse-lhe que destaque o dr. Freitas do Amaral, pela admiração que me merece...", concluindo com "que o futuro lhe seja propício como merece".

Pois é com estes "continuadores" de Marcelo Caetano que Soares formou o seu segundo governo.

(M. Caetano, Introdução ao Manual de Direito Administrativo)

Assim, se o governo não convence, procura vencer à força a resistência e o ódio das massas trabalhadoras. Que outro sentido têm os 4000 GNRs no Alentejo, os 30.000 despedimentos, as zonas inteiras do país onde só se pode ser delegado sindical no desemprego, o reforço da PSP, a criação de um Serviço de Informações da República, dependente de Eanes, que é uma nova polícia política, e a libertação dos principais acusados no processo dos bombistas? Que outro sentido tem a integração de ex-comandos nas fábricas, como a Movauto, Sociedade Nacional de Sabões, Mocar, para formarem milícias patronais? Que outro sentido tem a restrição dos direitos democráticos, como a separação dos trabalhadores da função pública dos restantes trabalhadores, através de uma lei das Bases que os proíbe de terem um Contrato Colectivo — que é o primeiro direito dos trabalhadores? Assim, completa-se o círculo: o padre Max foi assassinado pelos bombistas, Luis Caracol foi morto pela polícia do governo, que permitiu a libertação dos bombistas. O mesmo governo que encobre todos estes crimes é também o que propõe um Orçamento Geral de Estado que aceita o reforço das polícias, que recusa as reivindicações dos trabalhadores, que reforça a austeridade e a repressão.

E necessário combater firmemente esta recuperação capitalista, os ataques patronais, a política do governo. Não podemos esperar que a crise se agrave mais, que aumentem os desempregados, que cresça a austeridade e a repressão.

que não esperou mais, que lutou pelas suas reivindicações, que entrou em greve nacional. Meio milhão de trabalhadores que promete continuar, que se opõe à austeridade, à política deste governo burguês.

Trabalhadores que lutam pelas suas reivindicações, mas que não têm sido apoiados. Greves nacionais nos dias 10, 21 e 27 de Março, mas sem unificação. Poderemos assim vencer os ataques patronais? Desse patronato que, pela voz da CIP, deu dois meses ao governo para endurecer a sua política de austeridade? Não! É necessário que a CGTP e todos os sindicatos apoiem energicamente as lutas de todos os sectores, é necessário apoiar toda a resistência dos ataques patronais. Os trabajado-

res da função pública, professores e bancários têm razão! É necessário apoiá-los! É necessário uma grande jornada de luta, uma *greve nacional*, em que os trabalhadores ocupem e se reúnam nos seus locais de trabalho e preparem grandes manifestações de massas contra a austeridade capitalista!

Essas centenas de milhares de trabalhadores que entraram em luta confiaram nos seus sindicatos; os trabalhadores confiam na CGTP para defender esses seus interesses e preparar essa luta. Para isso é necessário que se realizem assembleias democráticas, que todos os trabalhadores e tendências sindicais tenham o direito de defender a sua opinião. É necessário que se realizem Encontros Distritais de Delegados sindicais para preparar essa jornada de greve; é necessário que os delegados e direcções sindicais, Comissões de Trabalhadores preparem em Plenário Nacional a jornada de greve; que se comece a preparar imediatamente um *Congresso Sindical* democrático, que avance no reforço da CGTP como actual central sindical única, que verticalize todos os sindicatos, que crie grandes federações sindicais da metalurgia, da construção, dos transportes, da banca e seguros, da função pública, da indústria naval, etc., e aprove uma Plataforma de Emergência, recolhendo as principais reivindicações operárias e fixando ao Secretariado da CGTP a tarefa de lutar pela saída do CDS do governo, pelo derrube deste governo burguês, pela imposição de um governo que satisfaça as reivindicações operárias.

Assim, os trabalhadores nas suas lutas, manifestações e greves, votarão contra o governo PS-CDS. Mas não basta combater o governo com o voto das fábricas. É necessário que, derrotado pelos trabalhadores, ele não continue a fazer passar a sua política na Assembleia da República. Os deputados do PS e do PC foram eleitos com os votos dos trabalhadores; pois são agora os trabalhadores que lhes exigem que rompam todos os compromissos com o patronato, com o CDS e os generais, que

demitam o governo, que recusem a austeridade e iniciem uma política que satisfaça as reivindicações dos trabalhadores.

Essa nova política deve ser antes do mais uma *Plataforma de Emergência*, discutida por todos os trabalhadores.

A todos os trabalhadores, aos deputados do PS e do PCP, a Soares e a Cujhal, dirigimo-nos propondo-lhes a elaboração de uma plataforma de emergência, em que defendemos os principais objectivos imediatos dos trabalhadores, as exigências de:

1. *Abolição imediata de todas as leis anti-populares. Reposição do poder de compra dos trabalhadores. Escala móvel de salários, negociação imediata e fim da arbitragem governamental dos CCT.*

2. *Fim ao desemprego: semana máxima de 40 horas, Plano Nacional de Obras Públicas, para absorver o desemprego.*

3. *Crédito barato para apoiar as empresas em auto-gestão, as cooperativas, os camponeses pobres e rendeiros, as UCPs e cooperativas da Reforma Agrária. Não às desocupações, não às desintervenções.*

4. *Nacionalização sob controle operário das principais empresas industriais e comerciais, nacionais e estrangeiras. Recusa dos empréstimos e chantagens imperialistas, pelo monopólio do comércio externo e pela criação de um Banco Único de Estado.*

5. *Que os deputados dos partidos operários legislem de acordo com os interesses dos trabalhadores; que formem um governo PS-PCP, independente de Eanes, responsável perante os trabalhadores e as suas organizações de classe.*



Se os partidos operários aceitarem tal plataforma de emergência, estabelecendo um plano de luta, o governo e o patronato bem poderão tremer. Se a Central Sindical, a CGTP-IN, tomar nas suas mãos a defesa dessas reivindicações urgentes, todas as lutas terão um objectivo: reforçar a unidade dos trabalhadores, formar um governo que dê resposta às nossas aspirações! É isso que vos propõe a LCI, que está disposta a discutir

estas propostas com todos os partidos operários, com todos os trabalhadores.

Mas se os partidos dos trabalhadores se calarem e esperarem passivamente que a austeridade se agrave, cedo veremos um novo perigo: este governo virá a ser substituído por outro da inteira confiança de Eanes e do patronato, ainda mais à direita, ainda mais disposto a atacar as conquistas dos trabalha-

dores, desde o seu emprego até ao seu sindicato. Esperar de braços cruzados é entregar a vitória ao patronato! É o que vemos quando o PS não quer romper os seus compromissos com o CDS e o patronato. E o PCP, apesar de dizer recusar a aliança do PS com a direita, diz que concede a este governo "o benefício da dúvida" (Editorial do "Avante", 9-2-78, pg 2)! Quem pode ter "dúvidas" de que os únicos "benefícios" que o Governo nos vai conceder serão a austeridade e a repressão?

Não há que hesitar, não pode haver dúvidas: é necessário lutar contra este governo, é necessário impor um governo que satisfaça as reivindicações dos trabalhadores, é necessário uma nova política.

Por cada dia que passa, a crise agrava-se. Se este Orçamento for aprovado, não só serão recusadas as reivindicações dos professores e trabalhadores da função pública, como se manterá a situação de miséria de uma grande parte da população portuguesa — esses 1 200 000 de mulheres e homens que trabalharão a vida inteira, e que agora recebem como pensão ou reforma menos do que o Estado paga à GNR de subsídio de alimentação mensal de cada um dos seus cães! Manter-se-á a situação de miséria para esses 640 000 rurais que recebem uma reforma de menos de 1 conto para viverem. Será o Estado, o patrão dos patrões, a dar o exemplo a todos os capitalistas que aplicarão à sua maneira este Orçamento, com mais despedimentos e menos salários.

3- PREPARAR UM 1º DE MAIO DE LUTA CONTRA A AUSTERIDADE

A crise capitalista não é, portanto, o único futuro para a sociedade portuguesa. O socialismo é possível, é cada vez mais a única alternativa. O fim da miséria, da exploração, da opressão, do desemprego, da repressão, está nas nossas mãos. É uma tarefa enorme, mas é a única via! O PS e o PCP têm-se mostrado incapazes de caminhar nesse sentido. *Limitam-se a ficar a meio caminho*; pois não se pode apoiar nas lutas operárias e ceder a Eanes, não se pode apoiar as nacionalizações e dar a sua chefia aos Mellos ou deixar à solta os capitalistas estrangeiros.

É necessário dizer não aos compromissos, é necessário avançar sem hesitar. Este 1 de Maio, que os trabalhadores começam agora a preparar, não pode ser a marcha fúnebre das nossas conquistas; não pode ser um festejo simbólico feito por encomenda; tem de ser a maior jornada de luta de sempre dos trabalhadores portugueses e a sua manifestação mais corajosa da recusa da política do governo, da exigência de uma nova política — a defesa dos interesses dos trabalhadores, de uma Plataforma de Emergência — e de um novo governo sem o CDS e sem os militares — um governo PS-PCP para cumprir imediatamente essa plataforma. Uma jornada de greve nacional no decorrer do mês de Abril e convocada pelo Secretariado da CGTP-IN, seria um passo indispensável para a grande mobilização de trabalhadores que é necessária e que corresponde ao desenvolvimento das presentes lutas de que são o exemplo as greves dos trabalhadores da função pública, professores e bancários.

Essa é a primeira tarefa de todos os trabalhadores: fazer do dia da unidade da classe a maior manifestação contra a ex-

ploração capitalista; transformar os protestos contra a carestia e o desemprego na exigência do aumento igual para todos de 2 500\$00, do salário mínimo nacional de 7 500\$00, do fim do desemprego; para unir as mobilizações e as greves nacionais numa só luta por um único objectivo; recriar nas fábricas e na Assembleia da República a maioria operária com que já derrotámos a direita por tantas vezes. O PS e o PC e todos os partidos operários devem fazer uma convocação unitária dessa jornada do 1 de Maio, devem preparar através desse apelo unitário e da sua participação activa nas manifestações, uma grande demonstração de força da classe operária.

É uma cadeia sem fim. A doença está neste sistema capitalista. É preciso declarar-lhe guerra! As lutas dos trabalhadores não podem continuar atrofiadas nas ante-câmaras dos ministros. É necessário passar à acção.

Diz-nos o governo que o salário mínimo de 7 500\$00 é impossível? Pois dizemos-lhe que só as indemnizações que se preparam para dar aos capitalistas seriam suficientes para pagar esse aumento do salário mínimo durante doze meses a todos os trabalhadores e trabalhadoras, no campo ou na cidade!

Dizem-nos que é impossível um aumento de 2 500\$00 para todos, para combater a queda do poder de compra? Pois dizemo-vos que, se usássemos as indemnizações para pagar aos explorados e não aos exploradores, haveria dinheiro para conceder esse aumento e para o pagar durante um ano inteiro!

E durante quanto tempo é que vamos continuar a ser explorados? Os trabalhadores já disseram de sua justiça. Meio milhão de grevistas durante o mês de Março, e muitos mais que estarão na rua no 1 de Maio, ou que entrarão em greve nacional se a CGTP a convocar; centenas de milhares de socialistas, comunistas e trabalhadores sem partido que exigem a formação de um governo responsável perante os trabalhadores, sem Freitas do Amaral ou Firmino Miguel, um governo PS-PCP — aí está a resposta a estas medidas de austeridade e a este governo burguês.

Dia de luta dos trabalhadores, este 1 de Maio deve ser também uma jornada de combate de todos os oprimidos, dos jovens que recusam o desemprego, que exigem o direito de se organizarem numa UNEP unitária e em comissões sindicais de jovens, pelo direito ao trabalho e ao ensino; das mulheres que reclamam o direito à contracepção e aborto livre e gratuito e à revogação imediata de todas as leis de opressão das mulheres.

Para aumentar a força da nossa classe, para defender as nossas conquistas, para lutar pela resolução socialista para a crise, para preparar as lutas das massas, junta-te a este combate da LCI.

Para defenderes um programa de emergência de medidas imediatas contra a austeridade, para combateres o actual governo e impormos um governo que satisfaça as reivindicações operárias, para lutares pelo triunfo da tua classe e do socialismo levanta a bandeira da revolução socialista!

Para defenderes um programa de emergência de medidas imediatas contra a austeridade, para combateres o actual governo e impormos um governo que satisfaça as reivindicações operárias, para lutares pelo triunfo da tua classe e do socialismo levanta a bandeira da revolução socialista!

Comité Central da LCI
1-2 Abril 1978



A
PREPARAÇÃO
DO
Congresso
Sindical



TEXTO PARA
DISCUSSÃO

1,00

Introdução

Este texto é o resultado de uma discussão em Comité Central, que abordou os problemas levantados pela Comissão Operária e mais em geral por todos os militantes e simpatizantes que se perguntam o que vão fazer no Congresso Sindical.

Todos estamos conscientes da importância deste Congresso. Vai encerrar uma fase de evolução do M.O. de que está por tirar o balanço completo dos erros e virtudes, vai inaugurar uma nova fase em que a unidade sindical se torna mais credível perante as massas dos trabalhadores.

Participar no Congresso é tornarmo-nos parte integrante da discussão que atravessa as empresas, que confronta as diversas correntes políticas.

Preparar o Congresso será também centralizarmos neste Boletim Operário as experiências da nossa intervenção, as posições de outras organizações, as iniciativas que tomamos.

O texto, portanto, é só um contributo para arrancar o debate.

A Situação política

Com a posse de Eanes e a substituição do 6º governo pelo primeiro definitivo, abre-se uma situação cujos principais traços foram por nós explicados da seguinte forma:

a/ A consolidação das instituições burguesas permite um ataque mais sistemático ao Movimento Operário. Esse ataque deve tomar a forma de provocações que testem a capacidade de resposta política (aproveitando a confusão e a demagogia do governo PS) e económica das massas. A provável alta do custo de vida (da ordem dos trinta a quarenta por cento) e o aumento do desemprego serão objectivos essenciais. No entanto, a burguesia ainda não fez um teste significativo desta relação de forças, a não ser nas eleições presidenciais que não foram nem de longe o passeio agradável de Eanes até ao seu trono.

b/ O segundo aspecto da situação é a resposta do movimento operário, numa fase de debate e politização interna, que acompanha a vaga de reactivação sindical: A existência de um polo unitário permanente impossibilita a referência sistemática das lutas a uma organização de massas (central sindical). No entanto, nem por isso se deixam de se anunciar importantes lutas pelo CCT ou pelos direitos sindicais em três sectores fundamentais: Metalurgia, Hortelaria e Turismo, e Função Pública. Num clima de confronto permanente de uma série de lutas e greves de empresa, as iniciativas unitárias massivas contra o aumento do custo de vida poderão reproduzir-se.

Temos portanto uma situação de grande instabilidade social, em que mesmo as eleições presidenciais foram marcadas pela forte polarização de classes, que reflectiu a vitória eleitoral do 25 de Abril e se prolonga nas lutas que manifestaram a confiança da classe nas suas forças. Podemos resumir dizendo que até Dezembro o movimento operário se animará em lutas e greves importantes, ao mesmo tempo que se desenvolverão lutas de massas em torno dos CCT.

A Classe Operária

550.000 desempregados (cerca de vinte por cento da população activa), uma subida dos preços dificilmente acompanhada pelas conquistas económicas, estes são alguns pontos de referência para a nossa actividade política.

Segundo os dirigentes da CIP, no último ano registou-se uma quebra de produção da ordem dos 55% (este número deve ser utilizado como uma indicação).

Central, que abo... Este texto é o resultado de uma discussão em Comité
No plano político, as eleições legislativas confirmaram o PS como
o mais importante partido operário e o PCP como o partido que mais profunden-
te organiza o proletariado português. Importa acrescentar que esta or-
ganização não é no entanto o produto de uma longa experiência e estru-
turação política do MO: só depois do 25 de Abril é que o PCP organizou
realmente os sectores que influenciava.

CONCLUSÃO A burguesia portuguesa tem consciência de que a econo-
mia não recuperará no prazo de 3 ou 4 meses em que o governo Soares
procura impôr limitações económicas e políticas à classe operária.
Essa recuperação deve passar por uma confrontação prévia com o movimen-
to operário organizado. Só a sua derrota permitirá relançar com seguran-
ça os investimentos, na base do aumento dos horários de trabalho, do
aumento brutal do custo de vida e da sobre-exploração.

Daí que os objectivos da burguesia sejam recompor a curto prazo o
governo, com a imposição da participação do PPD e CDS. Podemos portanto
concluir que os problemas fundamentais da classe operária serão:

— o debate sobre a composição do programa do governo e a função
da Assembleia da Republica

— a luta contra a alta do custo de vida e o desemprego

— a luta contra as limitações às liberdades sindicais e CCT

É sobre esses objectivos que nos devemos preparar para intervir
com o máximo de eficácia.

O CONGRESSO SINDICAL Depois do PS e da LCI terem tomado publicamente
posição por um novo Congresso dos Sindicatos, apelo a que a UDP se jun-
tou depois das legislativas, o Congresso foi finalmente anunciado da
tribuna do Comício do 1º de Maio.

Os sindicatos dirigidos pelo PS - Bancários e Escritórios - apresen-
taram algumas condições para a realização duma jornada unitária no 1º
de Maio:

- Vinculação pública do secretaria do da Inter à realização do con-
gresso;

= Não presença de elementos do aparelho de Estado;

= Não participação dos partidos;

- Organização paritária do 1º de Maio.

Estas exigências foram aceites. A partir daí, o planário da Intersin
sindical marcou o Congresso para 30 e 31 de Outubro. Empenhados na sua
preparação, os estalinistas enciaram já algumas reuniões nas uniões
destritais com os sindicatos filiados.

Quanto aos sindicatos dirigidos pelo PS, publicaram uma carta aber-
ta que determinava as condições para a preparação do Congresso Democrá-
tico (publicada no Luta Proletária).

Actualmente a relação de forças é a seguinte:

1) A Inter a brange 90 sindicatos filiados e dez ou vinte inscritos
como observadores. Fora da Inter estão 380 sindicatos, na sua maioria
pequenos sindicatos locais (só na Madeira Há mais de vinte...). Estes
sindicatos não abrangem os 900.000 camponeses nem os =300.000 funcio-
nários publicos.

2) Os sindicatos filiados na Inter abrangem cerca de 1 200 000 trabalhadores (cerca de 50% dos sindicalizados: a sindicalização é obrigatória para todos os assalariados).

3) Logo após o 25 de Abril, as organizações de extrema-esquerda dirigiram 14 sindicatos. Na medida em que posteriormente investiram grande parte das suas forças nas Comissões de Trabalhadores, o PCP pôde recuperar parte desta influência sindical (sobretudo à custa do MES) e levar as organizações da extrema-esquerda a alianças para listas sindicais.

O DEBATE NO P.S.

Após o encontro de Aveiro, a AOC eo PPD convocaram um plenário de sindicatos para o Porto com o objectivo de criar um movimento paralelo - Movimento dos Sindicatos Democráticos. Essa proposta foi recusada pelos sindicalistas do PS que apresentaram a alternativa da elaboração da Carta Aberta à direcção da Inter (ver L.P.).

Posteriormente os sindicatos que a subscreveram reuniram-se em Coimbra, para preparar a sua intervenção no Congresso Sindical.

No entanto, nada foi publicado deste Encontro. Tanto quanto sabemos, surgiram discussões acesas sobre alguns temas fundamentais: o direito de tendência e o funcionamento da Central Sindical; movimento sindical e o próximo Governo PS.

Nestes aspectos, surgem várias opiniões distintas:

Sindicato dos Bancários - "o Congresso deve-se realizar antes das eleições para as autarquias locais, previstas para Dezembro, e se este Congresso for realizado de forma democrática, estarão criadas as condições para uma Central Única, independente e democrática".

"O direito de tendência tem sido aplicado de maneira positiva entre os Bancários. As minorias estão representadas proporcionalmente aos votos recebidos e de forma consignada nos estatutos (quer dizer, numa Comissão Fiscalizadora). As duas outras tendências têm autonomia, emitem comunicados, denunciam os erros da administração".

Marcelo Curto - "as tendências não devem estar representadas ao nível do Executivo, mas devem estar numa comissão representativa de tendências, que deve aprovar as formas de intervenção. As Tendências devem ter representação proporcional na Assembleia de Delegados locais e nas páginas do jornal, ou mesmo num jornal próprio, que o sindicato faculta e paga".

Káldias Barreto - "o funcionamento prático do direito de tendência deve ser assegurado pela presença proporcional das tendências em todos os órgãos do sindicato, inclusivamente na direcção. Temos o exemplo da Assembleia da República, onde é a maioria que faz avançar o processo. A maioria pode estar errada, e a minoria pode denunciar esse erro, sem que isto leve à divisão".

Uma das exigências de alguns dos partidários do direito de tendência tem sido a de páginas abertas para as minorias, ou mesmo de jornal próprio de tendência financiado pelo sindicato. Pela minha prática, custa-me a entender isto porque na Federação dos Textéis, não necessitamos de cantinhos especiais no jornal, uma vez que actuando unitariamente, temos tido sempre o direito de escrever o que bem entendemos."

Lendo com atenção estes textos, podemos ver as grandes diferenças:

- Quanto ao direito de tendência há três posições: a sua regulamentação numa Comissão Fiscalizadora (Bancários); a existência de jornais ou espaços para as tendências, sem estarem representadas na direcção (M. Curto); a representação proporcional a todos os níveis, mesmo na direcção (K. Barreto);

- Quanto à realização do Congresso há duas posições: fazê-lo o mais depressa possível, antes das municipais (Bancários e Barreto); adiá-lo para Fevereiro (posição aprovada no Encontro dos Sindicatos subscritores da Carta Aberta, em 7 / 8 de Julho).

Podemos concluir provisoriamente o seguinte:

a) Depois do Encontro de Aveiro, não há cristalização de uma burocracia sindical social-democrata em torno de posições homogéneas.

b) Há um importante debate que atravessa o PS, sobre algumas das questões essenciais que se colocarão ao Congresso Sindical: por detrás do seu

adiamento, está a tentativa da direcção do PS de Ganhar tempo e discutir de novo com os sindicatos quando já não forem as suas medidas de austeridade capitalista que estejam em primeiro plano, mas sim os ataques da burguesia ao governo Soares.

c)- Os sindicalistas do PS - confrontados com as posições da extrema-esquerda e dos estalinistas - catalizaram a corrente de luta pela democracia sindical e estão atados aos compromissos da sua batalha política inicial para poderem negociar livremente um acordo paritário com o Secretariado da Intersindical.

d)- As diversas posições políticas que assumem reflectem as experiências distintas que foram a sua prática sindical: a grande maioria destes sindicalistas socialistas dirige pequenos sindicatos onde a tradição unitária é mais forte (K. Barreto), o que os leva a querer preservar a totalidade da sua autonomia face à Central Sindical, descentralizada, e a procurar manter a sua independência de sindicalistas face ao programa e à prática do governo PS.

São estes quatro elementos que permitem uma campanha concreta, contactos e discussões com estes sindicalistas em torno dos dois temas centrais: Central Democrática e Plano de Unidade e Luta. Esta intervenção é um dos elementos fundamentais para desbloquear a situação política, na medida em que a posição de sectores do PS será determinante para reforçar a possibilidade de unidade operária nas próximas lutas. (Ver L.P. nº. 42 e "Portugal Socialista" do Encontro de Aveiro).

A POSIÇÃO DO P.C.P. Um outro texto apresenta mais em detalhe a crítica aos estatutos aprovados no Congresso Sindical de Julho de 75 e as posições das diferentes correntes sindicais. No entanto, podemos desde já determinar a nossa tática em relação à corrente estalinista a partir dos seguintes elementos:

a)- O PCP, depois das presidenciais e devido ao desequilíbrio eleitoral favorável ao Otelo, é obrigado a mobilizar-se para numa primeira fase, recuperar credibilidade como um partido de oposição às medidas anti-populares do Governo, ganhando de novo a influência organizada sobre os trabalhadores combativos que foram momentaneamente polarizados pela campanha Otelo.

b)- Isto significa que o PC deve dirigir lutas, sobretudo nos sindicatos (contratação colectiva) onde mais facilmente pode reforçar a credibilidade da proposta de "maioria de esquerda", na perspectiva das crises governamentais que a instabilidade social vai provocar. Daí o seu interesse em realizar rapidamente o Congresso Sindical que já foi forçado a aceitar. A proposta do PCP é a da atribuição a cada sindicato de um número de delegados de 1 para 1000 sindicalizados, permitindo-lhes assim concentrar um grande número de mandatos nos "seus" sindicatos operários, contra a dispersão dos votos dos sindicatos mais pequenos dirigidos pelo PS, mais sujeitos a flutuações. Os delegados seriam escolhidos pela direcção sindical ou em assembleias do sindicato.

O PS parece disposto, depois de três reuniões com o Secretariado da Inter a aceitar esta modalidade de eleição (nomeação de delegados), sabendo que podrá ter a maioria, na actual relação de forças. No entanto, nenhum dos partidos maioritários está disposto a pôr em causa o funcionamento fundamentalmente anti-democrático dos sindicatos: todos eles baseiam-se em três estruturas (direcção sindical - a direcção política composta por uma corrente bem definida; as assembleias sindicais - representativas somente dos trabalhadores mais activos; Os delegados sindicais - pouco ligados aos sindicatos) que não permitem criar uma verdadeira representatividade na base, nas empresas, e activar a participação da maioria dos trabalhadores na vida sindical.

No Congresso Sindical, a única forma de o fazer será defender a democracia sindical (procurando um ponto de apoio nos sindicalistas do PS) e a necessidade de construção do sindicato na base.

Contra este projecto, o PCP procura fazer uma votação maioritária (PCP mais MES mais UDP) que recuse o direito de tendência. Este é o primeiro eixo da intervenção do PCP.

O segundo (conforme a declaração do C.C. do PCP) é tentar criar um polo em que o PCP procura aparecer como o principal motor das iniciativas contra as medidas anti-populares do governo, conseguindo polarizar também os sindicalistas do MES, que estão particularmente próximos das suas posições (caso dos sindicalistas dos textéis como Manuel Lopes). (Ler: ultimo "Militante" sobre o direito de tendência).

CONCLUSÃO

Em função das posições destas organizações, podemos prever o debate no Congresso Sindical centrado em torno de dois grandes problemas: Como construir a Central Sindical e que medidas a adoptar para defender as conquistas. Marcando pontos o ultimo plenário da Inter criou uma Comissão de Sindicatos para negociar com o governo, integrando diversas tendências (Metalurgicos, Textéis, Rodoviários, Comércio, escritórios, ferroviários, panificação, cerâmica, quimicos, Bancários, electricistas, e industria farmaceutica), portanto integrando o PCP, PS, MES e UDP, representando sectores fundamentais da luta pelos CCT nos próximos meses.

São estes dois problemas centrais que exigem a concretização.

A LUTA PELA PREPARAÇÃO DEMOCRÁTICA

A nossa batalha pela preparação democrática tem como objectivos precionar:

- I) A formação de uma Comissão Organizadora com representação do Secretariado da Inter, dos sindicatos que não estão filiados e de todas as tendências que se constituem;
- II) A publicação de um boletim da Comissão Organizadora com os projectos de resolução e emendas, desde já e integrando ainda resoluções de sindicatos, textos das tendências e resumos das assembleias sindicais ou de empresa e o seu calendário;
- III) O não adiamento do Congresso, sabendo que pode ser preparado democraticamente se os textos circularem desde já e os porta-vozes de tendência poderem circular livremente. No entanto, ao denunciarmos o adiamento como uma forma de facilitar a tarefa do governo Soares, devemos apresentá-la na seguinte perspectiva: muito bem, adiam o Congresso explicando que assim é possível prepará-lo democraticamente. Essa decisão foi tomada por várias tendências sindicais, com excepção do Secretariado da Intersindical. Mas então quais são as garantias que nos dão de que haverá uma melhor preparação? O que é que acordaram sobre as formas de garantir a democracia nos sindicatos? Como é que nos vamos unir para responder aos ataques anti-operários do governo?
- IV) A eleição dos delegados na proporcionalidade dos votos recolhidos em Assembleias de Empresa.

Secundarizando assim as Assembleias sindicais, indicamos duas preocupações: em primeiro lugar, a necessidade de serem todos os trabalhadores a pronunciarem-se sobre o Congresso, em segundo lugar, a necessidade do sindicato ser construido na empresa, verticalizado.

Daí não decorre qualquer perspectiva sectária: em ultima análise, explicando sempre a vantagem da eleição nas empresas, criaremos uma barreira às manobras Burocráticas propondo nas Assembleias Sindicais a eleição directa dos delegados, na proporcionalidade da aceitação das posições que defendam.

CONCLUSÃO PRÁTICA

Para concretizar esta batalha, há várias tarefas que devemos levar a cabo nos sindicatos e empresas:

I) intervir em todas as assembleias a que temos acesso, com um comunicado de grupo de sindicalizados e com a tomada de palavra, sobre as condições da preparação democrática do Congresso;

II) divulgar a Carta Aberta dos sindicalistas socialistas e explicar porque é que apoiamos as suas propostas;

III) contactar prioritariamente os núcleos de empresa e os sindicalistas socialistas para com eles discutir iniciativas unitárias que depois deveremos propor à todas as correntes: discussão sobre a situação na empresa e as reivindicações que o congresso deve avançar, preparação de plenários para a divulgação dos textos e das diversas posições, etc..

Estas iniciativas devem ser cuidadosamente planificadas, de forma a que não desperdicemos qualquer possibilidade de contacto e possamos sistematicamente tirar as lições de todas as experiências, de forma a que todos os camaradas - através deste Boletim Operário - acompanhem a preparação do Congresso nos diversos sectores e o debate nas várias correntes sindicais.

O NOSSO OBJECTIVO ESTRATÉGICO

Evidentemente, o nosso projecto estratégico é construir uma tendência de luta de classes, quer dizer uma corrente inter-sindical que una todos os militantes operários combativos que se opõem conscientemente à política de colaboração de classes. Será portanto uma forma organizada de exprimir no interior dos sindicatos os objectivos políticos fundamentais das lutas de classe.

Mas para construir esta tendência, é necessário avançar de grau a grau. Que possibilidades é que temos? Podemos dizer que a possibilidade de sucesso nesta tarefa depende da forma como combinarmos desde o início a batalha pela construção democrática da Inter-Sindical com a proposta de adopção de um plano unitário de luta.

Quer dizer, o primeiro passo para a construção dessa tendência é a defesa do Congresso Sindical destes dois aspectos fundamentais (democracia e luta do movimento sindical) procurando na base destas posições conctatar o maior número possível de sindicalistas e inserirmos no debate que atravessa o MO e prepara as próximas lutas.

Em resumo, o nosso objectivo imediato é provocar reagrupamentos tendenciais na votação de moções bem precisas: democracia sindical (com sectores do PS), plano de luta ou medidas imediatas (com a extrema esquerda), internacionalismo proletário. Portanto, não procuramos apresentar desde já uma plataforma de tendência como um polo de oposição às políticas do PCP e do PS. Procuramos, sim identificar a nossa intervenção (através de projectos de emendas ou moções) com alguns temas centrais da resposta aos problemas fundamentais dos trabalhadores. Esse eixos centrais são:

I) Organização democrática dos sindicatos e da central sindical

II) Defesa do contrôle operário; escala móvel de salários; semana de 35 horas de trabalho para divisão do trabalho existente por todos.

CONCLUSÃO FINAL Só o máximo de iniciativa permitirá multiplicarmos as nossas forças e intervirmos com estes objectivos no Congresso. Para isso escalonamos cuidadosamente os prazos e as tarefas que há a cumprir:

- JULHO - saída dos primeiros textos de reflexão sobre o Congresso
- início da discussão entre todos os camaradas
- campanha Spínola: permite-nos tomar uma iniciativa da organização e ligá-la directamente às respostas que propomos contra os ataques ao MO
- contactos com direcções sindicais e sindicalistas activos para debater a preparação do Congresso e as suas posições

Todas estas actividades são centralizadas pelas células e pela Comissão Operária. Durante este período, devemos procurar fazer o máximo de contactos que nos servirão no futuro.

SETEMBRO

- OUTUBRO - campanha pública da organização contra as medidas anti-populares avançando o programa de emergência que defendemos
- intervenção no maior número possível de empresas, de forma não directamente referenciada, sobre a preparação do Congresso e as lutas que há a travar
- mobilização em solidariedade com as lutas operárias, particularmente no que toca à extensão a todos os sindicatos do apoio às lutas pelos CCT, lutas contra as desocupações...
- divulgação de moções de sindicato em que os nossos camaradas trabalham, sobre os objectivos e funções do Congresso
- apresentação de moções em plenários de empresa e sindicais
- discussão com os sindicalistas socialistas e revolucionários
- discussão com a BASE-FUT e a CEC

Para cumprir estes objectivos, é necessário fazer muito mais do que até agora conseguimos em cada empresa e sindicato.

É necessário que cada camarada ou núcleo procure discutir no seu local de trabalho com as secções locais dos partidos operários, com os delegados sindicais, com os activistas.

É necessário que cada núcleo - a partir dos modelos a elaborar pela Comissão Operária - publique comunicados próprios.

É necessário que nesta campanha que é fundamental para reforçarmos a nossa posição no Movimento Operário, cada camarada aja com a preocupação de fazer progressos sistemáticos na construção da nossa corrente. Nada pode ser deixado ao acaso: cada distribuição de comunicados em novas empresas deve ser acompanhada de um estudo da reacção dos camaradas que tiveram conhecimento da nossa posição - o comunicado estava muito comprido? era simples? respondia em concreto aos problemas mais sentidos? - tudo isso são questões que temos de ser nós a levantar, para podermos melhorar rapidamente a qualidade da nossa propaganda. Cada intervenção numa assembleia sindical deve ser cuidadosamente preparada, para ser exemplificada e polémica. Nenhum contacto deve ser negligenciado.

Dessa forma, não só poderemos começar marcar a nossa presença ligando-a a alguns temas centrais, como aprenderemos com a nossa experiência, corrigiremos os erros e trabalharemos cada vez mais como revolucionários profissionais.

Este é um trabalho de fôlego. Já não é o esplendor da revolução dos cravos. É o longo e paciente trabalho das velhas toupeiras que temos que começar...

15/7/1976



PROPOSTA AO C.C.

I. A necessidade hoje em Portugal é a de uma alternativa global da organização à burguesia decadente e ao reformismo não menos decadente. Esta alternativa requer da nossa parte um modelo completo da sociedade que queremos, uma perspectiva de luta em todos os terrenos que a burguesia disputa à classe operária.

A superioridade duma intervenção dos m.r. caracteriza-se por uma recusa do economicismo, por um combate em todo o campo ideológico do capitalismo, única forma de instrumentalizar a classe operária e trabalhadora para as tarefas que a situação pré-revolucionária lhe coloca. A generalização e coordenação dos organismos de auto-organização da classe (Comissões de trabalhadores e Moradores), exigem um nível de consciência política, que os m.r. não se devem cansar de elevar e totalizar.

Nas fábricas de têxteis, lanifícios, vestuários e material eléctrico; ou nas Comissões de Moradores milhares de mulheres entram em luta, mas sempre em 2º plano... É do desconhecimento geral que nos locais de trabalho de mão-de-obra feminina a combatividade é menor, que nas Comissões de Moradores a presença feminina facilmente passa despercebida. É que todos os estatutos do velho código penal fascista continuam em vigor. Discriminando não só os campos de classe como ainda os sexos: a mulher fica obrigada a prestar contas ao seu cônjuge do cumprimento dum trabalho doméstico, da opção dum trabalho assalariado, da participação na vida social, do exercício da sua sexualidade no uso de contraceptivos... Estas condições aproveitadas desde sempre pela burguesia e toleradas pelo reformismo dificultam hoje em Portugal o aprofundamento da crise da burguesia e o avanço na audácia da classe. É ilustrativo o alto grau (relativo, é claro) de absentismo da mulher em piquetes, manifestações, reuniões e principalmente em corpos directivos em Comissões ou Sindicatos. Nesta situação mais de metade da população e mais de 1/4 da mão-de-obra portuguesa vive uma passividade e hesitação propícia a manobras demagógicas apelando à consciência política mais recuada, no bom estilo da manifestação das donas de casa no Chile em 73. A luta em sectores importantes da classe operária (têxteis, material eléctrico...) ou a conquista de largas camadas das não assalariadas (as tais 80 e tal % de mulheres domésticas) para o campo da revolução, são decisivas nas horas que vivemos;.

2. Esta situação não é particular ao nosso país; ela repete-se, se bem que em menor grau, um pouco por toda a Europa. Por isso os M.R. não se têm demitido de mobilizar as mulheres de todo o mundo contra a opressão de que são vítimas pelo capitalismo, pela libertação através da sua auto-organização pela revolução socialista e o fim da ideologia patriarcal.

Face a um proletariado influenciado e intoxicado pela ideologia burguesa e reformista, a I4. Internacional impulsionou já iniciativas exemplares. Em França, num período anterior à intervenção dos m.r., a luta era empreendida por movimentos sexistas (Feministas Revolucionárias, p.ex.) em termos perfeitamente recuperáveis pela burguesia. Om.c.fugindo a uma resposta à opressão da mulher perdia mais uma frente de combate contra a dominação do capitalismo. O despertar dos m.r. para a luta indossiciou a reivindicação de contracepção livre e gratuita e outras do destrube do próprio capitalismo. Militantes sindicais da CFDT foram ganhos para um combate em novo desáfio às reticências dos reformistas. Muitas trabalhadoras deram os primeiros passos na via anti-capitalista. A entrada do m.o. na cenapolítica tofnou a reivindicação explosiva para a burguesia. Hoje as plataformas sindicais, de Dezembro último) foram enriquecidas por novas reivindicações de classe: a contracepção e o aborto livre e gratuito são exigidos à burguesia, contra a hipocrisia das "liberdades no papel".

Em Inglaterra a luta também foi durante tempos abandonada correntes sexistas e burguesas. Não foi sem os esforços da secção m.r. que o m.o. foi obrigado a assumir também nesse campo uma posição de confronto claro com a burguesia. Na manifestação de 21 de Junho último e graças à preparação e iniciativa políticas do IMG, toda a extrema-esquerda, PC, Sindicatos e outros agrupamentos que não puderam deixar de descer à rua em número de 50. mil, reivindicando a abolição da velha lei repressiva sobre o aborto. Só o m.o. pode obrigar o governo trabalhista a capitular.

3. Num Encontro Internacional em Paris de movimentos europeus lutando pela libertação do aborto, em Abril último, foi proposto pelo MLAC francês a realização duma semana internacional em Portugal DE solidariedade e apoio às lutas nos diversos países. Esta resolução foi tomada sobretudo tendo em conta a riqueza da situação política em Portugal contrastando com a fraqueza do movimento que luta pelo aborto e contracepção livres e gratuitos --oMCALG (vide comunicado-manifesto divulgado).

O MCALG surgiu há cerca de 1-2 meses com base no manifesto acordado entre militantes da LCI, MES, LUR e FSP e outros; Esta iniciativa é uma

O MCALG surgiu há 1-2 meses com um manifesto acordado entre militantes da LCI, MES, LUAR, FSP e outros. Esta iniciativa é uma ocasião m.r. toma rem a direcção do movimento comprometendo o m.o. na sua realização. A semana que decorre de 28 de Julho a 4 de Agosto pode tornar-se uma forma de expressão e luta da mulher trabalhadora portuguesa. Esta semana que nós te ceríamos em torno do tema "A Mulher e a Revolução" tem tanto mais possibilidades de ser um sucesso quanto a IV. Internacional coordena hoje uma campanha a nível internacional sobre o tema de "abort livre" (depois da França e a Inglaterra seguir-se-ia a semana em Portugal e uma manifestação em Itália no Outono), o que faria repercutir o seu peso organizativo e político com a presença de camaradas de outras secções presentes na estruturação da Semana.

4. Se os nossos objectivos são obrigar o m.o. a assumir as tarefas que lhe cumprem, a nossa boa vontade não chega... O empenhamento nacional da organização é uma condição para que a Semana não passe despercebida ao m.o.. A nossa intervenção visaria tornar problemas e eixos políticos as "aflições" hoje vividas de forma individual pela mulher trabalhadora. A vinda de operárias não só de Portugal (da LIP em França) e de revolucionárias de todo o mundo (Espanha; Carmen Castillo; Chile; Vietnam;) emprestaria um tom revolucionário e internacionalista ao Encontro. O nosso intuito de contribuição e estímulo da mulher portuguesa estaria cumprido.

5. Para o efeito os vários sectores da organização teriam que arregaçar as mangas: sector operário (contactos com fábricas de mulheres), sector sindical (CTT, Escritórios;...), sector da Saúde (Sindicato dos enfermeiros, meios hospitalares;...), Comissões de Moradores e... enfim organização no seu todo!

Para o efeito de debater os moldes e eixos da nossa participação a "Comissão mulheres" convoca a organização para 2 debates a realizar respectivamente nos dias 18 e 19 deste mês em S. eTTT; além dum estágio de 2 dias --25 e 26 de uma reunião de fracção com cam.; de outras secções da IV: --27--precedendo a reunião internacional.

Em frente na construção da IV. Internacional!

COMISSÃO MULHERES

P.S.: pedimos a participação dum elemento da Comissão no próximo C.C..





PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNAMO-NOS!

Comunicado conjunto da **LIGA COMUNISTA INTERNACIONALISTA, UNIÃO OPERÁRIA REVOLUCIONÁRIA e LIGA COMUNISTA REVOLUCIONÁRIA-E.T.A.-VI** (organizações marxistas-revolucionárias de Portugal e Espanha)

A sinistra ditadura de Salazar-Caetano deixou de existir. Perante uma situação que ameaçava tornar-se insustentável, um sector da burguesia, através do seu exército, derubou o regime fascista incapaz de conter o movimento de massas em Portugal e a luta nas colónias. O seu objectivo era o de preservar a sua dominação económica e política de classe em Portugal e nas colónias. Contudo, a classe operária e as massas trabalhadoras face a esta profunda crise política da burguesia, aproveitaram esta situação para impor através da sua acção nas ruas, a destruição do aparelho repressivo fascista (PIDE, Legião, Administração e bandos fascistas).

No próprio dia do golpe - 25 de Abril - começavam as manifestações massivas que continuaram nos dias seguintes com milhares de cartazes; com palavras de ordem combativas, bandeiras vermelhas, etc. Milhares de vozes, reivindicaram durante estes dias o "Fim imediato da Guerra Colonial", "Independência imediata das Colónias", "Nem mais um só soldado para as Colónias", etc, juntamente com palavras de ordem económicas ("SALÁRIO MÍNIMO DE 6000\$00 PARA TODOS"...), ou democráticas ("DIREITO A GREVE", "LIBERDADE DE EXPRESSÃO E ASSOCIAÇÃO"...), mais sentidas pelos operários, trabalhadores e estudantes; assim também, militantes de vanguarda (os da LIGA COMUNISTA INTERNACIONALISTA e da UNIÃO OPERÁRIA REVOLUCIONÁRIA entre eles), seguidos por milhares de manifestantes, afirmaram a independência da classe operária, o seu papel dirigente no processo revolucionário que porá fim à dominação capitalista: "ABAIXO A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA", "PODER AOS OPERÁRIOS", "OPERÁRIOS, SOLDADOS: REVOLUÇÃO SOCIALISTA", etc. Por todo o país, centenas e milhares de soldados e marinheiros desfilaram muitos deles de punho erguido, erguendo bandeiras vermelhas ombro a ombro com os trabalhadores que se manifestavam. Eles gritaram as palavras de ordem especialmente as que assinalavam a união dos trabalhadores, fardados ou não; "OPERÁRIOS E SOLDADOS: O MESMO COMBATE".

A "Junta de Salvação Nacional" dirigida por Spínola, começa a manifestar preocupação com as gigantescas manifestações combativas e com o grau de organização que os trabalhadores estão alcançando fora e dentro do exército: acções anti-fascistas nas empresas e meios de informação, afluência aos sindicatos, reuniões de soldados e marinheiros em quartéis e navios, aparição e crescimento de influência dos partidos políticos, etc. Esta combatividade, estes inícios de organização, mostram à "J.S.N." que os trabalhadores portugueses não se deixarão facilmente enganar, que responderão com a luta à deterioração das suas condições de vida e de trabalho, que o fim imediato da guerra colonial, em particular, é uma reivindicação exigida por milhões de portugueses, que franjas cada vez mais amplas de soldados e marinheiros (operários e trabalhadores em uniforme) não estão dispostos a embarcar para as colónias, lutar contra os seus camaradas trabalhadores africanos.

A L.C.I. e a U.O.R. impulsionando juntamente com as suas tarefas de implantação operária e de mobilização estudantil - Comitês Anti-colonialistas de apoio à luta contra o imperialismo português, desenvolvendo um trabalho anti-militarista dentro do exército e entre a juventude trabalhadora e estudantil, contam com o apoio activo da QUARTA INTERNACIONAL e, especialmente, da LIGA COMUNISTA REVOLUCIONÁRIA E.T.A. VI

ABAIXO O COLONIALISMO PORTUGUES!

INDEPENDÊNCIA IMEDITATA PARA AS COLÓNIAS!

FIM IMEDIATO DA GUERRA COLONIAL!

VIVA A LUTA ARMADA CONTRA O IMPERIALISMO PORTUGUÊS!

VIVA A UNIÃO REVOLUCIONÁRIA DOS OPERÁRIOS E TRABALHADORES DE PORTUGAL E COLÓNIAS!

PELA REVOLUÇÃO SOCIALISTA EM PORTUGAL E NAS COLÓNIAS!



Após o assassinato dum militante anarquista Salvador Puig, a ditadura franquista, como medida preventiva face ao 1º de Maio procedeu a mais de 400 prisões de militantes das organizações operárias e revolucionárias, entre os quais vários da LCR ETA VI; ao mesmo tempo a imprensa burguesa anuncia cinco novos pedidos de pena de morte para outro militante anarquista e 4 maoístas. Defender da repressão todos os militantes e toda a organização operária seja qual for a sua filiação política é tarefa urgente de todos os trabalhadores e revolucionários.

SOLIDARIEDADE COM OS TRABALHADORES E REVOLUCIONÁRIOS ESPANHÓIS
FRENTE À REPRESSÃO!

LIBERDADE PARA OS PRESOS POLITICOS!

ABAIXO A DITADURA FRANQUISTA DA BURGUESIA!

Com esta sangrenta ditadura de Franco, Salazar contraiu uma aliança, conhecida pelo "Pacto Ibérico". A "Junta de Salvação Nacional", segundo declarava à imprensa espanhola o general Spínola, não está disposta a romper tal pacto, mas, apenas, quando muito "transformá-lo". Os trabalhadores portugueses, que viram o fascismo cair, devem exigir a imediata ruptura "Pacto Ibérico" ou de qualquer outra aliança com a ditadura assassina de Franco.

NENHUM PACTO, NENHUMA ALIANÇA COM A DITADURA FRANQUISTA!
PORTUGAL DEVE SER UMA BASE DE APOIO AOS REVOLUCIONÁRIOS ESPANHÓIS!
EM FRENTE PELO INTERNACIONALISMO PROLETARIO E PELA REVOLUÇÃO SOCIALISTA!
TRABALHADORES PORTUGUESES E ESPANHÓIS: O MESMO INIMIGO, O MESMO COMBATE!

Buro Político Unificado da LIGA COMUNISTA REVOLUCIONARIA-E.T.A. VI

Comité Central da LIGA COMUNISTA INTERNACIONALISTA (L.C.I.)

(organizações da QUARTA INTERNACIONAL em Portugal e Espanha)

UNIÃO OPERÁRIA REVOLUCIONARIA (U.O.R.)

4 de Maio de 1974

NOTA: Esta declaração conjunta assinala no que respeita à L.C.I. e à U.O.R. - apesar das divergências políticas - um ponto de convergência de esforços para a UNIDADE DE ACÇÃO dos MARXISTAS-REVOLUCIONARIOS em Portugal.





PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNAMO-NOS!

Comunicado conjunto da **LIGA COMUNISTA INTERNACIONALISTA, UNIÃO OPERÁRIA REVOLUCIONÁRIA e LIGA COMUNISTA REVOLUCIONÁRIA-E.T.A.-VI** (organizações marxistas-revolucionárias de Portugal e Espanha)

A sinistra ditadura de Salazar-Caetano deixou de existir. Perante uma situação que ameaçava tornar-se insustentável, um sector da burguesia, através do seu exército, derubou o regime fascista incapaz de conter o movimento de massas em Portugal e a luta nas colónias. O seu objectivo era o de preservar a sua dominação económica e política de classe em Portugal e nas colónias. Contudo, a classe operária e as massas trabalhadoras face a esta profunda crise política da burguesia, aproveitaram esta situação para impor através da sua acção nas ruas, a destruição do aparelho repressivo fascista (PIDE, Legião, Administração e bandos fascistas).

No próprio dia do golpe - 25 de Abril - começavam as manifestações massivas que continuaram nos dias seguintes com milhares de cartazes; com palavras de ordem combativas, bandeiras vermelhas, etc. Milhares de vozes, reivindicaram durante estes dias o "Fim imediato da Guerra Colonial", "Independência imediata das Colónias", "Nem mais um só soldado para as Colónias", etc, juntamente com palavras de ordem económicas ("SALÁRIO MÍNIMO DE 6000\$00 PARA TODOS"...), ou democráticas ("DIREITO A GREVE", "LIBERDADE DE EXPRESSÃO E ASSOCIAÇÃO"...), mais sentidas pelos operários, trabalhadores e estudantes; assim também, militantes de vanguarda (os da LIGA COMUNISTA INTERNACIONALISTA e da UNIÃO OPERÁRIA REVOLUCIONÁRIA entre eles), seguidos por milhares de manifestantes, afirmaram a independência da classe operária, o seu papel dirigente no processo revolucionário que porá fim à dominação capitalista: "ABAIXO A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA", "PODER AOS OPERÁRIOS", "OPERÁRIOS, SOLDADOS: REVOLUÇÃO SOCIALISTA", etc. Por todo o país, centenas e milhares de soldados e marinheiros desfilaram muitos deles de punho erguido, erguendo bandeiras vermelhas ombro a ombro com os trabalhadores que se manifestavam. Eles gritaram as palavras de ordem especialmente as que assinalavam a união dos trabalhadores, fardados ou não; "OPERÁRIOS E SOLDADOS: O MESMO COMBATE".

A "Junta de Salvação Nacional" dirigida por Spínola, começa a manifestar preocupação com as gigantescas manifestações combativas e com o grau de organização que os trabalhadores estão alcançando fora e dentro do exército: acções anti-fascistas nas empresas e meios de informação, afluência aos sindicatos, reuniões de soldados e marinheiros em quartéis e navios, aparição e crescimento de influência dos partidos políticos, etc. Esta combatividade, estes inícios de organização, mostram à "J.S.N." que os trabalhadores portugueses não se deixarão facilmente enganar, que responderão com a luta à deterioração das suas condições de vida e de trabalho, que o fim imediato da guerra colonial, em particular, é uma reivindicação exigida por milhões de portugueses, que franjas cada vez mais amplas de soldados e marinheiros (operários e trabalhadores em uniforme) não estão dispostos a embarcar para as colónias, lutar contra os seus camaradas trabalhadores africanos.

A L.C.I. e a U.O.R. impulsionando juntamente com as suas tarefas de implantação operária e de mobilização estudantil - Comitês Anti-colonialistas de apoio à luta contra o imperialismo português, desenvolvendo um trabalho anti-militarista dentro do exército e entre a juventude trabalhadora e estudantil, contam com o apoio activo da QUARTA INTERNACIONAL e, especialmente, da LIGA COMUNISTA REVOLUCIONÁRIA E.T.A. VI

ABAIXO O COLONIALISMO PORTUGUES!

INDEPENDÊNCIA IMEDITATA PARA AS COLÓNIAS!

FIM IMEDIATO DA GUERRA COLONIAL!

VIVA A LUTA ARMADA CONTRA O IMPERIALISMO PORTUGUÊS!

VIVA A UNIÃO REVOLUCIONÁRIA DOS OPERÁRIOS E TRABALHADORES DE PORTUGAL E COLÓNIAS!

PELA REVOLUÇÃO SOCIALISTA EM PORTUGAL E NAS COLÓNIAS!



Após o assassinato dum militante anarquista Salvador Puig, a ditadura franquista, como medida preventiva face ao 1º de Maio procedeu a mais de 400 prisões de militantes das organizações operárias e revolucionárias, entre os quais vários da LCR ETA VI; ao mesmo tempo a imprensa burguesa anuncia cinco novos pedidos de pena de morte para outro militante anarquista e 4 maoistas. Defender da repressão todos os militantes e toda a organização operária seja qual for a sua filiação política é tarefa urgente de todos os trabalhadores e revolucionários.

SOLIDARIEDADE COM OS TRABALHADORES E REVOLUCIONARIOS ESPANHÓIS
FRENTE À REPRESSÃO!

LIBERDADE PARA OS PRESOS POLITICOS!

ABAIXO A DITADURA FRANQUISTA DA BURGUESIA!

Com esta sangrenta ditadura de Franco, Salazar contraiu uma aliança, conhecida pelo "Pacto Ibérico". A "Junta de Salvação Nacional", segundo declarava à imprensa espanhola o general Spínola, não está disposta a romper tal pacto, mas, apenas, quando muito "transformá-lo". Os trabalhadores portugueses, que viram o fascismo cair, devem exigir a imediata ruptura "Pacto Ibérico" ou de qualquer outra aliança com a ditadura assassina de Franco.

NENHUM PACTO, NENHUMA ALIANÇA COM A DITADURA FRANQUISTA!
PORTUGAL DEVE SER UMA BASE DE APOIO AOS REVOLUCIONARIOS ESPANHÓIS!
EM FRENTE PELO INTERNACIONALISMO PROLETARIO E PELA REVOLUÇÃO SOCIALISTA!
TRABALHADORES PORTUGUESES E ESPANHÓIS: O MESMO INIMIGO, O MESMO COMBATE!

Buro Político Unificado da LIGA COMUNISTA REVOLUCIONARIA-E.T.A. VI

Comité Central da LIGA COMUNISTA INTERNACIONALISTA (L.C.I.)

(organizações da QUARTA INTERNACIONAL em Portugal e Espanha)

UNIÃO OPERARIA REVOLUCIONARIA (U.O.R.)

4 de Maio de 1974

NOTA: Esta declaração conjunta assinala no que respeita à L.C.I. e à U.O.R. - apesar das divergências políticas - um ponto de convergência de esforços para a UNIDADE DE ACÇÃO dos MARXISTAS-REVOLUCIONARIOS em Portugal.





PROLETÁRIOS DE TODOS OS PAÍSES, UNAMO-NOS!

Comunicado conjunto da **LIGA COMUNISTA INTERNACIONALISTA, UNIÃO OPERÁRIA REVOLUCIONÁRIA e LIGA COMUNISTA REVOLUCIONÁRIA-E.T.A.-VI** (organizações marxistas-revolucionárias de Portugal e Espanha)

A sinistra ditadura de Salazar-Caetano deixou de existir. Perante uma situação que ameaçava tornar-se insustentável, um sector da burguesia, através do seu exército, derubou o regime fascista incapaz de conter o movimento de massas em Portugal e a luta nas colónias. O seu objectivo era o de preservar a sua dominação económica e política de classe em Portugal e nas colónias. Contudo, a classe operária e as massas trabalhadoras face a esta profunda crise política da burguesia, aproveitaram esta situação para impor através da sua acção nas ruas, a destruição do aparelho repressivo fascista (PIDE, Legião, Administração e bandos fascistas).

No próprio dia do golpe - 25 de Abril - começavam as manifestações massivas que continuaram nos dias seguintes com milhares de cartazes; com palavras de ordem combativas, bandeiras vermelhas, etc. Milhares de vozes, reivindicaram durante estes dias o "Fim imediato da Guerra Colonial", "Independência imediata das Colónias", "Nem mais um só soldado para as Colónias", etc, juntamente com palavras de ordem económicas ("SALÁRIO MÍNIMO DE 6000\$00 PARA TODOS"...), ou democráticas ("DIREITO A GREVE", "LIBERDADE DE EXPRESSÃO E ASSOCIAÇÃO"...), mais sentidas pelos operários, trabalhadores e estudantes; assim também, militantes de vanguarda (os da LIGA COMUNISTA INTERNACIONALISTA e da UNIÃO OPERÁRIA REVOLUCIONÁRIA entre eles), seguidos por milhares de manifestantes, afirmaram a independência da classe operária, o seu papel dirigente no processo revolucionário que porá fim à dominação capitalista: "ABAIXO A EXPLORAÇÃO CAPITALISTA", "PODER AOS OPERÁRIOS", "OPERÁRIOS, SOLDADOS: REVOLUÇÃO SOCIALISTA", etc. Por todo o país, centenas e milhares de soldados e marinheiros desfilaram muitos deles de punho erguido, erguendo bandeiras vermelhas ombro a ombro com os trabalhadores que se manifestavam. Eles gritaram as palavras de ordem especialmente as que assinalavam a união dos trabalhadores, fardados ou não; "OPERÁRIOS E SOLDADOS: O MESMO COMBATE".

A "Junta de Salvação Nacional" dirigida por Spínola, começa a manifestar preocupação com as gigantescas manifestações combativas e com o grau de organização que os trabalhadores estão alcançando fora e dentro do exército: acções anti-fascistas nas empresas e meios de informação, afluência aos sindicatos, reuniões de soldados e marinheiros em quartéis e navios, aparição e crescimento de influência dos partidos políticos, etc. Esta combatividade, estes inícios de organização, mostram à "J.S.N." que os trabalhadores portugueses não se deixarão facilmente enganar, que responderão com a luta à deterioração das suas condições de vida e de trabalho, que o fim imediato da guerra colonial, em particular, é uma reivindicação exigida por milhões de portugueses, que franjas cada vez mais amplas de soldados e marinheiros (operários e trabalhadores em uniforme) não estão dispostos a embarcar para as colónias, lutar contra os seus camaradas trabalhadores africanos.

A L.C.I. e a U.O.R. impulsionando juntamente com as suas tarefas de implantação operária e de mobilização estudantil - Comitês Anti-colonialistas de apoio à luta contra o imperialismo português, desenvolvendo um trabalho anti-militarista dentro do exército e entre a juventude trabalhadora e estudantil, contam com o apoio activo da QUARTA INTERNACIONAL e, especialmente, da LIGA COMUNISTA REVOLUCIONÁRIA E.T.A. VI

ABAIXO O COLONIALISMO PORTUGUES!

INDEPENDÊNCIA IMEDITATA PARA AS COLÓNIAS!

FIM IMEDIATO DA GUERRA COLONIAL!

VIVA A LUTA ARMADA CONTRA O IMPERIALISMO PORTUGUÊS!

VIVA A UNIÃO REVOLUCIONÁRIA DOS OPERÁRIOS E TRABALHADORES DE PORTUGAL E COLÓNIAS!

PELA REVOLUÇÃO SOCIALISTA EM PORTUGAL E NAS COLÓNIAS!



Após o assassinato dum militante anarquista Salvador Puig, a ditadura franquista, como medida preventiva face ao 1º de Maio procedeu a mais de 400 prisões de militantes das organizações operárias e revolucionárias, entre os quais vários da LCR ETA VI; ao mesmo tempo a imprensa burguesa anuncia cinco novos pedidos de pena de morte para outro militante anarquista e 4 maoistas. Defender da repressão todos os militantes e toda a organização operária seja qual for a sua filiação política é tarefa urgente de todos os trabalhadores e revolucionários.

SOLIDARIEDADE COM OS TRABALHADORES E REVOLUCIONARIOS ESPANHÓIS
FRENTE À REPRESSÃO!

LIBERDADE PARA OS PRESOS POLITICOS!

ABAIXO A DITADURA FRANQUISTA DA BURGUESIA!

Com esta sangrenta ditadura de Franco, Salazar contraiu uma aliança, conhecida pelo "Pacto Ibérico". A "Junta de Salvação Nacional", segundo declarava à imprensa espanhola o general Spínola, não está disposta a romper tal pacto, mas, apenas, quando muito "transformá-lo". Os trabalhadores portugueses, que viram o fascismo cair, devem exigir a imediata ruptura "Pacto Ibérico" ou de qualquer outra aliança com a ditadura assassina de Franco.

NENHUM PACTO, NENHUMA ALIANÇA COM A DITADURA FRANQUISTA!
PORTUGAL DEVE SER UMA BASE DE APOIO AOS REVOLUCIONARIOS ESPANHÓIS!
EM FRENTE PELO INTERNACIONALISMO PROLETARIO E PELA REVOLUÇÃO SOCIALISTA!
TRABALHADORES PORTUGUESES E ESPANHÓIS: O MESMO INIMIGO, O MESMO COMBATE!

Buro Político Unificado da LIGA COMUNISTA REVOLUCIONARIA-E.T.A. VI

Comité Central da LIGA COMUNISTA INTERNACIONALISTA (L.C.I.)

(organizações da QUARTA INTERNACIONAL em Portugal e Espanha)

UNIÃO OPERARIA REVOLUCIONARIA (U.O.R.)

4 de Maio de 1974

NOTA: Esta declaração conjunta assinala no que respeita à L.C.I. e à U.O.R. - apesar das divergências políticas - um ponto de convergência de esforços para a UNIDADE DE ACÇÃO dos MARXISTAS-REVOLUCIONARIOS em Portugal.



RECURSO INTERPOSTO PELA LCI ACERCA DA SUA SUSPENSÃO NA RÁDIO E TV

Este recurso foi dirigido ao Supremo Tribunal de Justiça, Conselho da Revolução e Comissão Nacional de Eleições.

A Liga Comunista Internacionalista, tendo sido avisada por telegrama da ANOP de que, preventivamente, o Conselho da Revolução havia suspenso a partir das 15 horas do dia 10 de Abril, durante os ulteriores 8 dias o exercício do direito de acesso às Estações de rádio e televisão, vem apresentar em sua defesa, nos termos e com os fundamentos seguintes:

Inconstitucionalidade

1º

O decreto-lei 234-A-76 de 2 de Abril de 1976, é inconstitucional. Na verdade, nos termos do artigo 18º da Constituição, parágrafo 2º o direito de expressão só pode ser restringido nos casos expressamente previstos na Constituição, e o artigo 19º diz que pelos órgãos de soberania só pode ser suspenso o exercício dos direitos, liberdades e garantias em caso de estado de sítio ou estado de emergência, especificando o artigo 20º que todos têm o direito de resistir a qualquer ordem que ofenda os seus direitos e as suas liberdades e garantias, e de repelir pela força qualquer agressão, quando não seja possível recorrer à autoridade pública.

Por sua vez o artigo 37º, no seu número 1 assegura "a todos o direito de exprimir e divulgar livremente o seu pensamento pela palavra, imagem ou qualquer outro meio, sem impedimentos nem discriminações. Segundo o nº3 do mesmo artigo as infracções cometidas no exercício destes direitos submetidas ao regime de punição da lei geral, sendo a sua apreciação da competência dos tribunais judiciais (sublinhado nosso) e não aos órgãos de soberania, o nº2 assegura que "o exercício destes direitos não pode ser impedido ou limitado por qualquer tipo ou forma de censura".

2º

Limitando este decreto-lei o direito de expressão do pensamento, viola a lei principal do país, motivo porque a decisão vem ferida de inconstitucionalidade.

Violação da lei eleitoral

3º

Nos termos do artigo 53º, nº1, do decreto-lei 93-C/76 (Lei Eleitoral), "no decurso da campanha eleitoral não poderá ser imposta qualquer limitação à livre expressão de princípios políticos, económicos e sociais, sem prejuízo de eventual irresponsabilidade civil e criminal. (sublinhado nosso)

4º

Ora, é da essência dos princípios políticos da Liga Comunista Internacionalista que o motor da história é a luta de classes, não podendo haver colaboração entre elas.

5º

Portanto, os proletários têm de se organizar não andando a reboque dos militares, ministros burgueses, ou de um governo onde as várias classes sejam representadas.

6º

Deste modo, independentemente das pessoas que o compoñham um governo ou Conselho da Revolução têm de ser inimigo dos trabalhadores por lhes querer fazer acreditar que é possível conciliar o que é inconciliável - classes com interesses antagónicos.

7º

Toda a propaganda da Liga Comunista Internacionalista tem como eixo principal a denúncia dessa colaboração de classes e por isso se dirige aos Partidos Operários para romperem com os partidos burgueses e com o Pacto estabilizador da Democracia Burguesa, que no fundo visa perpetuar o Capitalismo, independentemente de juízos subjectivos de alguns dos seus subscritores.

8º

Sendo assim a decisão do Conselho da Revolução visando calar uma voz que não concorda com as suas posições políticas, mas que de acordo com a Constituição e a Lei Eleitoral tem o direito de exprimir livremente as suas, está a violar a lei e a Constituição, pelo que essa decisão deve ser anulada.

Violação do decreto-lei 234/76

9º

Mas a decisão do Conselho da Revolução invocando a norma excepcional e inconstitucional do artigo 3º, nº1 do decreto lei 234-A/76 está a substituir-se às prerrogativas da Comissão Nacional de Eleições.

10º

Na verdade só em caso de excepcional gravidade e com vista à salvaguarda dos valores proferidos no artigo 1º poderá o Conselho da Revolução suspender o direito de acesso referido.

11º

Considera a Liga Comunista Internacionalista que não infringiu em nada o art. 1º do referido decreto-lei, mas que se limitou a expor o seu pensamento político de acordo com o marxismo leninismo e com a ausência total de sectarismo.

12º

Esta medida excepcional não tinha pois razão de ser e quando muito poderia ter aplicação o disposto no artigo 2º, nº3, com as garantias do nº4 e dos números seguintes do mesmo artigo, o que viria a ilibar a Liga Comunista Internacionalista de qualquer acusação.

13º

Finalmente, estranha a Liga Comunista Internacionalista que tenha sido avisada por um simples telegrama da ANOP sem qualquer aviso do Conselho da Revolução nem qualquer explicação das razões porque estávamos suspensos, sem dar sequer à LCI direito de defesa.

De te modo, deve ser revogada a decisão anterior desse Conselho da Revolução pelos motivos seguintes: a) inconstitucionalidade do decreto-lei 234-A/76 por contrário ao artigo da Constituição; b) violação do artigo 53º, nº1, da lei 93-C/76 por limitar a livre expressão de princípios políticos; c) violação do próprio decreto-lei 234-A/76, pois não havendo qualquer motivo grave se utilizou uma medida excepcional, desrespeitando o artigo 2º do referido decreto-lei.

Lisboa, 12 de Abril de 1976

Pelo COMITÉ CENTRAL DA LCI

Francisco Anacleto Louçã

J.C. Fernandes

